

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NATALY BATISTA DE JESUS

A luta das mulheres no processo da revolução russa de 1917: apontamentos para a formação da consciência de classe a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Maringá
2022

NATALY BATISTA DE JESUS

A luta das mulheres no processo da revolução russa de 1917: apontamentos para a formação da consciência de classe a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Humano, Processos Educativos e Psicologia Histórico-Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvana Calvo Tuleski.

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Maringá-PR
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

J58f

Jesus, Nataly Batista de

A luta das mulheres no processo da revolução russa de 1917 : apontamentos para a formação da consciência de classe a partir da Psicologia histórico-cultural / Nataly Batista de Jesus. -- Maringá, PR, 2022.
150 f.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2022.

1. Revolução russa. 2. Consciência de classe. 3. Mulheres - Movimentos sociais. 4. Mulheres - Atividades políticas. I. Tuleski, Silvana Calvo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 305.42

NATALY BATISTA DE JESUS

A luta das mulheres no processo da revolução russa de 1917: apontamentos para a formação da consciência de classe a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Silvana Calvo Tuleski
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Orientadora/Presidente)

Prof.^a Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Prof. Fernando Lacerda Júnior
PPGP/Universidade Federal de Goiás

*Dedico esta pesquisa à classe trabalhadora
que sob os escombros do capitalismo lutaram
e ainda lutam por uma sociedade igualitária*

AGRADECIMENTOS

Aprendemos na sociedade desigual que devemos agradecer por tudo o que nos acomete, seja bom ou ruim, numa concepção idealista sobre as relações sociais. Além disso, aprendemos também que devemos agradecer a nós mesmos por todas as conquistas pessoais de forma meritocrática, e por isso, muitas vezes esquecemos que a luta que enfrentamos para ocupar determinados espaços também foi social. Nesse sentido, os agradecimentos que destino neste papel buscam ultrapassar os limites que nos são impostos, e conseqüentemente, reconhecer que a produção desta pesquisa também foi feita por muitas mãos, apesar de elas não terem escrito diretamente.

Agradeço aos meus pais, Elenisse e Lourival, que mesmo com os limites que hoje eu reconheço da luta de classes, me proporcionaram condições para os estudos. O fato de eu cursar a graduação e mestrado em universidades públicas não foi uma conquista apenas minha.

Aos meus sobrinhos, que desencadeiam alegrias e preocupações e me faz ter certeza de que a luta revolucionária é necessária para todos os filhos da classe trabalhadora.

Ao Jean Menezes, que entre cafezinhos, prosas e debates, sempre me demonstrou que as relações dentro do capitalismo podem ser carregadas de leveza e camaradagem, sem vaidades e hipocrisias.

À Silvana Tuleski pela honestidade intelectual e por aceitar orientar um trabalho com essa temática. Sabemos que as universidades têm cada vez menos espaços para os militantes e pesquisadores de viés revolucionário. Então, encontrar alguém com seriedade e coerência marxista foi de grande riqueza para produzir esse trabalho.

À Maju Dias, Nathália Siqueira, Patrícia Seter, Patrícia Barbosa, Maynara Flores e Jessica Clemente, que tornaram minha estadia em Maringá mais acolhedora. Em especial à Maju, por dividir tantos afetos sinceros, que com certeza foram essenciais, principalmente em um momento caótico como este da pandemia.

Aos participantes dos grupos de estudos: dos Clássicos, Lapsihc e de Feminismos, pelos ricos e necessários debates teóricos.

A toda classe trabalhadora, pela produção socialmente necessária, desde as mais simples às mais complexas. Esta pesquisa e toda riqueza socialmente produzida pertence a nós.

Jesus, N.B. (2022). A luta das mulheres no processo da revolução russa de 1917: apontamentos para a formação da consciência de classe a partir da Psicologia Histórico-Cultural (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

RESUMO

Esta dissertação apresenta contribuições acerca da formação da consciência de classes no processo revolucionário russo, cujos principais protagonistas foram as mulheres. Essa pesquisa bibliográfica fundamenta-se na Psicologia Histórico-Cultural e nos estudos orientados pelo método marxista. O objetivo foi compreender as múltiplas determinações que contribuem para o desenvolvimento da consciência revolucionária das mulheres, as pautas vigentes no início do século XX, juntamente com as organizações de diferentes vertentes criadas na época, e conseqüentemente as contribuições para as revoluções de 1917, de fevereiro e outubro. Desse modo, a primeira seção deste trabalho busca explicar alguns pressupostos para a constituição do indivíduo, como a unidade objetivo-subjetiva caracteriza essa formação sem recair em elementos mecanicistas ou formais. Na segunda seção, destacam-se os movimentos feministas e socialistas, perpassando por três principais correntes: feministas radicais, feministas liberais e a luta das mulheres marxistas; e as principais pautas que compunham tais movimentos, assim como as organizações que surgiram a partir de cada uma. Importante frisar que esse levantamento buscou sistematizar as diferenças entre os movimentos, cujas preocupações tinham divergências e convergências. Ainda nessa seção foram abordados grandes eventos históricos que marcaram a luta das mulheres e conseqüentemente a luta de classes na Rússia. Em seguida, na terceira seção, focamos em 1917, cuja revolução da classe trabalhadora, encabeçada pelas mulheres foi decisiva para uma mudança radical da sociedade. A seguir, após a tomada de poder pelos trabalhadores, era necessário gerir um novo modo de produzir e reproduzir a vida, ou seja, modificar a unidade objetivo-subjetiva que rege o desenvolvimento humano. Para isso, buscou-se compreender as táticas das organizações para combater as ideologias fortemente presentes neste período, principalmente relacionadas às opressões das mulheres. Por fim, concluímos que a unidade objetivo-subjetiva é primordial para qualquer mudança da superestrutura, e que mesmo diante de um processo revolucionário, onde busque extinguir as classes antagônicas, ainda será necessária a disputa da consciência de classe, cuja formação será permanente. Vale destacar também que aconteceram muitos avanços relacionados às pautas das mulheres após a revolução de outubro, e que apesar de ter limites e contradições, foram importantes para demarcar as próprias contradições do capitalismo hoje. Ou seja, isso nos permite extrair lições importantes do passado para nos munir para novas lutas em busca de uma emancipação humana, cujo desenvolvimento seja, de fato, pleno.

Palavras-chave: Revolução russa. Consciência de classe. Luta das mulheres.

Jesus, N.B. (2022). La lucha de las mujeres en proceso de la revolución rusa de 1917: Apuntamientos para la formación de conciencia de clase desde la Psicología Histórico-Cultural. (Disertación de maestría). Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

RESUMEN

Esa disertación presenta contribuciones acerca de la formación de la conciencia de clases en el proceso revolucionario ruso, cuyos principales protagonistas fueran las mujeres. Esa investigación bibliográfica es basada en Psicología Histórico-Cultural y en estudios orientados por el método marxista. El objetivo fue comprender las múltiples determinaciones que contribuyen para lo desarrollo de la conciencia revolucionaria de las mujeres, las pautas vigentes en inicio de siglo XX, junto con organizaciones de diferentes vertientes creadas en la época. De ese modo, la primera sección de este trabajo busca explicar algunos presupuestos para la constitución de individuo, como la unidad objetivo-subjetiva caracteriza esa formación sin recaída en elementos mecanicista o formal. En la segunda sección, se destacan los movimientos feministas y socialistas, pasando por tres corrientes principales: feministas radicales, feministas liberales e la lucha de las mujeres marxistas; y las principales pautas que componían tales movimientos, así como las organizaciones que surgieron a partir de cada una. Importante señalar que esa encuesta buscó sistematizar las diferencias entre movimientos, cuyas preocupaciones presentaron divergencias y convergencias. Aún en esa sección fueron abordados grandes eventos históricos que marcaran la lucha de mujeres y consecuentemente la lucha de clases en Rusia. En seguida, en la tercera sección, centramos en 1917, cuya revolución de la clase trabajadora, encabezada por las mujeres fue decisiva para una mudanza radical de sociedad. A seguir, después de la tomada del poder por los trabajadores, fue necesario generar un nuevo modo de producir y reproducir la vida, o sea, modificar la unidad objetivo-subjetiva que rige el desarrollo humano. Para eso, buscamos comprender las tácticas de las organizaciones para combatir las ideologías fuertemente presentes en este periodo, principalmente relacionadas con opresiones de las mujeres. Por fin, concluimos que la unidad objetivo-subjetiva es primordial para cualquier mudanza de la superestructura, y que mismo delante de un proceso revolucionario, donde busque extinguir las clases antagónicas, seguirá siendo necesaria la disputa de la conciencia de clase, cuya formación será permanente. También vale señalar que hubo muchos avances relacionados a las mujeres después de la revolución de octubre, que a pesar de los límites y contradicciones, fueron importantes para demarcar las propias contradicciones en capitalismo actual. O sea, eso nos permite extraer lecciones importantes del pasado para nuevas luchas en busca de una emancipación humana, cuyo desarrollo sea, de fato, pleno.

Palabras-clave: Revolución rusa. Conciencia de clase. Lucha de las mujeres.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
SEÇÃO 1: PRESSUPOSTOS PARA UMA COMPREENSÃO DIALÉTICA DA UNIDADE OBJETIVO-SUBJETIVA DA CONSCIÊNCIA NA SOCIEDADE DE CLASSES	17
1.1. Relação entre estrutura e superestrutura	19
1.2. Desenvolvimento do psiquismo	23
1.3. Desenvolvimento da consciência e consciência de classe	30
SEÇÃO 2 – AS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS E SOCIALISTAS NO PERÍODO PRÉ-REVOLUCIONÁRIO	45
2.1. Breve contextualização da Rússia pré-revolucionária	45
2.2. Movimentos feministas e socialistas	50
2.3. A luta das mulheres no Partido Social Democrata da Alemanha e na II Internacional Socialista	67
2.4. Instrumentos para disputa da consciência de classe: jornais revolucionários e escola de quadros	77
2.5. A Revolução de 1905	85
2.6. O I Congresso de Mulheres de Toda Rússia	91
2.7. As origens do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora	94
2.8. Algumas considerações sobre o capítulo	97
SEÇÃO 3 – AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NAS REVOLUÇÕES DE 1917: CAMINHANDO PARA A EMANCIPAÇÃO?	101
3.1. Revolução de fevereiro	101
3.2. Entre revoluções: o período de duplo poder, conquistas das mulheres e disputas de uma classe	107
3.3. Revolução de Outubro (1917 a 1921)	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos muitas coisas se reconfiguraram na minha vida, dentre elas o interesse pela história. As ideologias dominantes exerceram uma forte influência em todo meu desenvolvimento até então, me fazendo acreditar em meritocracia, na importância das religiões, nos papéis sociais atribuídos ao sistema sexo/gênero etc. Sendo filha da classe trabalhadora e moradora da periferia de uma das principais capitais do país, via a desigualdade escancarada nas ruas e suas consequências veladas ou não pela burguesia. Isso foi apenas alguns dos elementos que passavam pelos meus olhos, às vezes conservadores, outrora com piedade. Não cabe aqui uma biografia da minha vida para expor todos meus motivos geradores de sentido que me levaram a tal objeto de pesquisa, mas apenas alguns dos principais marcos que me fizeram trilhar esse caminho.

Sabemos que a classe trabalhadora, marcada pela desigualdade social e o acesso limitado de uma série de elementos, busca pelo menos três coisas que julgam fundamentais: uma terra para morar, o pão na mesa e os estudos dos filhos para “ser alguém na vida”. Comigo não foi tão diferente, meus pais foram privados de ter acesso à educação, como muitos outros trabalhadores que necessitavam vender sua força de trabalho, seja para uma ou várias empresas, em virtude disso foram obrigados a abandonar os estudos. Assim, sempre reafirmavam a necessidade de seus filhos levarem a sério os estudos, inclusive me incentivavam constantemente.

O ingresso na universidade pública em outro estado para cursar a graduação em Psicologia foi um dos momentos mais marcantes. Foi ali que sistematicamente as desigualdades sociais começaram a trilhar uma história na minha cabeça, onde percebi que tive uma educação básica precária em vários aspectos. Concomitantemente, na graduação comecei a conhecer a teoria marxista e entender como a sociedade em que vivemos se ancora na desigualdade, ou seja, uma sociedade de classes antagônicas.

Todo esse processo contínuo de aprendizagem me levou à aproximação de organizações que reivindicavam a mudança radical da sociedade pela revolução proletária, instigando-me à organização política. Além disso, a história da luta de classes começava a ficar mais nítida aos meus olhos, como se alguém emprestasse os óculos para uma pessoa míope. Foi assim que comecei a conhecer a história da Comuna de Paris e da Revolução Russa, duas principais histórias em que a classe trabalhadora tomou o poder, que oferecem lições importantes para nos organizarmos no século XXI.

A história da revolução russa me instigava e levantava diversas questões sobre quem eram essas pessoas, cuja história tradicional traz nomes de grandes figuras masculinas como Vladimir Lenin (1870-1924), Leon Trotsky (1879-1940), Iakov Sverdlov (1885-1919), Lev Kamenév (1883-1936) e Grigori Zinoviev (1883-1936) etc. Mas afinal, não tinham mulheres no processo revolucionário? Um ano após o centenário da revolução russa tive acesso a um livro¹ cujo conteúdo trazia textos apenas de mulheres desse período. Conseqüentemente, investigar como essas mulheres se organizavam, quais as correntes que compunham os movimentos e quais lições podíamos tirar dessa história eram elementos inadiáveis.

Ademais, se a classe trabalhadora, massacrada pela burguesia constantemente, tem suas produções expropriadas, por que nem todos estavam nas ruas? Assim, a consciência de classe parece não ser algo que se alcança de modo espontâneo ou natural por todos os explorados e oprimidos, por isso entender esse desenvolvimento numa das maiores lições do proletariado é fundamental, buscando-se trilhar o caminho da leitura das contradições postas pela materialidade, fugindo de visões apologéticas e idealistas sobre a revolução, como também das visões que carregam nas tintas os aspectos negativos dela. Recuperar o movimento histórico que julgamos fundamental como elemento constitutivo da consciência, como movimento e luta, sempre repleto de contradições, é crucial para que nos posicionemos no momento atual de decadência ideológica e material da sociedade capitalista. O desenvolvimento de um pensamento dialético, como aborda Vigotski (1984/2006), seria fundamental para compreender a realidade em sua totalidade, extrapolando os limites alienantes promovidos pelas ideologias dominantes.

Por este motivo, no decorrer deste trabalho, reconhecemos os limites e contradições existentes proporcionados pela luta de classes, cuja sistematização será abordada no primeiro capítulo intitulado *Pressupostos para uma compreensão dialética da unidade objetivo-subjetiva da consciência na sociedade de classes*. Nesse capítulo abordamos, a partir da teoria marxista, a relação entre estrutura e superestrutura, cuja compreensão econômica ou político-econômico-social possibilita desmistificar algumas ideologias e os processos alienantes advindo da sociedade de classes, sem perder de vista a base para a unidade objetivo-subjetiva a partir da Psicologia Histórico-cultural. Buscamos evitar uma leitura idealista ou mecanicista da história e da constituição dos sujeitos que a fazem.

¹ Livro *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*, organizado por Graziela Schneider.

Partimos do pressuposto marxista que o desenvolvimento da sociedade se dá através do trabalho, de modo que as relações materiais sustentam todo o desenvolvimento humano, o qual chamaremos de unidade objetivo-subjetiva. Inicialmente como hipóteses de trabalho, defendemos haver um avanço qualitativo muito importante ao que diz respeito à divisão social do trabalho, em seu caráter mais genérico, cujas possibilidades de desenvolvimento objetivo-subjetivo servem não apenas para suprir necessidades básicas de sobrevivência, mas necessidades do espírito, como abordaremos no primeiro capítulo desta pesquisa. Ressaltamos também que há diferenças entre a divisão social do trabalho e a divisão instrumental de trabalho (defendida pelos economistas político-liberais), tendo em vista que, as sociedades de classes se apropriaram e aprimoraram a divisão do trabalho, dividindo a produção e apropriação, o material do ideal, o público e o privado etc.

Com a ascensão da propriedade privada e produção de excedentes deu origem às sociedades de classes – onde os meios de produção estão concentrados em classes dominantes e por sua vez, essas exploram outras. Com isso, criaram-se mecanismos que possibilitavam o controle de uma dada classe. Ou seja, maneiras que garantissem que aqueles que não possuem meios de produção no sistema vigente, continuassem a produzir, sejam por meio das repressões, instituições subordinadas às classes dominantes e propagação secular de ideologias. A exploração tem sua expressão através da produção social e a apropriação individual da riqueza produzida; as opressões, por sua vez, vinculam-se à inferiorização de determinadas características para obter vantagens, possibilitam de maneira desigual e combinada a manutenção da sociedade de classes. As mudanças que marcaram alguns desses pontos foram os modelos predominantes de famílias, imposição do patriarcado, dentre outras.

Ao que diz respeito ao modelo de família vigente, Engels (1884/2009) em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do estado* sinaliza que a família monogâmica teve início, com base no aumento da produtividade e na necessidade de garantir os herdeiros legítimos de bens materiais do senhor, ou seja, a propriedade privada. Para garantir que a herança fosse direcionada corretamente para seu filho legítimo, a monogamia se tornou essencial, apesar de que, essa fidelidade é restrita apenas às mulheres, pois ao homem ainda cabem às relações com outrem.

Sendo assim, as mudanças de produção e modelo de família predominante caracterizaram, segundo Engels (1884/2009, p.75), que “o homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução”. Nesse sentido, a organização

familiar foi modelada a partir dos interesses dos homens, que possuíam a função de “chefe da família”, regendo tanto as questões econômicas quanto a dinâmica entre esposa, filhos e escravos, como no período escravocrata. Tais características foram de suma importância para a classe dominante garantir a permanência no poder, regendo a produção e reprodução da vida humana.

Pode-se compreender também que a opressão das mulheres advém da mesma gênese, entretanto, demonstra-se que seus direitos e deveres foram restritos ao âmbito privado, colaborando forçosamente com a manutenção do sistema predominante de produção. Por este motivo, é de extrema relevância compreender que a constituição do indivíduo enquanto ser social está baseada em sua realidade concreta regida por um modo de produzir e reproduzir a vida humana, e conhecimento historicamente acumulado. Manter as mulheres aprisionadas garantiria a fidelidade monogâmica tão necessária para a propriedade privada. Todo esse processo não aconteceu de maneira pacífica, mas sim de forma violenta, cuja história das mulheres reduziu-se aos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos e enfermos. Estas problematizações históricas foram fundamentais para compreender nosso objeto de pesquisa, pois trata de condicionalidades que se desdobraram na constituição e desenrolar do processo revolucionário na Rússia.

Nessa direção, o segundo capítulo trata d’*As organizações feministas e socialistas no período pré-revolucionário*, onde abordamos os principais movimentos russos de mulheres desde o final do século XIX (meados de 1890) até 1917, perpassando por três principais correntes: as radicais, liberais e marxistas. As diferenças substanciais entre estes três movimentos são de suma importância para compreender os processos e limites das conquistas, principalmente relacionada à classe social a qual as mulheres pertenciam, além das táticas que os diferentes movimentos utilizavam para disputar a consciência das mulheres e incorporá-las às lutas.

Mesmo diante de inúmeras lutas e conquistas realizadas por movimentos feministas, a gênese do problema de opressão está diretamente ligada ao modo de produção que rege as sociedades de classes. Sendo assim, em tese, uma revolução socialista dos trabalhadores seria o início para o fim da violência, opressão e exploração das classes. Em vista disso, na Rússia especificamente, foram organizadas e realizadas revoluções (em 1905, em fevereiro e outubro de 1917) com o objetivo de pôr fim a sucessivas explorações que os trabalhadores sofriam, o direito de terras (reforma agrária) e vida digna, seja pela recontração, aumento de salários, diminuição da jornada de trabalho etc.

Para Losurdo (2015), que se baseia em um estudo sistemático das obras de Marx e Engels, estes últimos trataram das mais diferentes formas que pode assumir a luta de classes e defendiam a superação da mera emancipação política alcançada com a revolução burguesa, tendo como horizonte a emancipação humana, universal. Considerando este último aspecto como horizonte, o autor trata das diversas faces e desdobramentos da luta de classes, que se intervinclam de forma contraditória no curso da história.

Para Marx e Engels, a revolução radical teria como objetivo não somente a libertação da classe oprimida (o proletariado), mas também dos povos e nações oprimidos, de modo mais amplo, na configuração sistêmica do capitalismo. A liberação dos povos oprimidos não é mais importante do que a emancipação das classes oprimidas no interior das nações (opressoras e oprimidas). Esta mesma relação todo/parte e suas configurações complexas vincula-se à condição da mulher, considerada como “primeira opressão de classe” (Losurdo, 2015), que se exerce no âmbito privado familiar, da subordinação da mulher ao homem, inclusive nas famílias da classe trabalhadora.

Losurdo (2015) expõe que Marx e Engels tomam a mesma categoria de análise da condição a qual está exposto o trabalhador na fábrica para referirem-se à mulher no interior da família patriarcal, limitada a um simples instrumento de produção.

Em geral, o sistema capitalista se apresenta como um conjunto de relações mais ou menos servis impostas por um povo sobre outro no âmbito internacional, por uma classe sobre outra no âmbito de um país singular e pelo homem sobre a mulher no âmbito de uma mesma classe. Compreende-se, então, a tese que Engels formula ligando-se a François-Marie-Charles Fourier, apreciada também por Marx, tese pela qual a emancipação feminina constitui ‘a medida da emancipação universal’. No bem e no mal, a relação homem/mulher é uma espécie de microcosmo que reflete a ordem social global: na Rússia amplamente pré-moderna, submetida a uma impiedosa opressão por parte de seus senhores, os camponeses – observa Marx – aplicam, por sua vez, ‘horíveis espancamentos até a morte de suas mulheres’. Ou tomemos como exemplo a fábrica capitalista: se é verdade que o poder despótico do patrão pesa sobre todos os trabalhadores, é sobre as mulheres – ressalta Engels – que se percebe de forma particularmente humilhante. ‘A sua fábrica é ao mesmo tempo o seu harém’. (Losurdo, 2015, p. 30).

Por este motivo, compreender os processos históricos que possibilitaram determinadas classes sociais se apropriarem individualmente de produções sociais trata diretamente das lutas de classes. Ainda que haja conquistas dos oprimidos e/ou explorados numa sociedade calcada nas desigualdades, estas ainda serão insuficientes para a libertação. Ou melhor, modificar a realidade concreta como o modo de produção predominante, modelos de famílias vigentes, possibilitando o acesso integral ao conhecimento historicamente acumulado são elementos fundamentais na luta pela liberdade das classes exploradas, principalmente as mulheres.

Militantes de movimentos feministas e de partidos lutaram – e ainda lutam – por igualdade, e para isso, diante de nossas hipóteses de trabalho e problematizações, parece-nos razoável sustentar a necessidade de uma organização revolucionária que busque superar o modo de produção vigente, à medida que este tem engendrado o funcionamento da vida humana. No decorrer de quase toda a história até o momento atual, desde a ascensão da propriedade privada, as mulheres foram tratadas como inferiores aos homens, excluídas de ambientes públicos e políticos, destinadas à procriação e cuidado dos filhos, submissas aos pais ou marido, como uma escrava doméstica.

Se a luta das mulheres buscava igualdade entre homens e mulheres por que havia tantas divergências e frações nos próprios movimentos? Atualmente temos uma série de feminismos das mais diversas vertentes que reivindicam as conquistas no decorrer da história, como o sufrágio universal, o acesso ao ensino superior, a “liberdade” para vender sua força de trabalho, entre outras. Porém, não se trata de uma história homogênea e linear, pelo contrário, foi carregada de contradições e uma delas refere-se exatamente ao público que compôs essas lutas, que resultaram nos direitos democráticos na sociedade atual.

Como procuraremos detalhar ao longo do trabalho, no período pré-revolucionário, as pautas que constituíam a igualdade entre homens e mulheres eram as mais diversas e a maioria surgia a partir das necessidades de suas próprias classes sociais. Em outras palavras, as organizações eram fundadas a partir da realidade das mulheres, o que elas julgavam importante para ascender ao lado dos homens naquela sociedade. Porém, nem toda mulher compreendia as desigualdades (de gênero ou classe), de modo que, havia membros da aristocracia em movimento operário, havia operárias e camponesas lutando por direitos que não as atingiria efetivamente, por exemplo. Em vista disso, como o processo organizativo foi conduzido até a revolução russa? Aliás, como, diante das contradições houve a ascensão das mulheres no estado soviético? Considerando o contexto da Rússia antes da revolução, de alto índice de analfabetismo, principalmente no campo, que estratégias foram efetivadas para agregar elementos tão heterogêneos em um movimento amplo de massas?

Essa luta pela emancipação das mulheres passou por diferentes vertentes feministas e partidárias na Rússia, as quais tinham compreensões diferentes sobre a origem das opressões e os possíveis fins das desigualdades. Essas divergências serão abordadas no decorrer deste trabalho, principalmente no segundo capítulo. Apesar disso, é sabido que as lutas que envolveram as mulheres são tratadas pelas ideias dominantes como mudanças

meramente naturais, preservando uma passividade e amorosidade dos oprimidos e explorados, quando na verdade há uma extensa história de lutas e revoluções.

O terceiro capítulo intitulado *As organizações de mulheres nas revoluções de 1917: caminhando para a emancipação?* visa especificamente abordar o processo revolucionário de 1917, a tomada de poder pelos trabalhadores, e os desdobramentos para a construção de uma nova sociedade, a socialista. Nesta seção, buscamos também compreender os limites que as organizações soviéticas tiveram como resultado de sucessivas guerras e miséria estabelecidas em território russo. E, como esse marco histórico contribuiu, no primeiro momento, para uma libertação das mulheres, possibilitando sua participação nas decisões soviéticas, mesmo diante de limites estabelecidos historicamente calcados nas desigualdades.

Em quase todos os processos revolucionários as mulheres foram vanguarda, além da participação ativa em greves, passeatas, entre outros movimentos. No entanto, observa-se um certo “apagamento” deste protagonismo nas fontes históricas amplamente divulgadas, tendo-se grande dificuldade para se encontrar fontes que ofereçam maiores informações sobre as mulheres que lideraram ou participaram dos movimentos. Atribuímos este fato particularmente a necessidade das classes dominantes em reafirmar constantemente que a classe trabalhadora não precisa se rebelar contra o sistema para conquistar direitos, ou ainda que, as mulheres sempre foram “do lar” e não da luta.

Mesmo diante das conquistas das mulheres, que historicamente foram importantes e progressistas ao seu tempo, ainda assim, foram pequenas e insuficientes para erradicar as desigualdades e fardo que as mulheres da classe trabalhadora carregavam sobre seus ombros.

Por este motivo, este trabalho teve como proposta investigar alguns fatores sobre formação da consciência de classe a partir da luta das mulheres e suas respectivas organizações na Rússia, focando principalmente no processo revolucionário de 1917, quando a classe trabalhadora tomou o poder e estabeleceu novas conquistas. Por sua vez, o desenvolvimento da consciência ocorre a partir das relações objetivo-subjetivas da vida material, conseqüentemente, não há um etapismo quando se busca a emancipação humana, ou melhor, as ideias não mudam para depois mudar o modo de produção, nem o contrário. A disputa por um processo formativo de consciência de classes perpassa por uma série de táticas e estratégias, além de concepções sobre a origem das opressões e explorações. Para isso instaurou-se organizações que buscaram mudanças na vida cotidiana, mesmo que algumas mantivessem numa consciência em si ou para si. Detalharemos melhor ao longo da exposição

dissertativa da pesquisa como esse desenvolvimento e os acontecimentos na Rússia contribuíram na formação da consciência.

O papel social de submissão atribuído às mulheres não foi deposto da noite para o dia, sua mudança foi gradual e penosa. Sabendo que precisava ser combatido, as instâncias soviéticas juntamente ao partido bolchevique deliberaram medidas importantes, as quais precisavam ser abordadas com mais atenção aos que reivindicam a tomada do poder. Dito isso, Krúpskaia questiona quais medidas foram efetivadas desde outubro de 1917 “[...] para arrancar a mulher da escravidão doméstica, para que ela seja alfabetizada, educada e consciente; para envolvê-la na vida pública, na condução do governo; para que as mulheres que pertencem a minorias nacionais se libertem da escravidão secular” (Krúpskaia, 1927/2017b, p. 109).

Compreender o papel das diferentes organizações de mulheres na Rússia, as conquistas e limites apresentados durante o processo revolucionário, nos possibilita tirar lições importantes para organizações revolucionárias em nosso tempo presente, compreendendo melhor as contradições e os desafios. Ademais, há uma grande romantização – e vilipendiação – deste período, como se a tomada de poder tivesse emancipado integralmente todas as mulheres do território russo, sem contradições e retrocessos, e uma romantização também sobre o próprio desenvolvimento da consciência, como se fosse algo linear e estanque.

Cabe esclarecer que não estamos negando os avanços no que tange a igualdade de direitos, pois reconhecemos que nem sequer a sociedade mais avançada do imperialismo não possibilitou e ainda não possibilita metade dos direitos conquistados com a revolução. Deste modo, procurou-se abordar o desenvolvimento desigual e combinado da revolução russa, reconhecendo assim seus avanços, mas também seus limites.

Diante disso, passemos então à exposição dissertativa de nossa pesquisa, organizada em três capítulos, sobre a formação da consciência de classes a partir da luta das mulheres revolucionárias russas.

SEÇÃO 1: PRESSUPOSTOS PARA UMA COMPREENSÃO DIALÉTICA DA UNIDADE OBJETIVO-SUBJETIVA DA CONSCIÊNCIA NA SOCIEDADE DE CLASSES

O modo de produção e reprodução do ser social, cuja base está fundada secularmente em divisão de classes antagônicas, demonstra em linhas gerais que o desenvolvimento objetivo-subjetivo é permeado de contradições – ora evidentes, ora não evidentes. Assim, trata-se de uma unidade que não pode ser entendida de maneira cindida ou independente uma da outra, ou seja, não há como separar o desenvolvimento em objetivo e subjetivo, pois ambos complementam um ao outro dialeticamente.

No decorrer da história, tivemos uma série de modificações materiais extremamente importantes para o avanço das forças produtivas, sendo a divisão instrumental do trabalho, cuja produção para suprir as necessidades básicas de um grupo, de uma tribo etc. era dividida entre os indivíduos que compunham tais grupos. Assim, essa divisão permitia que os indivíduos desenvolvessem diferentes tarefas para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, fosse a caça, a colheita, preparo do alimento etc. Mas com o advento da propriedade privada, a divisão instrumental transforma-se em divisão em classes e essa divisão foi aprofundada e mais cindida, conseqüentemente, além do indivíduo não ter conhecimento de todo o processo de produção, ainda foi dividido o trabalho intelectual e material, o qual abordaremos mais adiante.

Concomitantemente, o psiquismo também foi modificado ao longo da história. E para analisar essas modificações, é necessário compreender as multideterminações que compõem a unidade objetivo-subjetiva do ser social. Dessa maneira, neste capítulo, temos como objetivo abordar o modo de produção e reprodução do ser social em sua unidade objetivo-subjetiva, sem perder de vista as contradições que estabelecem esse desenvolvimento. Essa discussão é muito importante para compreendermos mais adiante como foi – e ainda é – possível o desenvolvimento de uma consciência de classe, mesmo numa sociedade desigual, carregada de ideologias e contradições. Quando afirmamos a existência de contradições numa sociedade de classes, não devemos analisá-las moralmente, como em um conto onde há mocinhos e vilões. É imprescindível analisar as bases materiais da realidade e o porquê as ideologias servem para explicar tais contradições de forma lógica, conformando a consciência individual. É claro que, como abordaremos mais adiante, a consciência de classe não surge naturalmente ao ser social, sendo este de uma classe explorada ou exploradora, mas a sociedade capitalista ancorada na contradição Capital x Trabalho e com intelectuais das classes dominantes,

utilizando-se de meios para difundir as ideologias, cinde os fenômenos e analisa de maneira fragmentada toda a realidade, muitas vezes invertendo-os na consciência humana.

No mais, Lenin (1902/2015) declara que, além da necessidade de tomar o poder das classes dominantes, é necessário criar uma ideologia proletária (o que envolve não somente o poder político, mas o domínio dos meios de produção, coletivizando-os). Enquanto Marx e Engels (1845-6/2015) afirmam que as ideologias são formas de consciência que expressam as ideias das classes dominantes e precisavam ser combatidas a partir de uma práxis revolucionária, Lenin (1902/2015) compreende a existência de uma ideologia proletária, que possui um caráter revolucionário, ancorando-se em uma práxis revolucionária. Ou seja, não reflete apenas as ideias daqueles que estão no poder, mas há uma disputa por essas formas de consciência. Essa diferença sobre a existência ou não de uma ideologia proletária está diretamente relacionada ao acesso aos escritos de Marx pelos revolucionários no início do século XX, dentre eles Lenin. Segundo Konder (2020, p.48), o texto *A Ideologia Alemã* escrito por Marx e Engels só chegou a ser publicado na íntegra em 1931, sendo sete anos após a morte de Lenin. Apesar disso, é importante destacar que para ambos, as ideologias têm papéis importantes no desenvolvimento social. Já para Vigotski, “[...] a ideologia (social) corresponde uma estrutura psicológica de tipo definido – no sentido da assimilação subjetiva e portadora da ideologia, mas no sentido da construção das camadas, de estratos e funções da personalidade” (Vigotski, 1929, p.33).

Em linhas gerais, a análise da estrutura econômica deve ser feita conjuntamente a formação das ideologias em sua totalidade, pois a sua fragmentação omite intencionalmente ou não a superestrutura, manifestada no capitalismo pelo poder do Estado. É por este motivo que a fragmentação, omissão ou “naturalização” da realidade contribui para uma interpretação idealista ou ainda mecanicista (muitas vezes no interior do próprio marxismo), reproduzindo a ideologia burguesa. Interessa a quem pesquisa e atua no âmbito da Psicologia, compreender de que modo a apropriação singular das ideologias permeia a formação do psiquismo, dirige ou interfere nos posicionamentos que cada ser social e os grupos aos quais pertence se posicionam no interior da luta de classes, buscando a superação dos velhos antagonismos e reducionismos postos pelo subjetivismo e mecanicismo.

Nesse sentido, cabe neste capítulo analisar os processos que constituem a unidade objetivo-subjetiva, além de possibilitar, nos capítulos posteriores, uma reflexão sobre as organizações classistas ou policlassistas que surgiram no período pré-revolucionário russo, e

como tais organizações desenvolviam suas atividades para lutar por igualdade – fosse apenas das mulheres ou de uma classe toda – e disputar a consciência e formação desta.

1.1. Relação entre estrutura e superestrutura

A Rússia passou por uma série de transformações sociais entre o final do século XIX e início do XX, como mudanças no modo de produção, fim da servidão, fim da aristocracia, ascensão da burguesia, queda do czar e a construção inicial de uma sociedade socialista, aspectos que serão mais bem detalhados nos capítulos seguintes. Foi modificado o modo de produzir e reproduzir a vida humana, ou seja, desde questões mais elementares ligadas ao estômago, como as mais complexas ligadas à consciência.

Na tradição marxista, comumente compreende-se essa totalidade como superestrutura, tendo em sua base a estrutura econômica da sociedade. De acordo com Ludovico Silva (2012), o termo “superestrutura” foi utilizado por Marx de maneira metafórica, isso quer dizer que é descabido compreender a estrutura jurídico-política – expressada no capitalismo pelo Estado –, separada de sua base econômica. Ou seja, a totalidade econômica-político-jurídica é imprescindível para entender a base econômica.

[...] a ideia de Marx é comparar a estrutura econômica da sociedade aos alicerces ou fundações de uma edificação por um lado, e por outro, comparar a formação ideológica desta sociedade (ou seja, sua ‘fachada’ jurídica e política, o Estado) à própria edificação, que repousa sobre aqueles alicerces (L. Silva, 2012, p.54).

Nesse sentido, reafirma-se que a estrutura econômica é a base da superestrutura e que por sua vez, integra a totalidade. Ao contrário do que é propagado pelas ideologias, o Estado é produto de uma sociedade desigual e, portanto, não foi e não será eterno. Seu papel é de controle social, como mencionado acima, e compõe a superestrutura, de modo a garantir o funcionamento do “balcão de negócios” das classes dominantes. Assim, de acordo com Engels, o Estado:

É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da “ordem” (Engels, 1884/2009, p.209).

Essa complexidade necessita não apenas do Estado com suas ferramentas de controle material (como por exemplo, as forças armadas), mas também o desenvolvimento da consciência que compreenda que o Estado representa a todos, independente de sua classe

social ou outras particularidades. Por isso, Engels vai afirmar que “o moderno Estado representativo é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital” (Engels, 1884/2009, p.210). Ainda nesse sentido, as classes dominantes garantem seus privilégios através do Estado, dentre eles o aumento da mais-valia diretamente proporcional à miséria da classe trabalhadora. É por este motivo que o Estado pode ser considerado um balcão de negócios da burguesia e que, atende os interesses de uma dada classe, não a da trabalhadora. Reconhecer o papel histórico que garantiu a segurança da propriedade privada e a exploração das classes dominadas pode contribuir para o desenvolvimento da consciência em geral e da consciência de classe em particular. Konder (2020, p.39) aponta que “os seres humanos que pertencem a sociedades profundamente divididas são levados a misturar e confundir o universal e o particular”. Não obstante, Marx destaca que as ideologias e alienação estão vinculadas e que o Estado contribui para esse desenvolvimento estranhado, assim “o Estado, então, é a democracia da não liberdade, a consumação da alienação” (MEW, I, p.233 citado por Konder, 2020, p.38). E continua com os seguintes questionamentos:

Qual é o poder do Estado político sobre a propriedade privada? É o próprio poder da propriedade privada, sua essência trazida à sua existência. E o que resta do Estado político em oposição a essa essência? A *ilusão* de que é determinante, quando, de fato, é determinado (MEW, I, p.305 citado por Konder, 2020, p.39).

Conforme afirmado anteriormente, o Estado é um produto da sociedade desigual cujo desenvolvimento acompanhou a mudança no modo de produção. Assim, à medida que crescia a produção de excedentes – possibilitada através da divisão social do trabalho – deu-se início a propriedade privada e seus mecanismos de manutenção, como o Estado posteriormente. Por isso Engels (1884/2009, p. 199) afirmou que “o aumento da produção em todos os ramos – criação de gado, agricultura, artes e ofícios domésticos – tornou a força do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua subsistência”. Não iremos aqui nos aprofundar na assim chamada acumulação primitiva do capital, mas iniciamos o debate exatamente para pensarmos na composição do processo de divisão sexual do trabalho, divisão entre trabalho manual e intelectual, cidade e campo, e concomitantemente um acirramento da luta de classes. Esse processo não se deu em águas cristalinas aos olhos. Carregada de contradições, as classes dominantes estão no poder há séculos enquanto as classes oprimidas perduram por gerações, cuja mudança é possível por meio de processos revolucionários. Assim, Marx e Engels em *A ideologia alemã* afirmam:

[...] desenvolve-se a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc., desenvolve-se por si própria ou “naturalmente”. A divisão do trabalho

só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras” (Marx; Engels, 1845-6/2007, p.35, *grifos dos autores*).

Dito isto, podemos pensar que as formas de consciência que se produzem a partir da sociedade de classes, da divisão social do trabalho podem, inclusive, inverter, negar e mistificar a práxis social. Marx ainda complementa que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, exatamente porque essa unidade objetivo-subjetiva é inseparável na realidade, porém este “descolamento” da consciência em relação à práxis social permite-lhe pensar tais aspectos em separado.

Com base no acima exposto, devemos apontar que a divisão social do trabalho calcada na sociedade de classes possibilitou também a fragmentação das teorias, de tal modo que utiliza explicações e ideias “naturalizantes” das desigualdades sociais e contradições emergentes. Dessa forma, na ascensão de uma determinada classe social como dominante, há intelectuais que buscam fundamentar os fenômenos insurgentes e disputar a formação da consciência dos indivíduos não apenas no mundo das ideias, mas na unidade destas com a objetividade. Konder (2020, p.49), ao se referir aos pensadores da burguesia, aponta: “esses ‘pensadores’ são aceitos pelos membros economicamente mais ativos da classe dominante porque se desincumbem de uma função necessária; cabe-lhes apresentar o interesse da classe como interesse comum a todos os integrantes da sociedade”. Assim, os intelectuais da burguesia, por exemplo, desenvolvem teorias lógicas para legitimar os resultados desiguais da sociedade. Por isso, destacamos a importância de teorizar as desigualdades e propor mudanças efetivas, ou melhor, buscar o desenvolvimento social igualitário sem as divisões de classes e consequentemente, com a promoção de um pensamento dialético.

Claro que para uma “disputa” dessa grandeza, é necessário que as instituições também sejam disputadas, pois estas se ancoram às necessidades da classe burguesa, como por exemplo, as instituições religiosas, educacionais, culturais etc., mas, ao mesmo passo, é necessária uma mudança social em totalidade. Nessa direção, temos que encarar a disputa das consciências da classe trabalhadora em meio às contradições. E, por que isso é necessário? Entende-se que o é porque embora o reflexo direto do produto da divisão social do trabalho seja evidente em termos empíricos a todo trabalhador, por exemplo, o desemprego, a falta de moradia, a fome, o adoecimento laboral, a compreensão de que tais condições derivam do modo como se organiza a sociedade capitalista, necessita ir além das explicações que reduzem

a um ou outro fator. Tais explicações reducionistas e simplistas, que permeiam as ideologias das classes dominantes para promover o conformismo, a impotência, o fatalismo, estabelecem relações diretas entre os fenômenos como a ideologia do esforço pessoal (meritocracia) ou as diversas formas de misticismo (castigo de deus, recompensa em outra esfera transcendental, dentre outras). Tais explicações conservadoras da ordem vigente que acabam por ser internalizadas pelos trabalhadores expressam a importância da unidade objetivo-subjetiva e o domínio destas relações complexas pelos intelectuais que defendem a transformação radical desta sociedade.

Tendo como base a realidade objetiva é possível demonstrar que as desigualdades não ocorrem em nível individual, mas social. Ou seja, é necessário que a classe trabalhadora se questione (e não apenas isso), “por que as pessoas passam fome tendo comida sobrando?”, “por que as pessoas não têm onde morar tendo casas desocupadas?”, ou ainda “por que diante da maior crise econômica e sanitária mundial (como nos últimos anos), milhões estão abaixo da linha da miséria enquanto empresários, banqueiros, latifundiários aumentaram suas riquezas?”. As ideologias burguesas possibilitam responder essas perguntas de modo reducionista e parcial como exposto acima, escamoteando a essência dos fenômenos, sua origem baseada numa estrutura econômica, não numa superestrutura como propõe Marx. Segundo Ludovico Silva:

É um verdadeiro jogo no qual a realidade material produz uma ideologia que nega o verdadeiro caráter da realidade material idealizando-o e que, por sua vez, incide ativamente sobre esta realidade - com o que esta termina por ser duplamente negada, ou seja, *afirmada*. Por isto, o essencial de toda ideologia é a afirmação profunda e constante da ordem material existente, a sua justificação suprema (L. Silva, 2012, p.64).

A compreensão apenas material torna-se fragmentada em relação à totalidade social, ou seja, a unidade objetivo-subjetiva é primordial para qualquer mudança econômica-política-jurídica. Por isso, é preciso “[...] explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (Marx, 1859/2008, p.48). Apesar de Marx não se debruçar sobre o desenvolvimento do psiquismo, é de suma importância ressaltar que sua teoria revolucionária (concomitante a militância) caminhou para a compreensão da sociedade capitalista e as vias de sua superação, buscando o fim, não apenas das ideologias burguesas, mas a superação de todo o modo de produção capitalista. Pois mesmo após uma revolução, enquanto ainda há luta de classes, a disputa ideológica permanece.

Quando mencionamos sobre a necessidade e a importância da disputa e formação da consciência de classe, estamos lidando diretamente com a base econômico-jurídico-política.

Porém, vale ressaltar que, o fato de um indivíduo nascer em uma determinada classe social não o faz ter consciência dos interesses da classe a que pertence concretamente. Na sociabilidade capitalista é plenamente possível um integrante da classe trabalhadora, explorado e precarizado pelas relações de produção existentes defender os interesses da classe burguesa, da classe que o explora. Do mesmo modo é possível existir integrantes da classe burguesa ou pequena burguesia que defendam os interesses da classe trabalhadora, se identifiquem e lutem por estes interesses. Somente uma compreensão linear ou lógica formal da história, eliminando desta as contradições que são o seu motor, permite negar a existência deste fenômeno. É exatamente este ponto que gostaríamos de aprofundar.

1.2. Desenvolvimento do psiquismo

Neste tópico, é importante dar início a discussão da unidade objetivo-subjetiva, partindo da psicologia histórico-cultural. Para isso, abordaremos brevemente alguns aspectos das psicologias tradicionais apontados por Vigotski, pois demonstram diferenças substanciais à análise do ser social.

De acordo com Vigotski em seu texto clássico sobre a crise da psicologia (O significado histórico da crise da Psicologia, de 1926-27), o autor demonstra alguns limites decorrentes das psicologias tradicionais de sua época, como a Gestalt, personalismo, behaviorismo watsoniano e psicanálise freudiana. Claro que não aprofundaremos nesse debate, pois desviaria de nosso objeto de pesquisa, entretanto, sua abordagem é fundamental para nos diferenciar das demais vertentes psicológicas, levando em consideração um ponto central, desconsiderada pelas demais como categoria fundante do ser social: a atividade humana, trabalho.

Conforme Vigotski (1926-7/1999), as escolas psicológicas tradicionais possuem maneiras diferentes de analisar o psiquismo, seja pela metodologia, seja pela base filosófica ou até mesmo o objeto de investigação em si. Aqui, especificamente, daremos enfoque apenas ao pêndulo objetivismo e subjetivismo que as psicologias oscilam (esse legado perpassa outras áreas do conhecimento além da psicologia, principalmente quando ligadas às Ciências Humanas e Sociais). Apesar de suas particularidades, Vigotski demonstra que a análise do ser singular ora se baseava numa concepção idealista, o compreendendo como cindido em mente e corpo (duas instâncias) que não possuíam uma ligação necessariamente, ora numa concepção materialista mecanicista, cujo resultado era de causa-efeito (vide a psicologia de Kornílov). Ou seja, ainda que ambas pudessem considerar a vida material, recaiam em

compreensões fragmentadas da realidade. Segundo Tuleski (2008, p.81), “Vigotski parece perseguir o objetivo de superá-la, trazendo para a Psicologia o método proposto por Marx e Engels e construindo a ponte que eliminaria a cisão entre matéria e espírito”. Desse modo, a análise do ser social precisava basear-se na unidade objetivo-subjetiva, de tal maneira que não cindisse o indivíduo entre mente e corpo ou ainda em relações de causa-efeito, fragmentadas. Assim, “[...] as ideias ou descobertas científicas particulares, a princípio ligadas a necessidades humanas concretas, descolam-se da realidade e alcançam o mais alto grau da abstração, onde convertem-se em dogmas e ideologias sobre a natureza humana e a relação homem-natureza” (Tuleski, 2008, p.89).

Numa contraproposta das psicologias tradicionais, Vigotski elabora uma psicologia baseada no materialismo histórico-dialético, considerando a atividade vital humana como categoria fundante. De acordo com Shuare (2017, p.61) “a característica fundamental da atividade humana é seu caráter mediatizado pelo instrumento que se interpõe entre o sujeito e o objeto da atividade”. Em linhas gerais, é por meio da atividade que o indivíduo irá se desenvolver e por isso “[...] os fenômenos psíquicos, o psiquismo humano, sendo sociais por sua origem, não são algo dado de uma vez para sempre; existe um desenvolvimento histórico de tais fenômenos, uma relação de dependência essencial dos mesmos com respeito à vida e à atividade social” (Shuare, 2017, p.62).

Nesse sentido, a Psicologia Histórico-cultural tem como proposta não apenas considerar a atividade como categoria fundante do ser social, assim como o fez Marx e Engels, mas explicar como ocorre o desenvolvimento do psiquismo humano no interior das contradições objetivas da realidade, ou seja, como resultado de relações complexas socialmente estabelecidas no interior das quais o sujeito possui um papel ativo.

O homem é um indivíduo social, vive e estrutura-se enquanto tal em condições de uma vida organizada histórica e coletivamente. São essas condições comuns a todos os membros da sociedade, classe, cultura, etc. que sustentam a construção e existência da dimensão social da consciência (Martins, 2015, p.59).

Leontiev (1978) por sua vez, explica com base no método marxiano que, ao contrário do princípio explicativo mecanicista, o reflexo psíquico da realidade não se dá de maneira direta, ou seja, não é uma influência direta e unilateral. Afirma também que uma concepção idealista do desenvolvimento do psiquismo compreendia que a imagem subjetiva ocorria de forma separada da realidade objetiva. Por isso o autor alega que “[...] a imagem subjetiva do mundo exterior é produto da atividade do sujeito neste mundo” (Leontiev, 1978, p.53). Dado que não podemos desconsiderar a interação entre indivíduo-natureza na constituição do

sujeito, desde seus níveis mais elementares aos superiores. É por este motivo que, ao analisar o psiquismo é necessário partir da realidade objetiva do indivíduo e sua relação social e coletiva. Nesse sentido, Martins (2015, p.56) ressalta: “o psiquismo existe numa forma dupla. A primeira forma manifesta-se na atividade, sendo a forma primária e objetiva de sua existência. A segunda forma, subjetiva, manifesta-se no reflexo psicológico como ideia, imagem, enfim, como consciência”.

Por conseguinte, Vigotski (1929) afirma que as funções psicológicas antes de se tornarem função interna propriamente dita, ela foi externa, ou seja, social. É por isso que o autor reitera que “antes de se tornar função, ela foi uma relação social entre duas pessoas” (Vigotski, 1929, p.24). Não obstante, essa afirmação se torna problemática se a dialética for descartada, visto que, a atividade objetiva não é transposta ao psiquismo de maneira espelhada ou de forma mecânica, mas a partir das relações e contradições que historicamente e dialeticamente são estabelecidas. “Neste sentido é necessário esclarecer que para Vigotski a interiorização não é a simples passagem da função do exterior ao interior, mas que implica a transformação da estrutura da função, a constituição da própria função psíquica superior” (Shuare, 2017, p.66).

Para complementar ainda, Leontiev aponta que “a significação mediatiza o reflexo do mundo pelo homem na medida em que ele tem consciência deste, isto é, na medida em que o reflexo do mundo se apoia na experiência da prática social e a integra” (Leontiev, 1959/2004, p.101).

A unidade objetivo-subjetiva é a síntese de múltiplas determinações que constituem o indivíduo. Desta forma, as bases materiais de produção da vida humana são essenciais para a formação da personalidade e da consciência. Quando nos referimos ao modo de produção como base material para o desenvolvimento subjetivo, não afirmamos que esse processo ocorra de forma mecânica ou linear, como um processo de causa-efeito, muito pelo contrário, há uma série de fatores que determinam a constituição subjetiva do ser social, considerando a dialética singular-particular-universal.

Os processos objetivos são de dupla ordem, objetivos porque o órgão do psiquismo é o cérebro e o que se refrata no psiquismo é a realidade concreta que existe fora da nossa cabeça. São dois processos objetivos que resultam em uma imagem subjetiva, este é o ponto nodal da Psicologia Histórico-Cultural. Esta imagem, no entanto, não é direta, um reflexo especular, mas é constituída por meio da linguagem simbólica que permite a relação entre as coisas existentes fora da nossa cabeça. É neste ponto que temos os sistemas de significação, estes

podem nos oferecer uma imagem mais límpida e transparente, que nos permita ver além da superfície ou nublar nossa visão, criar uma névoa que impossibilite que entendamos o que está encoberto, não perceptível.

A significação é o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem a esta. O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele tal como se apropria de um instrumento, esse precursor material da significação. O fato propriamente psicológico, o fato da minha vida é que eu me apro[p]rie ou não, que eu assimile ou não uma dada significação, em que grau eu a assimilo e também o que ela se torna para mim, para a minha personalidade; este último elemento depende do sentido subjetivo e pessoal que esta significação tenha para mim (Leontiev, 1959/2004, p.102).

Conforme citação anterior, Leontiev destaca que, quando nascemos – inseridos em uma determinada sociedade – somos envolvidos em uma série de significações sociais, leituras e atuações sobre o mundo, porém, nem tudo o que lhe é apresentado torna-se uma lei geral em seu psiquismo. Ou seja, as contradições sociais, assim como os diferentes níveis de sociabilidade que o ser singular é inserido ao longo de seu desenvolvimento contribuem de maneiras diferentes na formação de sua consciência. Ainda que muitos elementos sejam comuns na apropriação e reprodução do ser social. Essa afirmação é importante para pensarmos mais adiante na adesão de trabalhadores e trabalhadoras nos movimentos e organizações burguesas na Rússia.

O modo de produção calcado na sociedade de classes antagônicas, em que a produção é social, mas sua apropriação torna-se individual pelas classes dominantes, caracteriza uma série de elementos constitutivos objetivo-subjetivos. Por este motivo, Vigotski (1930, p.1) afirma que “a composição de sua personalidade e a estrutura de seu comportamento acaba por se constituir em uma variável [‘quantum’] dependente da evolução social, cujos principais aspectos são determinados pela última”. Em outras palavras, analisar a constituição do indivíduo desconsiderando a sociabilidade recai nos limites ideológicos e alienantes produzidos por uma sociedade desigual, e que se agrava e se deteriora à medida que aumenta o processo de exploração e opressões visando a mais-valia das classes dominantes. Assim, Vigotski também anuncia:

Todas essas influências adversas não são inerentes à indústria de grande escala como tal, mas a sua organização capitalista, baseada na exploração de enormes contingentes populacionais, resultando em uma situação na qual, ao invés de levar cada novo passo em direção a conquista da natureza pelos seres humanos; cada novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade alcançado a frente; *não só fracassou em elevar a humanidade como um todo – e cada personalidade humana individual – para um nível mais alto, como a reconduziu a uma degradação mais profunda da personalidade humana e de seu potencial crescimento omnilateral* (Vigotski, 1930, p. 4, grifos nosso).

Ao observar o processo de degradação da personalidade humana, podemos questionar não apenas a divisão social do trabalho, mas a fragmentação de todo o desenvolvimento humano e suas consequências.

De acordo com Luria (1967/1991, p.73), o desenvolvimento humano ocorre por meio da assimilação da experiência acumulada e transmitida pela aprendizagem. Além disso, ressalta a importância da linguagem como um dos fatores para a formação da atividade consciente, demonstrando que:

Por meio da fala transmitem-se os conhecimentos mais elementares e posteriormente, por meio da linguagem, ele assimila na escola as mais importantes aquisições da humanidade. A grande maioria de conhecimentos, habilidades e procedimentos do comportamento de que dispõe o homem são resultado de sua experiência própria mas adquiridos pela assimilação da experiência histórico-social de gerações (Luria, 1967/1991, p.73).

Interessante pensar o quanto o “apagamento histórico” das lutas das classes oprimidas, dos levantes revolucionários é uma estratégia ideológica das classes dominantes, para reafirmar nas consciências a eternização de um dado sistema. O quanto o resgate não só dos fatos, mas dos processos imbricados e suas contradições é um instrumento importante de compreensão não linear da história, para pensar tática e estratégia.

A reprodução do ser social desde o início se dá pela via da transmissão, a linguagem simbólica desenvolvida no interior do trabalho humano como atividade vital é a garantia da conservação daquilo que foi desenvolvido – instrumentos, ideias – para as gerações seguintes. Nesse sentido, Martins pontua: “A relação entre apropriação e objetivação ocorre sempre em condições históricas, e, dessa forma, para que os indivíduos se objetivem como seres humanos, é preciso que se insiram na história. Essa inserção dá-se pela apropriação das objetivações resultantes das atividades das gerações passadas” (Martins, 2015, p.37). Este aspecto é essencial para a reprodução do ser social, porém na particularidade da sociedade de classes, da divisão social do trabalho, ganhará contornos vinculados à manutenção dos interesses de uma dada classe em conservar suas formas de exploração sobre outras.

Na sociedade capitalista, tais mecanismos, denominados de mecanismos ideológicos empregam os mais diversos instrumentos simbólicos ou sistemas de significação como trata Leontiev (1978), para “convencer” que as formas de exploração existentes são legítimas e até “naturais” e, portanto, devem ser aceitas por todos. Dada a complexidade do sistema capitalista em sua tríade produção-distribuição-consumo, a formação da personalidade desde a infância vai sendo conformada por tais sistemas de significação, por isso a origem de classe em si não nos remete necessariamente à consciência. Martins (2015, p.56) afirma que “a

unidade entre o real e o ideal é garantida pela atividade vital humana, que ao mesmo tempo é mediatizada e mediatizadora do reflexo psicológico”.

Sobre linguagem simbólica e as relações dominantes estabelecidas socialmente (ideologias), Vigotski alega que, “a relação das funções psicológicas é geneticamente correlacionada com as relações reais entre as pessoas: regulação pela palavra, conduta verbalizada = poder – subordinação” (Vigotski, 1929/2000, p.25). Em um momento histórico de crise em que as contradições estão exacerbadas, há sistemas de significação em disputa, aqueles que podem concorrer para um curso histórico que desemboque na barbárie e aqueles que concorram para um salto qualitativo, para uma organização societária mais complexa e organizada pelos princípios da liberdade (na concepção marxiana) e não da necessidade.

Luria (1967/1991, p.80), por sua vez, ressalta que “[...] as palavras de uma língua não apenas indicam determinadas coisas como abstraem as propriedades essenciais destas, relacionam as coisas perceptíveis a determinadas categorias”, e complementa ainda que essa abstração e generalização são fundamentais para o desenvolvimento da consciência, pois promove uma reorganização da percepção. A partir disso, podemos apontar a importância da linguagem, como promotora do desenvolvimento da consciência, e dar ênfase na organização de um trabalho que extrapole as condições imediatas (empíricas) para as mediadas (teóricas), ou melhor, dispute a formação da consciência de classe que compreenda os fenômenos em sua gênese e desenvolvimento. Conforme Luria:

É dispensável dizer que só com base na linguagem e com sua participação imediata constituem-se as complexas formas de *pensamento* abstrato e generalizado; o surgimento dessas formas representa uma das aquisições mais importantes da humanidade e garante a transição do “sensorial ao racional”, considerada pela filosofia do materialismo dialético como um salto que pela importância é igual à transição da matéria inanimada para a animada ou da vida vegetal para a animal (Luria, 1967/1991, p.83).

O salto qualitativo relacionado às formas de pensamento nos permite apreender a realidade a partir das contradições, de maneira que reorganize a percepção sobre as desigualdades sociais, fator relevante para o desenvolvimento da consciência de classe, ou ainda uma consciência nos limites econômicos. Destaca-se aqui a relação interfuncional, a relação entre as funções psíquicas. Os autores soviéticos, legatários de Marx baseiam-se na assertiva de que a sensação e percepção como portas de acesso aos fenômenos externos são “educadas”, tornam-se sociais. Tais portas configuram a atenção, ou seja, quais fenômenos devemos ou não nos atentar, solidificam a memória, o que devemos ou não perpetuar em nosso psiquismo, por meio dos sistemas de significação sociais apropriados, permitem maiores ou menores elaborações sobre as causas e efeitos dos fenômenos naturais/sociais.

Todas estas funções que se desenvolvem em relações sistêmicas em níveis de complexidade orientam as ações do ser social singular na realidade. Em síntese formam e conformam sua imagem do mundo.

De acordo com Marx, o modo de produção vigente em cada período histórico determina, em dada medida, as condições e o desenvolvimento dos indivíduos, pois está para além de suas escolhas pessoais. Dessa maneira, afirma:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (Marx, 1859/2008, p.47).

Dito isso, é de extrema importância compreender o processo de objetivação e apropriação que, segundo Martins (2015, p.40) forma os significados abstratos e conceitos e, concomitantemente, a atividade que desenvolve a consciência. É por meio do trabalho, atividade vital humana, que ocorrem as possibilidades de socialização, objetivação e apropriação daquilo que já foi ou será produzido socialmente. Ademais, “não se pode conceber o homem como um conjunto definido de determinações sociais e biológicas ou como resultado mecânico dessas forças” (Martins, 2015, p.47), ou seja, o processo de desenvolvimento humano não se dá de forma linear ou passiva. Há uma série de determinações e níveis de sociabilidade desde a infância que possibilitam o desenvolvimento objetivo-subjetivo do indivíduo. Assim como Leontiev já afirmava em seu livro *Actividad, conciencia y personalidad*:

[...] o indivíduo não está diante de uma ‘vitrine’ de significados entre os quais somente lhe cabe fazer uma escolha, em vez disso, penetram com energia com as pessoas que formam seu círculo de comunicações reais. Se em determinadas circunstâncias da vida o indivíduo se vê compelido a escolher, esta escolha não é entre significados, mas entre posições sociais antagônicas que se expressam e apreendem mediante esses significados (Leontiev, 1978, p.122, tradução nossa).

São posições concretas que são feitas mediante as possibilidades de compreensão que tenho delas (situação social de desenvolvimento do sujeito), são escolhas ou posições que se refletem na consciência pelo prisma dos significados. Então, quanto mais determinações sociais o indivíduo compreende ou captura, mais possibilidades de significados podem ser interiorizadas socialmente. Claro que tais significados podem ser de cunho ideológico burguês ou ainda revolucionário, pois mesmo diante das contradições apresentadas nas diferentes

posições sociais, isso não é determinista para quais significados serão apreendidos por cada indivíduo. E nesse viés:

Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (Marx, 1859/2008, p.47).

Mesmo em um processo revolucionário efetivo, conduzido por uma classe revolucionária que, por exemplo, tenha uma maior consciência das multideterminações e assuma a vanguarda do processo, haverá diversas pessoas, grupos ou extratos de classe se envolvendo com consciência parcial, fragmentária ou superficial. Não há uma homogeneidade e este é um fator que antecede, determina o processo durante a revolução e se prolonga posteriormente.

Sendo assim, o modo de produzir e reproduzir a vida humana, que inclui os elementos mais básicos de sobrevivência (do estômago) aos mais complexos da abstração (do espírito), estabelecem formas diferentes de consciência que não dependem exclusivamente da classe social que o indivíduo está inserido, ou seja, não da classe em si. Por este motivo, no próximo tópico iremos adentrar especificamente na unidade objetivo-subjetiva da consciência a partir da psicologia histórico-cultural.

1.3 Desenvolvimento da consciência e consciência de classe

De acordo com o exposto anteriormente, o modo de produzir e reproduzir a vida determina o desenvolvimento do psiquismo. Nesse sentido Leontiev (1959/2004, p. 128) aponta duas principais transformações da consciência advinda de uma sociedade de classes, sendo, o isolamento da atividade intelectual, impossibilitando o pleno desenvolvimento humano; e, a alienação nos processos de produção. Tais processos são abordados por Marx ao demonstrar que:

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da sua última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (Marx, 1844/2010, p.84, *grifos do autor*).

Além disso, Ludovico complementa que “[...] a força de trabalho do operário, ao se converter em *mercadoria* (a que obriga o regime social de produção), torna-se o inimigo número um do próprio operário” (L. Silva, 2012, p.52), demonstrando que, ao transformar tudo em mercadoria, inclusive a força de trabalho cujo trabalhador precisa vender para o capital para sobreviver, contribui também para o processo de alienação. Ou melhor, a alienação desemboca numa sujeição do indivíduo frente ao mundo da mercadoria, inclusive seu próprio desenvolvimento psíquico, sua consciência, sua personalidade. À medida que ocorre esse processo relacionado diretamente com a estrutura econômica, há uma reificação da consciência. E voltamos a reafirmar que esse desenvolvimento alienado na sociedade de classes não é determinista e homogêneo, pois a consciência, seja em si e para si, desenvolve-se mediante as contradições existentes.

Esses elementos contribuem para pensarmos como os processos de agitação e propaganda foram realizados pelas mulheres na Rússia e quais seus objetivos, sejam com pautas mínimas como a redução da jornada de trabalho ou ainda o fim da servidão do lar, ou com o programa máximo de uma revolução social. Este último não se enquadrava em todas as organizações que as mulheres dirigiam. Além disso, essa alienação ao qual Marx aborda em seus *manuscritos econômico-filosóficos* nos permite refletir como o estranhamento dos indivíduos masculinos diante de uma barbárie sofrida pelas mulheres não era suficiente para uma organização conjunta. Desta maneira

[...] os estratos e as classes oprimidas ou que, todavia não tem alcançado o poder, somente se convertem em fatores politicamente ativos quando surge certo *mínimo* de consciência coletiva, quer dizer, quando se compreende que existem interesses comuns, quando se constitui a consciência social (Heller, 1970/1994, *tradução nossa*).

Sendo assim, por mais severo e esmagador modo de produção que a burguesia instaure sob o proletariado, ainda assim, o estranhamento em seus diferentes níveis contribui para o não reconhecimento da exploração e opressão que o outro também está submetido. Por exemplo, a extensa jornada de trabalho e a diferença de salários entre trabalhadores e trabalhadoras não é suficiente para reconhecer que ambos são explorados ao máximo por uma determinada classe. Pelo contrário, a competitividade é estimulada e a compreensão que ambos são diferentes e por isso não devem lutar juntos por melhores condições de vida e de trabalho. Isso aconteceu também quando as mulheres adentraram as fábricas na Rússia, e que, foram reconhecidas como *fura-greves* exatamente porque no ápice do desespero, elas precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver, mesmo que isso desmobilizasse uma greve por melhores condições de vida; ou seja, tanto os grevistas quanto os desempregados

não reconheciam a importância de sua unidade de classe para combater algo comum que determinava a sua condição de vida: combater a classe dominante e seu modo de produção.

Tendo isso em vista, a alienação juntamente com as ideologias dominantes propicia uma fragmentação da classe, separando-as não apenas entre quem vende ou não sua força de trabalho, mas separando também, no caso específico da Rússia, os trabalhadores e trabalhadoras, os camponeses e o operariado etc.

Desta forma, é importante declarar que, por mais imediatas que sejam as pautas dos trabalhadores por melhores condições de vida, é necessário que haja uma organização que direcione o pensamento e atividades concretas dos trabalhadores, não no sentido messiânico, e sim na busca pela superação das pautas econômicas, onde os trabalhadores avancem. Nesse sentido, Lenin aborda em *O que fazer?* que é necessário compreender a realidade em seus níveis não apenas econômicos, mas políticos e sociais, ou melhor, como uma totalidade articulada.

Nessa perspectiva, Vigotski defende o desenvolvimento do pensamento dialético, considerado pelo autor, a etapa superior no desenvolvimento do pensamento, mas para isso é de suma importância também o desenvolvimento na formação de conceitos, pois “[...] é improvável supor que esta última e superior etapa do desenvolvimento já está presente nos primeiros passos do adolescente que acaba de dominar novos modos da atividade intelectual” (Vigotski, 1984/2006, p.68, *tradução nossa*). O pensamento dialético, como afirma Vigotski, ou ainda o conhecimento da realidade em níveis econômicos, políticos e sociais como defende Lenin, nada mais é que a compreensão da realidade em seus diferentes níveis, dos mais concretos aos mais abstratos e que haja relação entre os elementos que constituem tal realidade, compondo uma totalidade articulada. Claro que esse desenvolvimento requer mais que uma simples alfabetização, pois é necessário extrapolar e romper os limites que uma sociedade fragmentária e ideológica proporciona. Para isso, é imprescindível uma disputa da consciência a partir da realidade material, buscando ao máximo o desenvolvimento do pensamento dialético, para compreender as contradições presentes numa sociedade desigual e as vias para superá-la.

Nessa direção, pode ocorrer o reconhecimento da gênese da exploração e opressões das trabalhadoras e trabalhadores, mesmo com limites resultantes da alienação e ideologias dominantes intensificadas pelas instituições burguesas. Reconheçam ainda as possíveis transformações decorrentes de uma revolução social. Conseqüentemente, para que os indivíduos da sociedade produzam e tenham domínio, não apenas daquilo que produzem

como fonte de sobrevivência, mas tenham domínio de um desenvolvimento pleno, tenham uma formação de conceitos científicos para o desenvolvimento de um pensamento dialético. Ou melhor, que a atividade, a consciência e personalidade sejam desenvolvidas em suas máximas possibilidades, não de forma alienante.

Dando ênfase no aspecto formativo da consciência de classes, em destaque às mulheres, vale ressaltar que no período pré-revolucionário russo – até mesmo depois da tomada de poder em outubro – muitas trabalhadoras e trabalhadores apoiaram os ataques contrarrevolucionários organizados/dirigidos pela burguesia e aristocracia, mesmo que estes não representassem seus interesses. Segundo Almeida (2008, p.12), a classe dominante se materializa na integração entre classe intelectual e material, de tal maneira que, a consciência particular de sua classe é transformada em ideologia, ou seja, elementos que são característicos de uma dada classe detentora dos meios de produção são transpassados para indivíduos de outras classes sociais, como se essa consciência fosse universal e inquestionável. A autora ressalta ainda que “a ideologia representa as relações materiais de classe concebidas como ideias, sendo a alienação terreno fértil para a universalização da ideologia” (Almeida, 2008, p.34). Nesse sentido, Vigotski (1930, p.2) aponta a dialética existente na constituição dos indivíduos, visto que:

Da mesma forma que a dinâmica de uma sociedade viva não representa uma totalidade simples e uniforme, e que a sociedade mesma é seccionada em diferentes classes sociais; assim durante um período histórico determinado, não se pode dizer que a composição das personalidades humanas represente algo homogêneo, unívoco. [...] As várias contradições internas, as quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de personalidade, quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado (Vigotski, 1920, p.2).

Tal afirmação nos possibilita ir também ao encontro ao que Marx explicita nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, apontando que o estranhamento e alienação dos trabalhadores na produção social possibilitam não somente uma fragmentação do indivíduo, mas o não reconhecimento de si com o outro, do gênero humano. Conseqüentemente, essa produção colabora na formação unilateral do ser social e na manutenção do modo de produção vigente. De acordo com Marx, “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*” (Marx, 1844/2010, p.85, *grifos do autor*). A partir daqui, conseguimos relacionar a situação específica da Rússia, onde trabalhadores viviam à margem da sobrevivência, com extensas jornadas de trabalho, condições insalubres de moradia, miséria exacerbada etc. O trabalho estranhado, seja nas fábricas, no campo ou no interior das casas, reforçado pela divisão material e intelectual do trabalho, possibilita que as

classes dominantes se mantenham dominantes, não apenas pelos seus ideais, mas pela condições materiais promovidas aos oprimidos e explorados. Dado que:

Em um extremo da sociedade, encontramos a divisão entre o trabalho intelectual e o material, a separação entre a cidade e o campo, a exploração implacável do trabalho de crianças e mulheres, a pobreza e a impossibilidade de um desenvolvimento livre e omnilateral do pleno potencial humano; e, no outro extremo, folga e ostentação. De tudo isso resulta não só que tipo humano autenticamente único diferencia-se e fragmenta-se em vários tipos, de diferentes classes sociais – como estes, por sua vez, permaneçam em agudo contraste entre uns e outros – , mas também a corrupção e a distorção da personalidade humana, assim como sua sujeição a um desenvolvimento inadequado, unilateral, *no interior mesmo de todas essas diferentes variantes tipológicas humanas* (Vigotski, 1930, p.2, *grifos do autor*).

Em vista disso, cabe ressaltar que o desenvolvimento psíquico está estritamente relacionado a divisão social – e sexual – do trabalho, divisão esta que fragmenta não apenas a produção social básica de sobrevivência, mas a fragmentação do próprio desenvolvimento humano: consciência, personalidade, capacidade de abstração, cultura, arte, lazer etc. Claro que não tratamos esse assunto de forma linear e determinista, como se nenhum trabalhador ou trabalhadora fosse capaz de desenvolver tais potencialidades, porém, a divisão social do trabalho como está organizada limita o pleno desenvolvimento. Por isso a importância de apontar o desenvolvimento da consciência não apenas em seu sentido mais amplo do social, mas levar em consideração o campo individual, singular. Em consequência da alienação, as relações se tornam estranhadas a tal ponto que somente na posse da propriedade privada, o indivíduo aparentemente se realiza, ou ainda, tem o desenvolvimento de sua personalidade corrompido, conforme Vigotski afirma anteriormente.

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *usado*. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meios de vida*, e a vida, à qual servem de meio, é a *vida da propriedade privada: trabalho e capitalização* (Marx, 1844/2010, p.108, *grifos do autor*).

É importante destacar o quão a alienação solidificada nas ideologias são ferramentas imprescindíveis para as classes dominantes. No caso específico da Rússia, por exemplo, no final do século XIX e início do XX tiveram mudanças substanciais no modo de produção, de tal maneira que a industrialização e a expansão ferroviária avançaram em passos largos, aumentando assim a riqueza das classes dominantes. Em contrapartida a esse episódio, a miséria e as extensas jornadas de trabalho não diminuíram, muito pelo contrário, houve um aumento da exploração no país. Esse fato é determinado por um desenvolvimento desigual e combinado, tendo em vista que mesmo com o nítido avanço das forças produtivas em território russo e aumento das produções – fossem estas exportações ou importações -, dadas

classes detinham e aumentavam suas riquezas, enquanto a classe trabalhadora era ainda mais explorada e expropriada.

Nesse sentido, o desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção russo, com a expansão da industrialização e, paralelamente, o aumento da miséria para uns e riqueza para outros, demonstra como a ideologia e alienação são necessárias para manter a classe dominante no poder. Mesmo na Rússia em que houve uma série de manifestações, atos, greves e motins por melhores condições de trabalho, ainda assim, houve uma grande parcela social que apoiava as classes dominantes, mesmo que uns morressem nos fronts das guerras, sofressem com as condições materiais em níveis animalescos, promovida pelas classes dominantes.

Tal contradição, expressada pela produção social e apropriação individual, decorrente do avanço das forças produtivas, não era evidente a todos os trabalhadores oprimidos e explorados pelo capitalismo em ascensão na Rússia (assim como em outros países embasado na sociedade de classes), pois, a divisão social do trabalho como mencionada anteriormente, fragmenta não apenas o desenvolvimento da produção material, mas também intelectual/espiritual. Ou seja, assim como Almeida (2008) menciona que a alienação é um terreno fértil para as ideologias, podemos destacar que tal fragmentação da produção material e intelectual dificulta a análise concreta da realidade e o levante dos trabalhadores e trabalhadoras. Porém, é muito importante destacar que na Rússia, o fim da servidão feudal ocorrera ainda no final do século XIX, jogando uma série de trabalhadores para a venda de sua força de trabalho e por isso a repressão, prisão e exílios foram recorrentes e cada vez mais severos. Neste caso, o Estado – como máquina de repressão – era necessário para garantir a segurança das classes dominantes e suas propriedades privadas, pois só as ideias não foram suficientes para conter manifestações dos trabalhadores. Vale ressaltar, segundo Almeida (2008) que:

Esse movimento isolado não leva à superação da alienação, embora a consciência da alienação seja fator importante para a sua superação. Em outras palavras, devemos lembrar que por mais que as contradições do real permitam que a própria consciência alienada tome consciência de sua alienação, a superação da alienação não pode acontecer no plano ideal, mas somente a partir da própria atividade material. A consciência da própria alienação pode levar o indivíduo a inserir-se em uma ação intencional coletiva que culmine na superação da sociedade de classes (Almeida, 2008, p.38).

Sendo assim, mesmo diante de levantes dos trabalhadores em prol de uma causa comum, como a garantia de pão e de emprego em meados dos anos 1900, somente essas manifestações não foram suficientes para despertar a consciência de classe ou ainda para quebrar os grilhões da opressão e exploração.

Lenin, em seu livro *O que fazer?* discute sobre a formação da consciência da socialdemocracia² e a consciência economicista³, buscando diferenciar alguns pontos, dentre eles: a importância das lutas economicistas para o desenvolvimento da consciência socialdemocrata. Claro que esse processo não acontece de forma linear e mecânica, pois nem todo trabalhador somará às lutas econômicas, como greves, protestos etc., e nem todo trabalhador que faça parte de tais lutas desenvolverá uma consciência de classe. Por isso a necessidade de entendermos as contradições existentes, não apenas no campo material, na relação ou unidade material-ideal, são imprescindíveis.

Diante disso, Marx afirma que: “as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo” (Marx, 1859/2008, p.48). Ao passo que as forças produtivas têm expansões significativas – o que possibilitaria de certa forma promover melhores condições de vida aos trabalhadores –, contrariamente, aumenta a exploração e opressões, além de demonstrar teorias insustentáveis quando consideramos a superestrutura. Mesmo sem uma consciência de classe, é possível, por meio das contradições e aumento da exploração exercida pelas classes dominantes à classe trabalhadora, ser evidenciada uma desigualdade social e espontaneamente desdobrar em greves, atos, motins etc. Portanto, Lenin relembra:

Isso nos mostra que, no fundo, o “elemento espontâneo” não é mais do que a *forma embrionária* do consciente. E os motins primitivos já expressavam um relativo despertar do consciente. Os operários deixavam a crença tradicional na perpetuidade do regime que os oprimia; começavam... não diria a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência mais coletiva e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades (Lenin, 1902/2015 p.78).

Ressalta-se nessa direção que a adesão de trabalhadoras e trabalhadores a atos de cunho econômico também são importantes para o desenvolvimento da consciência, e conseqüentemente uma organização coletiva. Como já mencionamos, a adesão a tais movimentos não garante uma pauta revolucionária visando o fim do capitalismo. É por este motivo que, podemos encontrar atualmente, movimentos de diferentes naturezas, diferentes bases teóricas, reivindicações e formas de organização diferentes, mesmo que estes busquem o fim da exploração ou da opressão, ou uma liberdade de escolhas dentro do capitalismo.

² A socialdemocracia ou socialdemocratas era como os marxistas revolucionários eram conhecidos na Rússia no final do século XIX e início do XX. Conseqüentemente, Lenin utiliza do termo consciência da socialdemocracia ao referir-se à consciência de classes.

³ De certa forma, uma consciência que está nos limites da sociedade capitalista, que compreende as pautas no campo econômico.

Essas diferenças são mais profundas do que podemos abordar aqui neste trabalho, mas torna-se importante demonstrar que as contradições de um modo de produção – que contraditoriamente possibilitam exacerbar as desigualdades e inclusive cria mecanismos para sua própria destruição/superação – também contribuem para o desenvolvimento da consciência, seja esta de classe, raça, gênero etc.

Entendemos que na esfera do psiquismo individual, como veremos mais adiante, os sujeitos históricos vão desenvolvendo uma consciência sobre si em meio às contradições sociais, conforme as captam de modo mais ou menos articulado. Tal consciência ainda ligada mais à empiria, às observações diretas capturadas na vinculação aos mais diversos grupos sociais em que se insere desde a infância também será permeada pelas ideologias que ali circulam. Tais relações entre o que vivencia concretamente e as “explicações” que lhe são dadas podem entrar em choque, causar estranhamento ou até constituir-se em uma personalidade que se nega a si mesma, como se “vestisse roupas alheias” como expõe Leontiev (1978). Por isso o desenvolvimento da autoconsciência na sociedade de classes é tão permeado de conflitos, uma vez que esta não se refere apenas a uma descrição formal de quem é o sujeito (onde mora, em que trabalha, qual sua renda, sua raça, seu sexo, entre outras características), mas implica no reconhecimento de si no interior das relações sociais, o que necessariamente implica em um conhecimento articulado sobre o funcionamento desta sociedade.

Essa direção nos permite analisar mais adiante as contradições do próprio desenvolvimento da Rússia, das organizações que surgiram no decorrer dos anos, pré e pós-revolucionário e como este processo desencadeou em organizações (movimentos, partidos, ligas, sociedades filantrópicas etc.) que convergiam e divergiam em dados pontos, alguns embebidos inteiramente nas ideologias burguesas, outros buscando combatê-las. É por este motivo que havia uma preocupação na formação da consciência antes mesmo do processo revolucionário de 1917, mesmo que este iniciasse com pautas mínimas como redução da jornada de trabalho, o direito ao aborto, acesso à educação ou ainda liberdade para se organizarem em sindicatos, partidos, ligas etc. Nesse sentido, Lenin pontua:

Já afirmamos que os operários *nem sequer podiam ter* consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência *trade-unionista*, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra

os padrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc.⁴ (Lenin, 1902/2015, p.79).

Não é por menos que o trabalho de agitação e propaganda foi e ainda é muito importante para incitar os trabalhadores às organizações, sem descartar, é claro, as pautas mínimas da classe⁵. Pois, por mais que as organizações buscassem uma transformação radical da sociedade, este é o programa máximo, que por sua vez, não deve ser exclusivo descartando as reivindicações do cotidiano. Por exemplo, as mulheres na Rússia eram majoritariamente subalternizadas nos postos de trabalho, sofriam com a dupla opressão, nas fábricas e em casa, e com a exploração, trabalhando aproximadamente 12-16 horas diariamente, isso quando conseguiam ser contratadas. Claro que acabar com a exploração seria possível apenas com o fim da sociedade de classes, porém, as “batalhas” por melhores condições de vida e trabalho, precisavam ser imediatas. Sendo assim, as pautas como redução da jornada de trabalho, contratação de mulheres e organizações para lutar contra as opressões eram necessárias mesmo antes da revolução.

E a vanguarda da classe trabalhadora demonstrou através de revoluções e manifestações na Rússia como esse desenvolvimento do pensamento dialético possibilitou não apenas uma leitura da realidade, mas a busca por mudança radical no modo de produção, ou melhor, na superestrutura. Isso demonstra que através de organizações coletivas como movimentos sociais, partidos, sindicatos e demais instituições é possível operar pelas contradições de modo a desenvolver e superar o pensamento empírico e místico, para que as ações se articulem desde pautas imediatas até pautas essenciais de engajamento na luta pela superação radical deste modo de produção. Heller (1970/1994, p.174) também destaca que:

[...] Pode-se decidir sobre questões que afetam a um país, a uma cidade somente, a um sindicato, etc. Porém, aqueles que tomam tais decisões e projetam o modo de levá-las à prática, devem conhecer com exatidão o estado e o grau de preparação de sua integração, as relações de força, os pontos fortes e débeis das classes e estratos contrapostos (Heller, 1970/1994, p.174, *tradução nossa*).

⁴ No texto consta a seguinte nota de rodapé: “O *trade-unionismo* não descarta de modo algum toda a ‘política’, como por vezes se pensa. As *trade-unions* sempre conduziram uma relativa agitação e luta política (mas não social-democrata)” (Lenin, 1902/2015, p.79).

⁵ Destaca-se aqui que, pautas mínimas (ou programa mínimo) não significam que são inferiores em relação a pauta máxima. Pelo contrário, são as pautas mínimas que dão os elementos basilares para a pauta máxima, tanto no que diz respeito à formação da consciência de classe, como para o tempo que poderá se dedicar às demais atividades, como a organização revolucionária a partir de uma redução da jornada de trabalho, por exemplo.

Ao longo de um processo de luta dos trabalhadores, seja por pautas mínimas ou máximas, o desenvolvimento da consciência pode ocorrer em muitos que estão envolvidos naquele processo. Entretanto, não é uma lei universal e homogênea cujos envolvidos desenvolveriam a mesma linha de raciocínio e, por conseguinte a mesma consciência. É por este motivo, que Almeida (2008) aborda em seu trabalho a diferenciação de dois conceitos fundamentais para o desenvolvimento da consciência de classe, sendo a consciência em si e a consciência para si.

Heller (1970/1994, p.227) declara que para Marx, os conceitos de classe em si e para si são relativos, sendo o primeiro “[...] tudo o que ainda não tenha sido penetrado pela práxis e pelo conhecimento”, enquanto o segundo, durante a relação entre sociedade e natureza, tem como ponto central a práxis. É por este motivo que a Heller complementa:

É em si aquela classe que, com respeito a sua posição na divisão social do trabalho e sua relação com os meios de produção, está simplesmente presente, considerado que determinada ordem econômica e social não existirá nem poderá existir sem o em si. Converte-se em classe para si quando reconhece seu próprio ser-classe e os interesses conseguintes, quando desenvolve uma classe de sua própria classe (Heller, 1970/1994, p.227, *tradução nossa*).

Os dois conceitos, em si e para si, têm relação direta com a consciência de classe e são fundamentais para um processo de luta em diferentes níveis. Entretanto, uma limita-se a pautas econômicas mais imediatas, ou seja, nos marcos do capitalismo e o indivíduo não se reconhece necessariamente como “membro” de uma classe; e a segunda, por sua vez, se reconhece enquanto classe e admite que as mudanças substanciais para a classe trabalhadora estão relacionadas diretamente com o fim da sociedade de classes, ou seja, busca-se a organização para pôr fim a essa sociedade. Almeida afirma ainda que “[...] isso só é possível porque as condições materiais para a superação já estão dadas ou estão pelo menos em gestação na realidade. É isso que torna possível o surgimento de uma teoria revolucionária. Assim, a consciência de classe dos trabalhadores desenvolve-se pela sua luta como classe e pelo conhecimento sobre as contradições que levam ao movimento da realidade advindos dessa luta” (Almeida, 2008, p.87). Nessa direção, a consciência em si e consciência para si também são produtos da atividade humana⁶.

De acordo com a Heller (1970/1994, p.229, *tradução nossa*), “a humanização efetiva do homem começa no momento em que o homem se apropria desta esfera de objetivações em si por meio de sua atividade. Este é o ponto de partida de toda cultura humana, o fundamento

⁶ Vale lembrar que a atividade humana é objetivo-subjetiva, não devemos jamais confundir atividade com ativismo/pragmatismo.

e a condição de toda esfera de objetivações para si, com uma importância particular na vida cotidiana”.

Dessa forma, o desenvolvimento da consciência em si torna-se uma ferramenta importante para a organização da classe trabalhadora. Porém, não devemos esquecer também da possibilidade de o indivíduo ter uma consciência de classe, reconhecer a superestrutura a qual está submetido e ter conhecimento sobre o papel da alienação na sociedade e, ainda assim não desenvolver táticas coletivamente para combater a sociedade de classes. O estranhamento (alienação) juntamente com as ideologias dificulta a compreensão da realidade, exatamente porque a totalidade da superestrutura não é acessível, dando espaço para questões econômicas estruturais, e por isso Marx ressalta no Prefácio de 1859:

Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (Marx, 1859/2008, p.48).

Por isso reafirmamos a necessidade de um socialismo científico, uma teoria que não esteja apenas a favor da compreensão da realidade concreta, mas que ancore nas mudanças sociais e proponha uma nova sociedade, demonstrando ainda as possibilidades objetivo-subjetivas dessa mudança. Em linhas gerais, a aristocracia russa, juntamente com a burguesia em ascensão, tinha propostas progressistas em relação às mulheres, porém ainda que não houvesse uma disputa de consciência para si, estas organizações possibilitavam um avanço da consciência das trabalhadoras. Vale ressaltar ainda que, em um dos momentos mais importantes ao que diz respeito a organização das mulheres na Rússia, especificamente no Primeiro Congresso de Mulheres de Toda a Rússia (1908), o embate entre organizações burguesas e proletárias se deu exatamente porque as propostas estavam limitadas aos interesses de uma determinada classe, não com o fim da exploração e opressões que as mulheres de todas as classes sofriam.

De acordo com Leontiev (1978, p.167): “O pertencimento do sujeito à determinada classe condiciona desde o começo o desenvolvimento de sua atividade prática, de suas comunicações, de seus conhecimentos e das normas de conduta que assimila. Tudo isso é o que constitui essas aquisições com as quais vai se estruturando a personalidade na etapa de sua formação inicial”. Obviamente, apenas estar inserido em uma determinada classe social não é suficiente para o desenvolvimento da consciência de classe, mas as contradições que são estabelecidas pelo próprio modo de produção possibilitam uma análise e caracterização da

realidade que não esteja permeada majoritariamente por ideologias da classe dominante.

Nesse sentido, Leontiev complementa:

Então, sua personalidade começa a formar-se como classista em outro sentido, no sentido próprio da palavra: talvez no começo sem se dar conta, e em seguida tomando consciência disso, porém cedo ou tarde inevitavelmente ocupará sua posição, que pode ser mais ou menos ativa, decidida ou hesitante. Por isso, não “resulta estar” simplesmente no meio dos confrontos de classes, mas se colocar de um lado ou do outro das barricadas. O que resulta é outra coisa: que em cada momento do caminho da vida tem que se libertar de algo, afirmar algo a si mesmo, e tudo isso precisa *fazer*, e não somente “se submeter às influências do meio” (Leontiev, 1978, p.168, *tradução nossa*).

Por fim, antes de iniciarmos o próximo capítulo, é imprescindível dizer que, segundo Vigotski (1929, p.6):

Essa contradição geral entre o desenvolvimento das forças produtivas e a ordem social correspondente ao nível de desenvolvimento das forças sociais de produção [que já se encontra em equivalência entre forças e relações sociais de produção] resolve-se através da revolução socialista e da transição para uma nova ordem social, em uma nova forma de organização das relações sociais.

É por este motivo que retomamos a ideia central de que apesar do processo de alienação e ideologias das classes dominantes, as contradições são tão exacerbadas que possibilitam o desenvolvimento de uma consciência para si. Tal consciência, mesmo que ainda nos seus limites estruturais do capitalismo, é um dos pontos importantes para iniciar greves, motins, passeatas e revoluções. Mesmo na Rússia, com sua estrutura secular de opressão e exploração, de expropriação constante daqueles que vendiam suas mercadorias para sobreviver, como sua força de trabalho, as repressões e as ideologias dominantes não foram suficientes para conter as manifestações. Inclusive, contribuiu para o aparecimento e crescimento de movimentos progressistas, revolucionários e contrarrevolucionários – fossem estes de cunho classista ou não.

Destaca-se também a importância da agitação e propaganda revolucionárias, demonstrando os limites do sistema vigente em classes sociais e quais as possíveis saídas, partindo da própria realidade da classe trabalhadora. Neste ponto, veremos nos capítulos seguintes algumas táticas de partidos, organizações de mulheres e a seção feminina do partido bolchevique em busca de mais militantes e ativistas em prol da emancipação. Não basta apenas compreender que há opressões e explorações tanto em um período pré ou pós-revolucionário, pois só conhecer não emancipa as mulheres e a classe trabalhadora em geral.

Ter conhecimento de sua alienação e das ideologias que regem a vida em sociedade é apenas um dos passos para emancipar-se, mas não o suficiente, por isso que o Jenotdel (departamento de mulheres) buscava incluir as mulheres nas decisões soviéticas, delegando

tarefas em diferentes lugares. Ou seja, havia dois pontos importantes na construção do estado soviético, principalmente ao que diz respeito às mulheres: 1) despertar a consciência de classe frente às ideologias as quais os/as trabalhadores/as viviam, mesmo pós-revolução; 2) organizar para que esses elementos opressores e exploradores fossem rompidos e uma nova sociedade com novos moldes fosse construída. Da mesma maneira que não há como romper com a alienação e ideologias em sua totalidade numa sociedade de classes porque os indivíduos estão imersos nesse contexto material, o contrário por si só também é insuficiente. Sendo assim, apenas modificar a consciência sem mudar o modo de produção e reprodução ou vice-versa não garante uma emancipação humana e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Almeida nos reporta:

A consciência é, antes de qualquer coisa, um produto social e desenvolve-se baseada na complexidade da produção material humana. A forma como os homens produzem sua existência – a partir das relações que estabelecem entre si e com a natureza – é o que dá a base material para a produção de determinadas formas de consciência social (Almeida, 2008, p.23).

É por esse motivo que Vigotski pontua também: “Junto com a libertação dos muitos milhões de seres humanos [da opressão], virá à libertação da personalidade humana dos grilhões que restringem seu desenvolvimento. Essa é a primeira fonte [da transformação] - a libertação do homem” (Vigotski, 1930, p.6).

Veremos ainda no decorrer dos próximos capítulos que muitas mulheres da classe trabalhadora, apesar das desigualdades aparentes, comparadas às mulheres da aristocracia e da burguesia ascendente, tinham concepções limitadas pela realidade material da sociedade de classes embasada na desigualdade, na opressão e na exploração. Ademais, mesmo diante disso, houve mulheres que se organizaram em movimentos, sociedades e partidos quando ocorriam manifestações, greves ou a própria revolução, mesmo que posteriormente estas mesmas mulheres se reorganizassem em movimentos contrarrevolucionários ou de conciliação de classes.

Portanto, é considerável salientar que a experiência individual de cada uma não limitava o desenvolvimento no conjunto, ou seja, sua consciência – revolucionária ou não – é sempre social, deriva de seu enraizamento como membro de uma sociedade desigual, tal como se compreende na concepção histórico-cultural. Mesmo para as pautas mais imediatas de redução da jornada de trabalho e direito ao pão, por exemplo, a consciência social desempenha um papel fundamental, possibilitando atribuir mais trabalhadores às aquelas manifestações. Por este motivo, Vigotski (1930, p.6) declara “uma mudança fundamental do

sistema global dessas relações, das quais o homem é parte, também irá conduzir inevitavelmente a uma mudança na consciência, uma mudança do comportamento humano”.

É importante apontar que, a divisão da atividade intelectual e material tem como causa central a fragmentação da realidade, além de contribuir para a perpetuação das ideologias dominantes. Segundo Leontiev:

O que há de comum entre a atividade prática exterior e a atividade interior teórica não se limita unicamente a sua comunidade de estrutura. É psicologicamente essencial, igualmente que elas religuem, as duas, se bem que de maneira diferente, o homem ao seu meio circundante, o qual por este fato, se reflete no cérebro humano; que uma e a outra forma de atividades sejam mediatizadas pelo reflexo psíquico da realidade; que sejam a título igual processos dotados de sentido e formadores de sentido. Os seus pontos comuns testemunham a unidade da vida humana (Leontiev, 1959/2004, p.127).

A partir disso, pode-se afirmar a importância de organizações que reivindicavam uma ação revolucionária para a realidade russa e mundial, pois a exploração sofrida pela classe trabalhadora – campesina e operária – e as opressões que as mulheres sofriam ultrapassavam sua realidade material, ou seja, também eram refletidas no desenvolvimento de suas consciências. Cabe aqui mencionar porque na Rússia, o trabalho com jornais destinados à classe trabalhadora era de extrema importância – tema que abordaremos com mais detalhes no próximo capítulo –, além de outras táticas para sua organização. Longe de negar a consciência de uma vanguarda diante de sua exploração, porém, é necessária uma organização de classe para buscar a emancipação da classe como um todo, sem desvencilhar atividade teórica e prática.

Almeida (2008) relata ainda que, o processo de superação da alienação necessita da mediação de outros indivíduos, pois mesmo com as contradições estabelecidas pela própria sociedade de classes, esta ainda não é por si só suficiente para a tomada de consciência. A atividade material concomitante ao trabalho de base é fundamental para disputar a consciência de classe⁷. Dessa maneira, ter consciência de sua alienação pode contribuir na organização coletiva de um indivíduo, de modo a superar a sociedade de classes (Almeida, 2008). Nos próximos capítulos adentraremos, mais especificamente a estes movimentos e suas contribuições para o desenvolvimento e disputa da consciência de classes.

⁷ Inserimos o termo disputar, pois se trata exatamente de um trabalho longo que contraria as bases ideológicas da burguesia/classe dominante, visto que, esta última tem grande domínio não apenas das bases materiais de produção, mas também a forma como a consciência é produzida.

SEÇÃO 2 – AS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS E SOCIALISTAS NO PERÍODO PRÉ-REVOLUCIONÁRIO

Neste capítulo damos início à discussão sobre as organizações de mulheres na Rússia, especificamente no final do século XIX e início do XX. Aqui, abordaremos três eixos⁸ de movimentos, sendo: radical, liberal e marxista (socialdemocrata, inicialmente), atentando também às organizações advindas dessas vertentes, como sociedades, partidos, entre outros. Neste período a Rússia passou por várias reformas do regime czarista, desde o fim da servidão até o início de uma organização de sociedade socialista, o qual o Czar foi deposto e a Rússia começou a ser governada pela classe trabalhadora (ditadura revolucionária do proletariado) em 1917. Diante disso, a Rússia foi marcada por movimentos importantes de mulheres que, ao mesmo passo que convergiam em algumas pautas (como a libertação da mulher e a igualdade de direitos comparados aos homens), divergiam sobre a origem da desigualdade e seus mecanismos de luta para a emancipação (desde policlassista a apenas de gênero). Sendo assim, cabe aqui neste capítulo, contextualizar o período histórico e apresentar quem foram essas mulheres, de qual classe social pertenciam, quais suas pautas comuns e divergentes, além de esboçar as contribuições decorrentes dessas organizações, as quais caminharam para a revolução de 1917.

2.1. Breve contextualização da Rússia pré-revolucionária

Inicialmente, para introduzir os movimentos que possibilitaram modificações sociais significativas aos trabalhadores, em destaque às mulheres na Rússia, devemos contextualizar um marco importante na história: a libertação da servidão russa. Segundo Serge (1930/2007), o fim do século XVIII e início do XIX são marcados por uma transição importante na Europa ocidental, denominado como Revolução Burguesa, nomeada pelo autor como convulsões políticas. No contexto russo, até meados dos anos 1850, essas mudanças para/com a burguesia não ocorrem, sendo assim, Serge pontua “ali, o antigo regime (servidão, privilégios da nobreza e da Igreja, autocracia dos czares) é muito sólido: a conspiração militar chamada dos ‘dezembristas’, em 1825, em nada o abala” (Serge, 1930/2007, p.40).

⁸ Inicialmente adotamos a classificação de Schneider (2017).

Tendo em vista a situação econômica a partir de 1840 na Rússia, buscou-se aumentar a produção agrícola, o desenvolvimento das manufaturas e exportação do trigo, e para isso algumas reformas seriam necessárias. Conseqüentemente, em 19 de fevereiro de 1861 a servidão foi abolida pelo Czar Alexandre II como um mecanismo estratégico para o enriquecimento do território russo. Serge complementa: “O lavrador ‘libertado’, mas obrigado a comprar ínfimas porções de terra habilmente recortadas, passa da servidão feudal à servidão econômica: trabalhará muito mais. A indústria manufatureira encontrará na zona rural a mão de obra que necessita” (Serge, 1930/2007, p.40). Sendo assim, o fim da servidão correspondeu aos interesses da burocracia, longe de promessas de um futuro igualitário.

Diante deste cenário, a organização social da Rússia czarista inicia uma nova problemática, em especial às mulheres camponesas (*bábas*), as quais eram excluídas das assembleias para discussão da divisão de terras para os camponeses (*mir*), e também para as mulheres que iniciavam suas vidas nas manufaturas, marcadas pela necessidade de trabalho e a miserabilidade dos antigos servos. Segundo Reis (2017, p.171), entre o final do século XIX e início do seguinte, as mulheres correspondiam a aproximadamente 6 milhões de proletárias nas fábricas, numa escala superior a 9 milhões de operários. Este número aumenta tendencialmente devido às expansões industriais e ferroviárias, além de aumentar o empobrecimento, pois o salário destinado aos trabalhadores era insuficiente para manter as casas e o pão (alimento base neste período) para todos. Isso lançava todos os moradores de uma casa ao trabalho, fossem estes idosos, adultos ou crianças.

As mulheres, por sua vez, não eram desprendidas de suas funções dentro de casa, de maneira que permanecia com as “obrigações” de esposa e mãe, e agora inseridas nas fábricas, aumentavam sua jornada de trabalho. Assim, a opressão e exploração decorrente da venda de sua força de trabalho nas fábricas, a falta de direitos e toda opressão resultante de uma sociedade patriarcal marcam este período histórico russo para as mulheres, sejam estas camponesas ou urbanas.

Cabe ressaltar também que a educação russa no século XIX era restrita ou inexistente para as mulheres, aumentando ainda mais a marginalização destas. De acordo com Reis, no “[...] recenseamento de 1897, [que] havia no campo apenas 9,8% de mulheres alfabetizadas contra 17,4% de homens. Nas cidades, eram 54% os homens que sabiam ler e escrever, contra 35,6% entre as mulheres” (Reis, 2017, p.170). Esses dados demonstram o quão escasso era o acesso à alfabetização (o mais rudimentar), além de apontar a disparidade entre os gêneros.

Em contrapartida a essa mudança político-econômica, dá-se início a partidos e organizações populares, os quais tinham compreensão da crise econômica que estava instaurada, principalmente no campo da agricultura envolvida no mercado mundial, desencadeando assim em “agitação eleitoral à rebelião” (Hobsbawm, 1988/2018). Esse início de organizações ocorre principalmente pelas próprias contradições estabelecidas após a revolução burguesa e com a crescente e perceptível desigualdade. Hobsbawm (1988/2018) complementa ainda que mesmo diante deste cenário, entre 1873 e 1890, o capitalismo continuou o desenvolvimento em larga escala na Europa, resultando em maiores produções e expansão das indústrias. O autor pontua que “foi exatamente nessas décadas que as economias industriais americana e alemã avançaram a passos agigantados e que a revolução industrial se estendeu a novos países como a Suécia e a Rússia” (Hobsbawm, 1988/2018, p. 61). Enquanto a produção estava relativamente estável para as indústrias e setores agrícolas, houve um aumento dos custos para o consumo, ou seja, este cenário foi responsável pela morte de muitos agricultores e camponeses na Rússia em 1891-1892 em detrimento da fome, pois apesar da produção se manter, o consumo estava limitado.

É importante frisar que a expansão mundial das forças produtivas crescia juntamente com o número de proletários inseridos nas indústrias de vários países, e resultante a isso, temos mudança de ofícios. Sem esquecer também que tais mudanças foram responsáveis por crises econômicas e manifestações por melhores condições de vida e trabalho dessa nova classe social, e na Rússia não foi diferente. A quantidade de greves e manifestações na Rússia posterior ao fim da servidão foi enorme: ocupações e greves nas fábricas por melhores condições e salários, pela distribuição do campo aos antigos servos, pelo fim das guerras e por tantos outros motivos que acirram ainda mais a desigualdade. Hobsbawm aponta que, ao mesmo passo que há esse movimento crescente da industrialização dos países, há também um crescente número de organizações socialistas e revolucionárias⁹, fossem estes liderados por homens ou por mulheres.

Isto era expressivo, pois os treinados trabalhadores diaristas de ofício – um grupo estabelecido de assalariados pré-industriais – formavam frequentemente o elemento mais ativo, instruído e autoconfiante do proletariado em desenvolvimento das economias principais: o líder do

⁹ Segundo Hobsbawm até meados de 1875, todo partido socialista era revolucionário. Essa distinção só foi realizada em 1880 com a publicação de *Socialismo Utópico e Socialismo Científico* elaborado por Frederich Engels, em resposta a Eugen Dühring (Engels, 1880/1974).

Partido Social-Democrata Alemão¹⁰ era um torneiro (August Bebel) e o do Partido Socialista Espanhol, um tipógrafo (Iglesias) (Hobsbawm, 1988/2018, p.181).

Conforme apontamos no capítulo anterior, as revoluções, greves e manifestações de trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho ocorrem independentemente de estes possuírem ou não uma consciência de classe (consciência para si), porém, as condições de vida e o avanço das forças produtivas possibilitam que as contradições sejam perceptíveis, mesmo que apenas no campo econômico, inicialmente. Deste modo, alguns trabalhadores buscam se organizar coletivamente, fortalecendo ou criando organizações com objetivos comuns.

O primeiro movimento revolucionário na Rússia foi os *Narodniks*, conhecidos também como Movimento Populista. Tal organização era composta por homens e mulheres e tinha a proposta de um socialismo rural entre os camponeses (figura central deste processo). Segundo Serge, este movimento foi criado diante da fragilidade do capitalismo nascente e do antigo regime servil. Completa ainda que:

A fraqueza da burguesia propriamente dita, mais inclinada para um compromisso com a reação, a inexistência de qualquer movimento liberal, a situação desesperada dos homens do campo, das camadas mais pobres da população e dos intelectuais sem fortuna, tratados com desprezo pelas castas privilegiadas, os rigores da repressão, a influência do socialismo ocidental impregnado das tradições revolucionárias de 1848, dão origem ao primeiro movimento revolucionário russo de grande envergadura [...] (Serge, 1930/2007, p.42).

A partir deste movimento houve outras frações e partidos oriundos dos *Narodniks*, incluindo a sociedade secreta *Terra e Liberdade* fundada em 1878; o partido *Partilha Negra* cuja principal finalidade era a propaganda no campo rural; e, o partido *Vontade do Povo*, que tinha como proposta o terrorismo individual a funcionários e representantes do czarismo, pois acreditava-se que para pôr fim aquele modo de organização social vigente, seria necessário exterminar seus defensores. Posteriormente, outros movimentos surgiram e contrapuseram a proposta do terrorismo defendida pelo *Vontade do Povo*. Segundo Serge, quem compunha os *Narodniks* e suas frações eram majoritariamente “jovens da aristocracia, da burguesia, da pequena burguesia [que] buscam o povo, renunciando a suas carreiras e ao conforto, para trabalhar com as próprias mãos, conhecer a fadiga e a fome, o trabalho e a prisão” (Serge, 1930/2007, p.42).

¹⁰ É importante frisar aqui que, empregamos Partido Social Democrata da Alemanha no decorrer de toda a pesquisa porque remete a um partido internacional com uma seção no território da Alemanha, ao contrário de um partido nacionalista alemão.

Uma das críticas destinadas a esses movimentos do final do século XIX, apontadas principalmente pelos socialdemocratas russos, foi o limite de organização, pois suas ações recaíam no terrorismo e conseqüentemente em diversas sentenças aos militantes envolvidos, incluindo forca, prisão, exílio e trabalhos forçados. A política de deportar os militantes era recorrente no regime czarista, tanto no campo quanto nas fábricas, porém o movimento populista agia centralmente entre os camponeses, pois estes eram majoritários no território russo, além de serem responsáveis por grande parte da produção de alimentos e reposição da área urbana.

Um atentado que marcou o *Vontade do Povo* foi realizado por Vera Zasulich em 1878, além de sucessivos ataques e tentativas de homicídios realizados por membros do mesmo partido, resultando inclusive na morte do Czar Alexandre II em 1881. Com este episódio, “O jovem regicida Rissakov, preso, traíra e entregara seus camaradas: os cinco justiceiros Sofia Perovskaia, Jeliabov, Kibaltchitch, Mikhailov e Rissakov foram enforcados. Com a morte desses homens, o partido perdeu seus melhores chefes [...] O partido foi decapitado” (Serge, 1930/2007, p.44). Devemos destacar a importância em identificar a gênese da desigualdade, pois o terrorismo como era proposto por este partido, não trazia mudanças efetivas para os camponeses, tendo em vista que o Czar Alexandre II era apenas um representante daquele modo de produção vigente, e sua morte não seria (não foi) o suficiente para uma mudança radical da sociedade.

Além dos militantes citados acima por Serge, temos outras figuras femininas que também contribuíram na construção do Partido *Vontade do Povo* e no Comitê Executivo do mesmo, sendo: Ekaterina Breshko-Breshkovskaia (1844-1934)¹¹, Vera Figner (1852-1942)¹², Olga Liubatovitch (1853-1917)¹³, Elizaveta Kovalskaia (1851-1943)¹⁴, Vera Zasulich (1849-1919), Maria Spiridonova (1884-1941)¹⁵ e Zina Konopliankova (carece informação).

¹¹ Foi a primeira mulher condenada a trabalhos forçados na Rússia no século XIX. Ficou exilada por dez anos, retornando à Rússia durante o processo revolucionário de 1917, como membro do SRS de direita. Conhecida também como “avó da revolução” (бабушка революции).

¹² Ativista, filha da aristocracia. Foi estudante de medicina na Universidade de Zurique no período em que o acesso ao ensino superior ainda era proibido na Rússia para as mulheres. Ficou conhecida por um livro que escrevera sobre suas memórias.

¹³ Ativista. Estudante de medicina em Zurique e posteriormente na Rússia trabalhava como operária para fazer trabalho de agitação e propaganda.

Vale destacar que Vera Zasulich, posteriormente, migrou para o *Partilha Negra*, abandonando o terrorismo e, em 1881 buscava respostas sobre a organização das comunas rurais (*mir*) a qual ajudava em sua construção partidária. Diante disso, escreveu uma carta a Karl Marx¹⁶. Anos depois, Zasulich, juntamente com Georgi Plekhanov (1856-1918), fundaram um grupo denominado *Emancipação do Trabalho* (1883), que segundo Serge (1930/2007) caracteriza o nascimento do movimento operário na Rússia e rompia com o movimento populista. Somente em 1898 foi fundado o *Partido Operário Social Democrata Russo* (POSDR) representado também por essas figuras públicas e vinculados à II Internacional. Tanto o *Emancipação do Trabalho* como o POSDR foram compostos por homens e mulheres, tanto da aristocracia que se dedicavam à luta e organização da classe trabalhadora para ascender ao poder, como a própria classe trabalhadora que sentia na pele toda a exploração do regime czarista. No próximo tópico serão abordados os movimentos feministas e socialistas que compuseram o cenário de luta na Rússia, incluindo sua forma de organização, suas pautas e divergências entre si.

2.2.Movimentos feministas e socialistas

O emprego dos termos “movimentos feministas”¹⁷ e genericamente “organizações de mulheres” se dá a partir de construções políticas internas aos próprios movimentos. Ou seja, tendo em vista as diferenças de pautas, compreensão sobre a origem da desigualdade entre homens e mulheres e táticas para alcançar os direitos das mulheres ou a emancipação de classe, são fatores determinantes para o emprego de termos diferentes. Nesse sentido, iremos abordar três principais correntes e suas derivações, como organizações, sociedades e partidos

¹⁴ Militante ativa, foi uma das responsáveis por criar biblioteca, onde distribuía materiais ilegais e propaganda partidária. Foi presa várias vezes e condenada a trabalhos forçados.

¹⁵ Participou ativamente de várias manifestações na Rússia, inclusive foi presa por participar da revolução de 1905. Membro do SRS de esquerda, foi delegada em congressos dos soviets após a revolução de 1917.

¹⁶ Para saber mais, vide: MARX, K; ENGELS, F. Lutas de classes na Rússia. [Michel Lowy (org.)]. São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁷ Mantivemos a utilização do termo feminismo devido às próprias referências que levantamos durante a pesquisa. Porém, é importante declarar que nem todos os movimentos se autodeclaravam feministas.

políticos. Sendo estes: **o feminismo radical**¹⁸ e a construção da Sociedade de Caridade Mútua de Mulheres Russas; **o feminismo liberal**, consta a Sociedade Russa para Proteção das Mulheres, União pela Igualdade de Mulheres de Toda Rússia, Partido Progressista das Mulheres, e Liga pela Igualdade de Mulheres; e por fim, e não menos importante, o **Partido Social Democrata Russo** (POSDR) vinculado à II Internacional. Além disso, abordaremos os nomes de algumas mulheres militantes e ativistas feministas no decorrer do texto, sempre buscando uma minibiografia para conhecermos brevemente quem eram as mulheres que compunham estes movimentos.

Paralelo ao movimento populista¹⁹, mencionado anteriormente, dá-se origem ao denominado Feminismo Radical, composto por mulheres da aristocracia, burguesia e pequena burguesia, ademais, Silva (2018) complementa os perfis com mulheres da nobreza, esposas de militares, integrantes da *Intelligentsia* e profissionais liberais (Silva, 2018, p.22). A principal pauta estava fundada na educação, visto que, naquele período, as mulheres só podiam ter acesso ao ensino básico, sendo o ensino superior e o trabalho elementos restritos/proibidos às mulheres dessas classes²⁰. Segundo Reis (2017, p.172), as mulheres só puderam ter acesso ao ensino superior em território russo a partir de 1878, antes disso, algumas tinham a permissão de cursar no exterior. Inclusive, a participação de estudiosas na Universidade de Zurique possibilitou uma aproximação ao Partido Social Democrata da Alemanha (SPD²¹) e à militante Clara Zetkin (responsável por pautas femininas no SPD e na II Internacional) (Badia, 2003), mas vale ressaltar que o movimento em si não era favorável a programas políticos partidários. Importante destacar também que a educação era o principal ponto de pauta das radicais, entretanto não se restringiam apenas a ele, as mulheres adeptas deste

¹⁸ Destacamos aqui que o feminismo radical russo não possui nenhuma relação com o movimento feminista radical (*RadFem*) contemporâneo. O emprego deste termo advém das referências que utilizamos.

¹⁹ Alguns autores consideram o movimento feminista radical como um desdobramento do Movimento Populista.

²⁰ Vale ressaltar que o trabalho aqui descrito como proibido às mulheres eram os exclusivos para a classe burguesa e aristocrática, pois as mulheres da classe trabalhadora vendiam sua força de trabalho nos campos e nas fábricas.

²¹ SPD é a sigla em alemão para *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*.

movimento lutavam por igualdade de direitos civis, assim como determina Anna Andréievna Kalmánovitch²²:

A influência feminina, direta ou indiretamente, na vida social e governamental sempre foi grande. E ela se fortaleceu ainda mais atualmente, visto que a consciência da mulher cresceu e as condições econômicas a forçaram a sair do apertado circuito da vida doméstica para se engajar na luta pela sobrevivência (Kalmánovitch, 1907/2017, p.19).

Por isso, as organizações femininas foram se multiplicando. Em 1895 em São Petersburgo criaram a Sociedade de Caridade Mútua de Mulheres Russas²³, a qual se vinculou ao Conselho Internacional de Mulheres (CIM)²⁴. De acordo com os autores Silva (2018) e Frença e Gaido (2018), essa sociedade demarcou um papel importante na construção do movimento feminista russo. Esta sociedade teve como ponto central trabalhos de caridade às camadas mais pobres, desenvolvendo também atividades destinadas aos estudos desses indivíduos, incluindo a alfabetização e matemática básica (Silva, 2018, p.21). Além disso, havia uma preocupação que perpassava pelo setor médico, educacional e de moradia. Dentre suas principais representantes, temos nomes como Anna Pavlovna Filosofova (1837-1912)²⁵, Anna Nikolaevna Shabanova (1848-1932)²⁶, Anna Nikolaevna Engelgardt (1838-1903)²⁷, Olga Andréievna Chapír (1850-1916)²⁸, Alexandra Nikolaevna Peshkova-Toliverova (1841-1918) e E.V. Avilova (carece informação). Em conjunto, essas mulheres em nome da Sociedade desempenharam uma função primordial, a organização do I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia, cujas ações para este acontecimento perpassaram 1902 e

²² Ativista russa do movimento de mulheres (s/d) ajudava a organizar congressos além de escrever e distribuir panfletos sobre a luta feminina.

²³ Aqui realizamos a tradução livre para *Русское женское Взаимно-Благотворительное Общество* – extraído originalmente da *Federação Mulheres Universitárias* –, porém os autores Frença e Gaido (2018) adotam Sociedade de Ajuda Mútua de Mulheres Russas, e a autora Silva (2018), Sociedade Filantrópica Mutual. Apesar da diferenciação empregada nas traduções, constatamos que se trata da mesma sociedade.

²⁴ Segundo Silva (2012, p.25), o CIM foi fundado em Chicago em 1893 e tinha como principal preocupação a organização de eventos na Europa privilegiando os trabalhos vinculados à caridade.

²⁵ Ativista. Tinha como objetivo oferecer educação e boas condições de vida para a classe trabalhadora, auxiliando no acesso ao ensino básico e moradia a partir de suas contribuições com a construção da Sociedade. Vale destacar também que em 1899 foi presidente do Conselho Internacional de Mulheres vinculado a cidade de Washington (EUA).

²⁶ Médica e ativista pelos direitos das mulheres. Foi responsável pela criação do Instituto Médico da Mulher, onde tinha como foco o acesso ao atendimento médico especializado.

²⁷ Ativista, escritora e tradutora. Responsável pelo ensino e criação de bibliotecas para mulheres dentro da Sociedade de Caridade.

²⁸ Ativista de origem camponesa e escritora.

objetivou-se em 1908. A importância deste I Congresso será detalhada mais adiante neste capítulo, incluindo o “racha” definitivo entre os movimentos burgueses e proletários.

O movimento feminista radical em si, de acordo com a militante Kalmánovitch (1907/2017) tinha como proposta unificar a luta para com todos que desejavam uma sociedade melhor, onde pudessem gozar de seus direitos civis. Em suas palavras, comenta:

Está na hora, finalmente, de compreender que o movimento feminista **não tem como objetivo a luta contra o sexo masculino**, mas sim está direcionado à organização das mulheres, à mobilização daquela metade da população que está inerte para o combate dos preconceitos, independentemente de quem seja o agente deles: homem ou mulher. O feminismo inicia uma luta contra a unilateralidade da ordem social machista, supondo, com razão, que os tempos de párias, de criaturas-operárias sem voz, já passaram e que qualquer ser humano adulto que trabalhe em prol do bem comum tem o direito de participar nos assuntos do governo e da sociedade (Kalmánovitch, 1907/2017, p.18, grifos nossos).

Apesar da afirmação acima, na qual Kalmánovitch defende a luta unificada entre homens e mulheres como um posicionamento do próprio movimento, mais adiante ela irá se contradizer. Tal contradição é marcada ao dirigir críticas às organizações ou partidos que tivessem a luta das mulheres como ponto de pauta, e tivesse homens em sua composição. Assim, comenta que o posicionamento dos partidos – composto majoritariamente por homens – subalternizavam as mulheres e suas pautas, de modo que o debate se tornava secundarizado ou simplesmente não tinha espaço para tal discussão dentro dos partidos, sejam estes liberais, conservadores ou socialdemocratas.

Por este motivo, julgava desnecessária a atuação dos partidos nessa luta e complementava que os liberais citavam os direitos civis das mulheres por questão de estética, como um adorno, considerando, inclusive, as mulheres como tendenciosas ao conservadorismo; já os conservadores não aceitavam as mulheres porque julgavam que seus papéis eram restritos ao sagrado lar; e, por fim, os socialdemocratas, segundo Kalmánovitch, compreendiam a luta das mulheres apenas como um adorno do programa político, nada para além disso. Nesse sentido, ainda complementa: “Anseio convencer as mulheres de que não devem esperar a liberdade dos homens, não importa como eles se nomeiem: liberais, conservadores ou socialdemocratas. Enquanto o homem tiver a oportunidade de oprimir e humilhar a mulher, ele o fará” (Kalmánovitch, 1908/2017, p.28). Demonstrando assim que o funcionamento no interior dos partidos estava carregado de centralidade masculina e secundarização das pautas femininas e por este motivo ineficaz para a conquista de igualdade de direitos. Essas afirmações se tornam problemáticas no ponto de vista do desenvolvimento social, pois considera que os indivíduos possuem consciências estáticas e determinadas desde

seu nascimento e por isso são incapazes de lutar contra um problema social, neste caso, as opressões. Desconsiderando ainda as discrepâncias entre as classes sociais e o acesso à própria educação que as mulheres da Sociedade reivindicavam.

No campo do conhecimento científico, Kalmánovitch (1908/2017) afirmava que, com a utilização de pseudônimos ou anonimato, as mulheres exerceram papéis importantes no desenvolvimento científico da sociedade. Negar o acesso a este campo não significava que elas não possuíam contribuições para a vida intelectual, pelo contrário, essa era uma das formas para legitimar o papel restrito da mulher aos afazeres domésticos e aos cuidados familiares, por isso, a necessidade de excluí-las deste campo. A inserção das mulheres nos mais diversos espaços e garantia de direitos civis e jurídicos eram algumas das principais preocupações da Sociedade de Caridade Mútua de Mulheres Russas – vinculada ao movimento radical. Por este motivo, a criação de biblioteca, rodas de debate literário, oficinas de escolarização e busca pelo ingresso às universidades eram essenciais para a igualdade de direitos e decisões sociais. Demonstra-se que mesmo limitado ou proibido o acesso ao ensino, houve uma compreensão material sobre as determinações sociais, cuja restrição exacerbou as contradições entre trabalho doméstico e trabalho intelectual, e por este motivo, a organização coletiva se tornou primordial para reivindicarem direitos básicos.

O movimento feminista radical não era o único existente naquele período histórico, havia outro denominado Feminismo Liberal. Este, por sua vez, divergia um pouco do primeiro, pois expandia suas preocupações para além da educação, focando também em questões sociais como maternidade, crianças abandonadas e prostituição. Inclusive, as mulheres pertencentes a esta tendência não aceitavam nenhum auxílio dos homens, sendo assim, apenas mulheres de diferentes classes sociais podiam compor o movimento. Entre essas preocupações, havia também uma forte influência em manifestações pelo sufrágio universal, visto que neste período somente homens podiam exercer esse direito. Essas manifestações tiveram apoio de várias uniões de profissionais, como a União dos Escritores; União dos Médicos; União da Escola Primária, e a União das Uniões, esta última representava as elites sociais e classe média russa (Reis, 2017).

Os principais problemas cogitados por suas lutas eram relativos à instrução e ao voto. A questão do acesso das mulheres à educação, inclusive à universidade, vinha sendo suscitada com força na sociedade russa desde os anos 1850. Revistas e jornais discutiram o tema no contexto das grandes reformas dos anos 1860-1870. No final dos anos 1860, uma primeira petição – negada – reivindicando o acesso das mulheres aos cursos superiores agitaria as consciências. Sem alternativas, muitas iriam estudar no exterior e lá fixariam residência. Em

1878, afinal foram autorizados os primeiros cursos universitários para mulheres, de história/filologia e de matemática/ciências naturais. Três anos mais tarde, havia 610 estudantes inscritas, a maioria de origem nobre, metade procedente de origens diversas (Reis, 2017, p.173).

Essas eram as principais pautas das mulheres que compunham o Feminismo Liberal. Em decorrência de suas especificidades, fundaram em 1890 duas sociedades vinculadas a este movimento, sendo: Sociedade Feminina de Beneficência Mútua (carece informação) e Sociedade Russa para a Proteção das Mulheres. A segunda tinha como proposta uma assistência às mulheres solteiras, apoio para jovens contra qualquer tipo de violência seja esta moral ou material, além da criação de oficinas para mulheres em estado de desemprego. Dentre vários nomes representantes desse movimento, Reis (2017) destaca alguns: Sofia Kovalevskaia (1850-1891)²⁹, Maria Bokova, Nadejda Suslova (1843-1918)³⁰, Maria Trubnikova (carece informação), Liubov Gurievitch³¹, Anna Miliukova (1861-1935), Ariadna Tyrkova-Williams (1869-1962)³², Nadejda Stassova (1822-1895), Evgueni Konradi e Lidia Rodstvennaia.

Além destas organizações citadas, as liberais também fundaram em 1905 a União pela Igualdade das Mulheres de Toda a Rússia. De acordo com Clements (2012, p. 142), esta União destacou-se como o maior grupo feminista naquele momento na Rússia visto que somou aproximadamente 8 mil mulheres nesta organização. Suas pioneiras foram Anna Evreinova (doutora em direito), Anna Miliukova, Ekaterina Shepkina (historiadora), Liubov Gurevich, Maria Chekova (professora), Zinaida Mirovich (escritora). As pautas foram ampliadas e agora abarcava elementos mais específicos da luta das mulheres de diferentes regiões e classe social. Sendo assim, Silva (2018) pontua:

[...] Igualdade civil e política entre mulheres e homens, melhoria da situação legal e econômica da mulher, sufrágio universal com 7 pontos (igual, direto, secreto, universal, sem distinção de religião, sexo e nacionalidade), oportunidades iguais para educação e trabalho, tratamento igual para mulher camponesa, fim da regulamentação da prostituição, monarquia constitucional, direito de negociação coletiva dos trabalhadores e melhorias das condições de trabalho, autogoverno das minorias étnicas, abolição das leis discriminatórias com base em religião e nacionalidade, coeducação em todos os níveis e abolição da pena de morte (Silva, 2018, p.23).

²⁹ Matemática, escritora e publicitária. Foi a primeira mulher a compor a Academia de Ciências de São Petersburgo.

³⁰ Primeira mulher a receber o título de doutora em ciências na Rússia.

³¹ Jornalista. Posteriormente compôs a União pela Igualdade das Mulheres de Toda a Rússia.

³² Jornalista. Ficou exilada por 22 anos após a preparação para a morte do czar Alexandre.

Mesmo a União tornando-se tão significativa em 1905 e com pautas amplas, a organização não teve longa duração. Perdeu membros no decorrer dos anos subsequentes e resultou no encerramento de suas atividades em 1908. Algumas mulheres que compuseram esta União juntaram-se no mesmo ano para a criação da Liga pela Igualdade das Mulheres. Em suma, essas organizações conquistaram a alteração da lei da herança pelos meios jurídicos e petições em 1910, visto que até aquele momento somente homens poderiam herdar a riqueza de seus pais. Ademais, em 1914 a Liga pela Igualdade das Mulheres e a Sociedade de Caridade Mútua de Mulheres Russas (esta segunda vinculada ao feminismo radical) conquistaram também o direito ao divórcio, o passaporte próprio e permissão para trabalhar sem a necessidade de autorização do marido (Clements, 2012, p.146). Mesmo com a participação de mulheres da classe trabalhadora nessas organizações para impulsionar as petições, as conquistas foram restritas às mulheres da burguesia e aristocracia. A herança, passaporte e divórcio eram elementos distantes da realidade da maioria da classe trabalhadora que, por sua vez, estavam lutando pelos recursos mínimos de sobrevivência, como moradia e alimentação. Compreende-se até então que há muitas pautas semelhantes entre as organizações e que os movimentos julgam como suficientes para alcançar a igualdade. Tais reivindicações ainda estavam no marco da sociedade de classes, ou seja, havia um desenvolvimento da consciência em si, porém ainda se limitava às compreensões dominantes e suas ideologias. Em contrapartida, o fato das mulheres se organizarem em movimentos reivindicando coletivamente melhores condições de vida, com acesso à educação, passaporte, divórcio, sufrágio universal etc., demonstrava que houve um salto qualitativo do psiquismo humano no interior das contradições objetivas da realidade, e que por sua vez, possibilitava o desenvolvimento de uma consciência para si.

Em meados de 1905, Maria Ivanovna Pokrovskaja impulsionou a criação de um partido destinado exclusivamente às mulheres, cujo nome era Partido Progressista Feminino. Este não surgiu necessariamente vinculado ao feminismo radical ou liberal, pelo contrário, buscou-se um equilíbrio entre os dois. O programa político era composto pelos seguintes elementos: Igualdade entre homens e mulheres, direito ao divórcio, direito a terra para as camponesas, fim do militarismo, fim da regulamentação da prostituição, reformas trabalhistas e coeducação (Silva, 2018, p.23-24; Reis, 2017, p.177).

Até o momento abordamos dois feminismos, o radical e o liberal, porém há um terceiro, nomeado de luta das mulheres marxistas³³ ou socialdemocrata. Este por sua vez, está diretamente ligado a questões políticas da II Internacional, vinculado inicialmente ao Partido Socialdemocrata Russo e destinado à luta da classe trabalhadora e emancipação da mulher proletária e camponesa. Tal movimento teve como principal base os escritos de August Bebel e Frederick Engels, são eles: *A mulher e o socialismo* (1879), e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), respectivamente. Além destes, há escritos germinais de Eleanor Marx sobre a questão da mulher em 1885, dentre eles, o artigo *A Pall Mall Gazette*, e o panfleto escrito junto com Edward Aveling, intitulado *A questão da mulher de um ponto de vista socialista*, escrito em 1885, mas publicado apenas no ano seguinte. Eleanor também travou debates internos e externos sobre as mulheres trabalhadoras, por isso, publicou artigos em 1892 para o *Arbeiterinnen-Zeitung* (Jornal das Trabalhadoras), intitulados *Como devemos nos organizar?* e *O movimento das trabalhadoras na Inglaterra* (este último separado em três publicações). Sem contar ainda, os debates entre Eleanor e Ernest Bax, cuja compreensão sobre o casamento burguês era negligenciada pelo segundo.

Acerca do livro de August Bebel, trata-se de um vasto estudo sobre as mulheres na sociedade de classes, baseado nos escritos de Marx sobre a opressão e exploração da classe trabalhadora. Bebel destaca a opressão das mulheres, ao processo de industrialização que estava em ascensão e o “acesso” às fábricas e outros locais de trabalho que as mulheres estavam sendo inseridas pelo interesse em aumentar a taxa de lucro dos burgueses e a busca por complementar renda da família para a trabalhadora. Este foi o primeiro escrito sistematizado que os militantes e simpatizantes do viés marxista tiveram acesso e por isso teve grande importância na militância e nos partidos revolucionários na época. Atualmente, conhecemos este livro como *A mulher e o socialismo*, porém este teve como título inicial *A mulher do passado, do presente e do futuro* em consequência das leis antissocialistas implantadas por Bismarck no ano anterior à publicação.

Devemos ressaltar que, a luta de classes descrita e aprofundada nos estudos de Marx e Engels não desconsiderava a mulher como um indivíduo da luta de classes, mas o foco central é a exploração e opressão que homens e mulheres da classe trabalhadora, enquanto classe

³³ Decidimos substituir o termo “feminismo marxista” por “luta das mulheres marxistas” para designar esta corrente, pois o viés marxista não empregava este termo na época, já que o feminismo nasce do movimento burguês, um movimento policlassista que contraria as concepções de luta de classes.

social dominada representa. Por esse motivo, a publicação de Bebel foi importante, além de aprofundar no papel das mulheres trabalhadoras como integrantes de uma luta, ressalta também que, somente com a luta conjunta entre homens e mulheres da mesma classe o socialismo poderia ser possível.

Quanto ao livro de Frederich Engels, este por sua vez, tem como proposta principal explicar a origem da família, da propriedade privada e do Estado, não como fatores isolados e naturais, mas como o processo de construção de uma sociedade demarcada por classe dominante e dominada foram moldando as necessidades. Engels escreve esse livro baseado nas anotações de Marx, conforme vemos no Prefácio à primeira edição: “As páginas que se seguem constituem, de certo modo, a execução de um testamento. Foi o próprio Karl Marx que se dispôs a expor pessoalmente os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões de sua (dentro de certos limites, posso dizer nossa) investigação materialista da história” (Engels, 1884/2009, p.13). Esse fato evidencia novamente a preocupação que havia acerca da questão da mulher no viés marxista/marxiano.

No livro, Engels demonstra que a família monogâmica burguesa não é algo estático na história da humanidade, conseqüentemente o conceito de família sofreu mutações, perpassando por organizações “familiares” diferentes como o caso de punaluanas, consanguínea, pré-monogâmica e monogâmica. Expõe também que, ao passo que a classe dominante (não somente a burguesia no sistema capitalista, mas em outros modos de produção) a mulher foi submetida a variadas formas de violações e privações, tudo para garantir que a propriedade privada permanecesse entre a mesma família. Deste modo, somente com a privação da sexualidade da mulher – imposta através da monogamia –, ao trabalho doméstico e a manutenção da família foi possível garantir o herdeiro legítimo do homem. Os homens, por sua vez, foram ao longo da história destinados aos trabalhos externos, políticos etc.

Em linhas gerais, os dois livros mencionados e brevemente descritos acima e os escritos sistematizados de Eleanor Marx foram uma tentativa inicial de sistematizar a crítica ao papel da mulher na sociedade de classes, demonstrando que sua opressão e exploração não são naturais, biológicas ou estáticas na história. Pelo contrário, corresponde a interesses de classes dominantes e por este motivo dá-se destaque que para a libertação/emancipação das mulheres só é possível quando as classes sociais antagônicas não existirem mais. Por isso, até o início do século XX, estes foram os livros mais importantes que abordavam a questão da mulher na perspectiva marxista, levando em consideração a classe social como um dos

principais fatores da opressão e exploração das mulheres. Até hoje, conservadores e marxistas vulgares afirmam que o marxismo desconsidera a luta contra as opressões, como se o fim de uma sociedade de classes fosse suficiente para acabar com qualquer tipo de desigualdade. Nesse sentido reafirmamos a importância dos primeiros escritos sobre a temática, sem desconsiderar dois fatores centrais: o combate permanente contra a exploração e as opressões.

Apesar da utilização conjunta dos termos opressão e exploração e a compreensão quase inseparável em se tratando da sociedade em classes antagônicas, é importante destacar que exploração está imbricada na extração de mais-valia de uma classe sobre outra, enquanto a opressão trata-se da inferiorização de indivíduos e desta forma é possível explorar ainda mais, é o caso de mulheres, negros, LGBTs, indígenas, entre outros.

No que se refere à mulher proletária, foi a necessidade do capitalismo de extrapolar e procurar incessantemente uma força de trabalho mais barata que criou a questão da mulher. É por essa razão, também, que a mulher proletária foi envolvida no mecanismo da vida econômica de nosso tempo e conduzida às oficinas e às máquinas. Ela entrou na vida econômica para ajudar o marido na sobrevivência, mas o modo de produção capitalista a transformou em uma concorrente dele (Zetkin, 1896/2014, p.153).

Esses elementos são imprescindíveis para compreender que, no período de inserção das mulheres na fábrica possibilitada pelo avanço das forças produtivas capitalistas, as mulheres buscavam por sobrevivência, levando em consideração que a exploração da classe trabalhadora era tão intensa que não permitia o ganho mínimo para alimentação. Porém, ao passo que as mulheres não eram mais vistas como exclusivas do lar, elas eram ainda mais exploradas e marginalizadas. Em determinados casos, as mulheres eram contratadas como substitutas aos homens, pois estas receberiam salários inferiores aos homens, e conseqüentemente aumentaria a taxa de lucro. O capitalismo tendencialmente criou uma barreira entre homens e mulheres da mesma classe, fazendo-os lutarem entre si por um salário. Zetkin discursa no Congresso do SPD que: “Se durante a era da família, um homem tinha o direito (basta ver a legislação da Baviera!) de castigar sua mulher de vez em quando com um chicote, agora o capitalismo a castiga com máquinas” (Zetkin, 1896/2014, p.153).

Esse avanço das forças produtivas foi acompanhado pelo avanço na exploração e opressões, de tal modo que, ideologicamente a divisão social do trabalho permitiu que os trabalhadores e trabalhadoras se estranhassem a tal ponto que não se reconhecessem enquanto indivíduos explorados por uma dada classe. Pelo contrário, seu desenvolvimento unilateral e fragmentado da realidade põe em destaque que o outro indivíduo de sua própria classe é um concorrente permanente. Compreensões como essas são recorrentes, considerando que o

modo de produção não se restringe às mercadorias em si, mas a divisão do trabalho, transformando as próprias trabalhadoras e trabalhadores em mercadoria.

Para alterar este cenário, ao contrário do que o movimento populista defendia com terrorismo individual, a socialdemocracia acreditava que apenas a morte de determinados representantes do Czarismo ou da burguesia não seria suficiente para implantar uma nova organização social. Nesse sentido, Reis pontua:

Como as populistas, abominavam a autocracia, mas não acreditavam na eficácia das ‘ações heroicas’. Para elas, ‘tsar morto, tsar posto’. Os algozes eliminados seriam rapidamente substituídos por outros, talvez piores. Era necessário despertar a consciência das maiorias, pensando não apenas na Rússia, mas em um movimento supranacional, articulado no contexto da II Internacional Socialista (Reis, 2017, p.174).

Além dessas concepções contrárias ao movimento populista, as sociais-democratas eram contrárias às ideias das liberais, as quais defendiam uma divisão cerrada entre homens e mulheres, independentemente de sua classe social. A socialdemocracia compreendia que o ponto comum de exploração entre homens e mulheres se dava pelo capitalismo, ou seja, pela sociedade de classes antagônicas. Alegar isso não significava que as mulheres marxistas desconsideravam a opressão que as mulheres sofriam frente aos homens, mas demarcavam que tal opressão não seria extinta em um modo de produção capitalista ou dividido por classes.

As socialistas se devotariam sobretudo à agitação política, a cursos e escolas alternativas, à edição de jornais e revistas, ao contrabando de literatura crítica e revolucionária para a Rússia, enfrentando, como os homens, a prisão e o exílio. Entre as profissionais da revolução, emergem, além de Kollontai, Nadejda Krupskaja, Inessa Armand, Korkordia Samoiloa, Praskovia Kudelli, Liudmila Stal, Larissa Reissner e Aleksandra Artyukina (Reis, 2017, p.175).

Muitos trabalhos foram desenvolvidos pela socialdemocracia e pelas mulheres que a compunham, principalmente com agitação e propaganda buscando organizar greves, manifestações e outros atos por melhores condições de vida e trabalho. Apesar das divergências entre os três movimentos feministas aqui apresentados, temos de reportar algumas pautas comuns entre eles. Assim sendo, Reis (2017, p.175) declara que estes movimentos desejavam em comum a justiça, liberdade e relações afetivas livres e o fim da autocracia. Mesmo diante dessa similaridade de lutas, não devemos desconsiderar a existência da luta de classes envolvida neste contexto, de modo que, apesar de ampliação de direitos com o sufrágio o qual será conquistado mais a frente na história, a possibilidade de acesso ao ensino superior, a liberdade de trabalho para as mulheres, estas conquistas se tornam limitadas numa sociedade organizada em classes sociais antagônicas.

Diante da economia vigente na Rússia neste período, as mulheres que compunham a classe trabalhadora adentravam as indústrias ou o campo para complementar a renda insuficiente que o marido ou sua família recebia. O final do regime servil existente na Rússia demarcou ainda mais a ausência de condições básicas de sobrevivência como pão para comer e terra para morar. Ainda que as lutas e pautas de alguns movimentos fossem a libertação das mulheres na sociedade, deve-se considerar em quais condições materiais-objetivas estas mulheres se encontravam. Há movimentos, por exemplo, que acreditavam que o avanço na educação seria o necessário para alavancar a economia e os meios de produção no país, ao contrário de outros que julgavam as condições de sobrevivência como pauta mínima para qualquer luta adiante.

Buscando uma síntese dos principais movimentos deste período, elaboramos o quadro abaixo:

LINHA POLÍTICA	PRINCIPAIS MOVIMENTOS FEMINISTAS/ ORGANIZAÇÕES	PRINCIPAIS PAUTAS	PRINCIPAIS MULHERES REPRESENTANTES	PARTIDOS/ MOVIMENTOS/ ORGANIZAÇÕES VINCULADAS
Narodniks³⁴ (composto por homens e mulheres)	Terra e Liberdade	Socialismo Rural	Vera Zasulich	
		Morte ao czar		
	Vontade do Povo		Ekaterina Brechko-Brechkovskaia	
			Vera Figner	
			Olga Liubatovitch	
			Elizaveta Kovalskaia	
			Vera Zasulich	
			Maria Spiridonova	
	Zina Konopliankova			
	Emancipação do Trabalho		Vera Zasulich	
Feminismo Radical (composto por mulheres)	Feminismo Radical		Anna Kalmanovitch	
	Sociedade de Caridade Mútua de Mulheres Russas	Caridade aos mais pobres	Anna Pavlovna Filosofova	Conselho Internacional de Mulheres (CIM)
		Oficinas de estudos (alfabetização e matemática básica)	Anna Nikolaevna Shabanova	
		Medicina da Mulher	Anna Nikolaevna Engelgardt	
		Moradia	Olga Andréievna	

³⁴ Os *Narodniks* (Movimento Populista) não caracterizavam uma organização de mulheres ou com pautas específicas para elas, porém, julgamos sua importância na história dos movimentos, além de incluir representantes mulheres que posteriormente também compuseram outros movimentos.

			Chapír		
		Biblioteca com debates literários	Alexandra Nikolaevna Peshkova-Toliverova		
		Acesso ao ensino universitário	E.V. Avilova		
		Direito a herança			
	Feminismo Liberal (composto exclusivamente por mulheres polclassistas)	Feminismo Liberal	Acesso ao ensino universitário		
			Maternidade		
			Crianças abandonadas;		
			Fim da prostituição		
			Sufrágio Universal		
		Sociedade Feminina de Beneficência Mútua	(carece informação)	(carece informação)	
Sociedade Russa para Proteção das Mulheres		Assistência às mulheres solteiras	Sofia Kovalvskaia		
		Apoio aos jovens contra violência moral ou material	Maria Bokova		
		Oficinas para mulheres desempregadas	Nadeja Suslova		
			Maria Trubnikova		
			Liubov Gurievitch		
			Ariadna Tyrkova-Williams		
			Nadejda Stassova		
			Evgueni Konradi		
União pela Igualdade das Mulheres de Toda Rússia			Lidia Rodstvennaia		
		Igualdade civil e política	Anna Evreinova	Associação Internacional do Sufrágio Feminino (AISF)	
		Melhoria da situação legal e econômica da mulher	Anna Miliukova		
		Sufrágio Universal	Ekaterina Shepkina		

		Oportunidades iguais para educação e trabalho	Liubov Gurevich	
		Igualdade para mulheres camponesas	Maria Chekova	
		Fim da regulamentação da prostituição	Zinaida Mirovich	
		Monarquia constitucional	Ariadna Tyrkova	
		Direito de negociação coletiva dos trabalhadores		
		Autogoverno das minorias étnicas		
		Coeducação em todos os níveis		
		Abolição da pena de morte		
	Partido Progressista Feminino	Igualdade civil entre homens e mulheres	Mariiya Ivanovna Pekrovskaia	
		Direito ao divórcio		
		Direito à terra para as camponesas		
		Monarquia constitucional		
		Coeducação		
		Reformas trabalhistas		
Liga pela Igualdade das Mulheres	Fim do militarismo			
	Luta por direitos políticos		Associação Internacional do Sufrágio Feminino (AISF)	
Marxista/socia Idemocracia (Composição mista)	Partido Socialdemocrata Russo (POSDR)	Sufrágio Universal		
		Sociedade sem classes	Nadeska Krupskaia	II Internacional
		Aborto seguro	Inessa Armand	Fração Bolchevique
		Direito ao divórcio	Alexandra Kollontai	Fração Menchevique
		Creche comunitária	Korkordia	

			Samoilova	
		Cozinha comunitária	Praskovia Kudelli	
		Escolas de co-educação	Liudmila Stal	
		Fim da prostituição	Larissa Reissner	
			Aleksandra Artyukina	

Tabela 1 - Quadro-síntese dos principais movimentos feministas e socialistas.

O quadro acima foi produzido por nós a partir das referências que levantamos no decorrer da pesquisa e busca esquematizar as vertentes das organizações, as pautas e as militantes, a fim de facilitar a visualização das convergências e divergências entre elas, conforme abordado no decorrer desta seção. Algumas pautas são comuns entre os movimentos, outros abordam de maneira mais restrita, seja dedicando-se à filantropia ou à revolução social. Dentre estes abordados, o que há mais visibilidade – considerando que deu origem às revoluções de 1917 – é o POSDR, uma seção de um partido mundial.

O Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR) foi um partido político vinculado à II Internacional e tinha a preocupação de construir um partido mundial que visava a revolução socialista. Foi de suma importância que o programa político estivesse alinhado com outras seções do partido, como por exemplo, o Partido Socialdemocrata da Alemanha, Partido Socialdemocrata da Espanha, Suécia, Japão, entre outros. Desta maneira, a II Internacional teve como eixo principal a centralização política dos partidos, buscando garantir que as discussões, estratégias e táticas fossem realizadas no âmbito internacional. Vale lembrar que a revolução socialista devia ser mundial, pois nenhum país socialista se manteria por muito tempo, haja vista que as grandes potências capitalistas teriam medidas avassaladoras para destruir este modo de produção, além de serem materialmente insuficientes para suprirem as necessidades básicas.

Nesta conjuntura, a luta por emancipação das mulheres também era um elemento a ser implantado na luta da classe trabalhadora, pois ambos não seriam livres enquanto fossem submetidos a uma sociedade de classes. Assim, a II Internacional e os partidos vinculados a ela, deviam impreterivelmente discutir, lutar, agitar e formar trabalhadoras e trabalhadores que lutassem por uma causa comum e identificassem a exploração e opressão que estão imbricados na sociedade capitalista. Promover um avanço qualitativo para a consciência de classes (consciência para si) era uma das tarefas do partido mundial, pois o pensamento dialético que poderia ser desenvolvido pela classe trabalhadora possibilitaria ultrapassar a compreensão material ou puramente econômica da realidade e agir diretamente na superestrutura (econômico-política-jurídica), pois quanto mais determinações compreendidas, mais significados podem ser internalizados pelos indivíduos. Obviamente esse processo não é linear e nem funciona como uma receita, a disputa pela consciência é permanente.

Coube ao POSDR conquistar os trabalhadores para esta causa na Rússia. E coube a II Internacional garantir que todos os países compusessem este mesmo ideal de forma centralizada e politicamente organizada.

No item a seguir, abordaremos sobre a II internacional especificamente, em seu nível mais abrangente e as contribuições para a discussão e construção do partido sem marginalizar a questão das mulheres, conjugando uma luta mundial de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Trazer essa breve contextualização do SPD e a II Internacional torna-se demasiadamente importante, pois demarca o início mais preciso sobre a luta contra opressão e exploração da classe trabalhadora em geral, e das mulheres em específico. Destaca-se ainda que a inserção desta pauta não ocorreu de forma pacífica nos congressos e reuniões, pelo contrário, o acúmulo histórico de uma determinada cultura machista calcada nas compreensões sobre o papel da mulher e do homem na sociedade gerou resistência dentro das organizações, mas que por décadas buscou-se combater. As ideologias dominantes neste ponto, calcadas secularmente na desigualdade demonstra como o estranhamento dos indivíduos foi fortemente reforçado. Assim, não reconhecer a importância das mulheres trabalhadoras como membros de sua classe e por sua vez, também vítimas de uma sociedade desigual burguesa, limita a luta do operariado mundial.

2.3.A luta das mulheres no Partido Social Democrata da Alemanha e na II Internacional Socialista

O avanço das forças produtivas e a ascensão da burguesia marcaram mudanças significativas na composição da classe trabalhadora – a qual também participou do processo revolucionário. Em consequência disso, Sagra (2010) pontua que nas décadas de 1870 e 1880 as condições materiais possibilitaram organizações mais progressistas de partidos e sindicatos, principalmente na França e Inglaterra, com mobilizações em massa que garantiram alguns direitos como férias, aumentos salariais, legislações trabalhistas, entre outros. Ademais, Sagra complementa: “Depois de sua vitória na guerra franco-prussiana, em 1871, a Alemanha unificada entrou em uma grande expansão industrial, parecida com a que a Inglaterra tinha vivido vinte anos antes. Isso revigorou o movimento operário industrial” (Sagra, 2010, p.22).

Em decorrência de desdobramentos políticos em meados de 1880, como: “o fortalecimento e o crescimento gradual dos movimentos socialistas e dos sindicatos na Europa; a perda do monopólio industrial da Inglaterra [...] e o processo de lutas do movimento operário alemão” (Sagra, 2010, p.23), houve uma crescente criação de partidos e sindicatos de

cunho marxista em vários países, sendo na França, Inglaterra, Suíça, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Suécia, Rússia e Estados Unidos.

Na França, em 1889 foi realizado sessenta e nove congressos internacionais em comemoração ao centenário da Revolução Francesa, cuja organização foi em Paris pelo governo francês. Concomitante a eles, ocorreu um congresso realizado pelos socialistas alemães, o qual ficou conhecido como o primeiro congresso da II Internacional (Sagra, 2010). Este congresso teve como principal pauta a luta por uma legislação internacional do trabalho e a jornada de oito horas de trabalho. Nesse sentido, Hobsbawm afirma também que:

Foi a súbita emergência internacional dos movimentos operários de massa e dos movimentos socialistas, durante e após 1880, que parece ter colocado numerosos governos e classes dominantes em dificuldades essencialmente semelhantes, conquanto retrospectivamente seja possível perceber que não foram estes os únicos movimentos de massas a dar dores de cabeça aos governantes (Hobsbawm, 1988/2018, p.155).

As revoluções burguesas trouxeram avanços sociais, porém beneficiavam apenas uma determinada classe. Quando analisado do ponto de vista puramente econômico, ou ainda, apenas da estrutura, comumente acreditamos que tais revoluções nos possibilitaram a liberdade em vários sentidos. Porém, numa compreensão da superestrutura, se analisar a totalidade, tais revoluções, além de intensificarem as desigualdades, aprofundaram também a fragmentação do desenvolvimento humano, ou seja, da unidade objetivo-subjetiva. De modo pauperizado, os significados interiorizados pela classe trabalhadora foram carregados de ideologias burguesas e intensificado pelo estranhamento (alienação) não apenas da produção, mas de tudo em sua volta, inclusive de outros trabalhadores. Sendo assim, compreender esse processo de múltiplas determinações, para além da aparência, demonstra que apesar das particularidades, os trabalhadores em nível mundial sofrem com a exploração da classe burguesa, e por isso sua organização coletiva também precisa ser mundial, internacional.

Sobre a II Internacional, Sagra (2010) declara que, inicialmente era uma federação de partidos sociais democratas que reivindicavam o viés marxista. Somente no VI Congresso realizado em 1904 em Amsterdã constatou-se que a II Internacional se tornou um grande movimento mundial, contando naquele momento com 444 delegados³⁵ presentes (Sagra,

³⁵ Sendo “da Holanda, 31; França, 82; Suécia, cinco; Sérvia, um; Bulgária, cinco; Boêmia, três; Suíça, sete; Polônia, 20; Noruega, dois; Rússia, 37; Inglaterra, 101; Hungria, três; Dinamarca, sete; Estados Unidos, 11; Argentina, dois; Alemanha, 68; Austrália, um; Itália, cinco; Bélgica, 38; Japão, um; Armênia, dois; Alemanha, 68; Austrália, um; Itália, cinco; Bélgica, 38; Japão, um; Armênia, dois; Áustria, dez” (Carone, 1993, p.70). A distinção entre a quantidade de delegados homens e delegadas mulheres não foi possível, pois não há registros numéricos ou os nomes dos participantes no documento elaborado pelo Birô.

2010; Carone, 1993). Hobsbawm declara ainda que, “de modo geral, os anos 1890, década do surgimento do socialismo como movimento de massas, são o marco de um momento decisivo. Inicia-se uma era de novas estratégias políticas” (Hobsbawm, 1988/2018, p.158).

Com o avanço das forças produtivas em solo alemão, as condições materiais demandavam organizações de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho, principalmente com a implementação/expansão das indústrias. Uma das grandes potências de organização marxista foi o Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) criado em 1875, que foi resultado da fusão de dois movimentos operários, os lassalianos e eisenaquianos (Badia, 2013, p.18). A quantidade de mulheres operárias cresceu substancialmente em território alemão entre 1892 e 1908, passando de 649.668 (seiscentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito) para 1.302,141 (um milhão, trezentos e dois mil, cento e quarenta e uma) trabalhadoras, representando mais de 50% nas indústrias de tecelagem, rendas, confecção, lingerie. Desse montante, apenas uma a cada trinta mulheres se filiava a sindicatos (Badia, 2013, p.41-2).

Como tática para despertar a consciência sobre a desigualdade na Alemanha, o SPD criou em 1892, o jornal nomeado *A Igualdade*, com Clara Zetkin responsável pela tarefa e tinha como objetivo “[...] ‘formar e fazer progredir as companheiras que estão nas primeiras filas da luta’, conseguir que ‘se situem claramente no campo da socialdemocracia’ e que não se deixem ‘contaminar pelo movimento feminista burguês’” (Badia, 2003, p.62). Em seu conteúdo havia artigos sobre a situação de trabalhadoras em diferentes fábricas, legislação, reivindicações comuns entre as mulheres, além de divulgar as datas e locais dos comícios. Entre 1902 e 1905 as tiragens aumentaram consideravelmente e com isso o aumento de assinaturas, chegando ao total de 28.700 (vinte e oito mil e setecentos). Dentre essas assinaturas, as leitoras em sua maioria eram mulheres socialdemocratas que ficavam em casa e cuidavam dos filhos, segundo mapeamento do próprio SPD na época (Badia, 2003, p. 63-66).

Informações como a quantidade de mulheres nas indústrias e a taxa de sindicalização de mulheres de diferentes setores também era foco do jornal na Alemanha em 1893. As informações eram extraídas diretamente de trabalhadoras que eram vinculadas ao SPD ou a partir de militantes agitadoras que tinham vínculo direto com trabalhadores do território alemão. Demonstrando aspectos de desigualdade tanto nacionais quanto internacionais, desencadeou um aumento de interesse pelo jornal *A igualdade*, algumas trabalhadoras inclusive ingressaram às fileiras do partido.

Um ponto importante investigado por Clara Zetkin – e divulgado no jornal – foi a diferença entre salários de trabalhadores e trabalhadoras, além das consequências que isso desencadeava para as mulheres, como o aumento da taxa de prostituição para complementação de renda e as condições insalubres de trabalho e moradia (muitas vezes sem janelas e banheiros). Sobre os salários, Zetkin levanta que: “nos oito setores pesquisados, os salários semanais masculinos variavam de 9 a 35 marcos (média aproximada de 20) e os salários femininos de 6 a 18 marcos (média aproximada de 9)” (Badia, 2013, p.43). Vejamos aqui, a maioria das informações divulgadas no jornal girava em torno de questões econômicas, mas não se restringia a elas. Demonstra como as desigualdades e o desemprego, promovidos pelas indústrias alemãs geridas numa sociedade de classes antagônicas resultavam diretamente em piores condições de trabalho e de vida. Ou seja, desenvolve-se aqui, com o jornal, um trabalho de disputa de consciência a partir das próprias contradições aparentes. Esse movimento possibilitava novos sentidos e significados, ainda que nos limites econômicos inicialmente.

Além das questões amplas dos trabalhadores como exploração, opressão, baixos salários e situações insalubres de trabalho e moradia, pôde-se observar a necessidade de discutir e implantar pautas femininas ao programa político, considerando a intensificação das opressões que as mulheres trabalhadoras sofriam, como a marginalização, prostituição e salários desiguais como demonstrados acima. Em vista disso, a partir de 1879, foram sistematizados e socializados textos marxistas sobre essa problemática, como mencionados anteriormente, considerando as opressões como um dos mecanismos de exploração do capital.

Os estudos de Bebel, Engels, Eleanor, dentre outros mencionados, embasavam discussões pertinentes e necessárias para a construção e organização da classe, contribuindo assim para o SPD buscar táticas e estratégias de aproximação das mulheres com pautas específicas. As “questões femininas” como foram denominadas inicialmente, tiveram como principal representante a militante social democrata Clara Zetkin³⁶, que proferiu uma fala sobre as mulheres trabalhadoras e sua situação no capitalismo, em 1889, no I Congresso Internacional Operário Socialista, realizado em Paris, a fim de suscitar discussões internas e ações externas nas várias seções do partido (Badia, 2003, p.39). É importante destacar que

³⁶ Militante revolucionária do Partido Social Democrata da Alemanha. Dedicou sua vida à luta das mulheres trabalhadoras, combatendo opressões internas e externas ao partido. Além disso, teve um papel importante ao lado de Rosa Luxemburgo e dos “espartaquistas” (oposição do SPD no final da II Internacional).

esse discurso da Zetkin não foi bem recebido entre todos os militantes, havendo a necessidade de disputar a consciência dentro da própria organização, ressaltando a importância das pautas femininas no programa político mundial. Este congresso ocorreu mesmo diante das censuras impostas por Bismarck em 1878, conhecido como leis antissocialistas, revogada somente em 1890³⁷.

Esses aspectos de opressão e exploração levantados e divulgados pelo jornal representavam algumas divergências entre mulheres proletárias e burguesas. Badia complementa:

A situação das mulheres burguesas é diferente. Não são submetidas pelo capital, mas mantidas numa situação de inferioridade jurídica pelos homens, que temem sua concorrência profissional. Daí seu combate pela igualdade de direitos públicos e privados. Combate legítimo, aos olhos de Clara, mas que, para as proletárias, é totalmente secundário (Badia, 2003, p.47).

Os direitos jurídico-civis são importantes numa sociedade de classes, apesar de insuficientes para as mulheres da classe trabalhadora, cuja exploração e opressão são ainda mais severas e o direito a questões mínimas para sobrevivência, como alimentação e moradia, muitas vezes é privado ou escasso. Destacam-se aqui como as ideologias dominantes são interiorizadas pelos sentidos e significados de tal maneira que, limita o reconhecimento das desigualdades no marco da própria sociedade desigual. Reconhece-se assim, a partir das contradições postas que homens e mulheres não possuem os mesmos direitos dentro da sociedade burguesa, e por isso buscam igualdade dentro do próprio Estado burguês, que em linhas gerais é apenas um produto dessa sociedade, não o seu modo de produzir. O desconhecimento da superestrutura desencadeia em leituras fragmentadas da realidade e, por conseguinte nas ações.

Com essa diferença entre mulheres burguesas e mulheres proletárias, a adesão entre os feminismos era bastante acirrada. Ainda neste momento da história, os movimentos feministas vinculados à Associação das Mulheres Alemãs são mais aceitáveis, independentemente de sua classe social, pois propõe a união entre classes com um propósito comum, a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Essa discussão perpassa vários países e décadas a fio, independente se vinculado a uma organização nacional ou internacional, inclusive na Rússia onde é objeto de estudo desta pesquisa.

³⁷ Apesar da revogação das leis antissocialistas, as mulheres foram proibidas de participar de organizações políticas até 1907 (Zetkin, 1909/2014, p.161).

Diante desta conjuntura, Clara Zetkin, principal responsável pelo jornal *A Igualdade*, submetida às políticas internas do partido debatidas em Congresso Internacional, destinou parte da produção do jornal para as questões femininas, em 1892, reivindicando melhores condições de trabalho, redução da carga horária, melhores salários e segurança para mulheres grávidas, pois esta última era submetida às mesmas condições de periculosidade que uma trabalhadora comum. Dentre essas e outras reivindicações que a II Internacional defende para uma sociedade igualitária, sem opressão ou exploração só será possível se homens e mulheres lutarem conjuntamente por uma causa comum, a emancipação humana.

Bebel já dissera que a libertação da humanidade da escravidão capitalista não seria concebível se a metade dela permanecesse privada de seus direitos. Se a emancipação feminina supõe a vitória do socialismo, como acreditava Clara, sem a participação das trabalhadoras, essa vitória é impossível. Daí a necessidade de formá-las, educá-las e ganhá-las para essa luta, impelindo-as a se sindicalizarem e a aderir ao SPD (Badia, 2003, p.52).

Reconhecer a importância das mulheres no processo revolucionário de emancipação da classe e instalação de um novo modo de produção sem classes sociais é de extrema relevância, e a partir daqui desdobra-se cada vez mais sobre as questões femininas.

Medidas como a inserção no estatuto do partido que obrigava a eleição de delegadas para os congressos internacionais do partido, a mudança dos nomes dos cargos como “homens de confiança” para “pessoas de confiança” para inserir mulheres nesses postos, a destinação de mulheres na propaganda e agitação foram de fundamental importância para a construção da luta das mulheres dentro do partido (Badia, 2003).

A agitação e propaganda são táticas importantes para organizações revolucionárias, tanto para dirigir as massas, quanto para captar militantes às fileiras do partido. Com o SPD não foi diferente, seu crescimento acontecia através de agitação nas portas das fábricas e a participação de militantes operárias que levavam a política do partido para dentro das fábricas para denunciar as condições precárias, o assédio e a exploração que a classe estava submetida etc. Em 1905, segundo Badia (2003, p.56), no estatuto do partido constava: “A propaganda sistemática no proletariado feminino é realizada por delegadas mulheres, eleitas, se possível, em todas as localidades, de acordo com as instâncias do partido”. Zetkin complementa que não se trata de “uma propaganda especial para mulheres, mas uma agitação socialista entre mulheres” (Zetkin, 1896/2014, p.155). Mas só essa ferramenta não bastava.

Devido a várias dificuldades apresentadas pela realidade material do final do século XIX e início do séc. XX, a adesão das mulheres às discussões e lutas das trabalhadoras tornava-se um grande desafio e isso é demonstrado pela excessiva carga horária e a baixa compreensão intelectual nas questões políticas. Nesse sentido, Kollontai (1913/2010, p.182)

questiona: “que nível de consciência possui uma mulher cujo lugar está na cozinha, que não tem direitos na sociedade, no Estado ou na família? Não tem suas próprias ideias! Faz tudo como lhe ordena seu pai ou seu esposo...”, conseqüentemente, não apenas as suas tarefas são limitadas ao ambiente doméstico, mas a sua vida também é cindida/fragmentada e por sua vez, sua aprendizagem e análise da realidade concreta é dependente das instituições majoritariamente burguesas. Além disso, havia uma lei proibicionista (revogada apenas em 1908) que impedia a participação de mulheres neste campo de debate. Nesse sentido, Badia argumenta:

Para superar essas dificuldades foram criadas, no modelo destinado à formação dos trabalhadores (*Arbeiterbildungsvereine* – círculo de formação dos trabalhadores), associação para as trabalhadoras. Em princípio não infringiam os regulamentos da polícia, pois não abordavam temas políticos. As simpatizantes eram convidadas, periodicamente, a ouvir uma exposição seguida de debates. Na falta de um número suficiente de conferencistas mulheres, recorria-se, uma em cada duas vezes, a homens. Os temas abordados – o *A Igualdade* anunciava regularmente essas conferencias e os assuntos tratados – mostravam como eram evitadas as proibições policiais: a escravidão, o movimento operário, o progresso cultural, a superstição popular, o casamento e o divórcio, a astronomia, o modo de produção capitalista e o movimento feminista, o Estado atual e a sociedade socialista futura, a atividade industrial e a ausência de direitos das mulheres, Wolfgang Goethe, será o socialismo uma utopia?, a prostituição, suas causas e sua eliminação (Badia, 2003, p.56).

Os círculos de debates eram uma das alternativas encontradas para a inserção e aproximação das mulheres trabalhadoras a esta causa comum, a construção de um partido revolucionário que tinha como finalidade a mudança no modo de produção, buscando assim o fim de toda opressão e exploração. A princípio, o SPD foi o pioneiro no viés marxista a tratar diretamente as questões femininas e a organização da classe para compreensão e luta comum, claro que havia outros movimentos como as feministas burguesas na Alemanha e em outras partes do mundo, mas cabe aqui nesta seção adentrar a este ponto específico para demonstrar que a construção da luta das mulheres marxistas ou socialdemocrata russo adveio de intervenções e debates que extrapolavam um território nacional especificamente.

Além do SPD, em agosto de 1907, a II Internacional organizou o VII Congresso da Internacional Socialista em Stuttgart (Alemanha) e reuniu delegados de quatorze países³⁸ para

³⁸ Segundo Carone (1993), este congresso contou com a participação de 884 delegados. “Alguns países contam com um único delegado, como é o caso da África do Sul, da Austrália, do Japão e da Sérvia. Outros, com número superior: três para a Argentina, cinco para a Bulgária, seis para a Espanha, dois para a Finlândia, nove para a Holanda, quatro para a Romênia. Para outros, o número cresce: 289 para a Alemanha, 75 para a Áustria, 27 para a Bélgica, 41 para a Boêmia, 17 para a Dinamarca, 22 para os Estados Unidos, 78 para a França, 123 para a Inglaterra, 25 para a Hungria, 13 para a Itália, 30 para a Polônia, 63 para a Rússia, 19 para a Suécia e 21 para a Suíça” (Carone, 1993, p.84).

debater sobre o programa político, tendo como pontos da pauta: Militarismo e os conflitos internacionais; relação entre partido e sindicatos; questão colonial; emigração e imigração; e, sufrágio das mulheres; este último até então era movimento massivo das radicais e liberais. Segundo os documentos deste congresso estudados por Carone (1993), uma das principais falas proferidas no ponto sobre o sufrágio universal foi:

[...] as mulheres socialistas não devem se aliar às feministas da burguesia que reclamam o direito de sufrágio, mas devem levar a batalha lado a lado com os partidos socialistas que lutam pelo sufrágio das mulheres e o consideram como uma das reformas fundamentais e práticas mais importantes para obter a democratização completa do sufrágio (Carone, 1993, p.87).

Desta forma, um dos principais encaminhamentos ao fim do congresso era de que a Internacional em suas diversas seções nos países iria pautar a luta pelo sufrágio das mulheres, não de maneira a compor o movimento burguês, mas compreender que se tratava de um programa mínimo e necessário para o avanço da luta das mulheres da classe trabalhadora em geral. Além de ser considerada uma pauta mínima naquele momento histórico, possibilitava a disputa da consciência de outras mulheres trabalhadoras que estavam compondo os movimentos feministas burgueses. Com a pauta comum acerca do sufrágio universal era possível disputar espaços de debate e levar o programa máximo, demonstrando inclusive as contradições entre os movimentos feministas burgueses ou policlassistas com os movimentos revolucionários.

Neste mesmo ano, em 1907, dias antes do Congresso mencionado acima foi realizada a 1ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas e contou com a participação ativa de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai e outras militantes. Segundo Frenica e Gaido (2018), este evento contou com a participação de 58 delegadas também de 14 países e tinha como discussões centrais o sufrágio e a construção de um birô (comitê) de mulheres socialistas. Esta conferência teve encontros regularmente a cada dois anos, inclusive a 2ª Conferência realizada em 1910 – a qual abordaremos mais adiante no ponto sobre o Dia Internacional da Mulher – desenvolverá um papel importante para a luta das mulheres em geral.

De acordo com a feminista radical Kalmánovitch, o Partido Socialdemocrata que integra a II Internacional possuía discussões sobre a pauta das mulheres antes deste congresso, porém era facultativo. Somente ali, em 1907, tornou-se obrigatório inclui-las de maneira estratégica em seu programa. Para ela, isso era uma das demonstrações que o partido socialdemocrata e a II Internacional não estavam preocupados com a luta das mulheres, e houve esse posicionamento apenas por medo da rejeição de seus membros. Em suas palavras:

A resolução foi aceita sob pressão da Conferência Internacional Social-Democrata Feminista, convocada pela primeira vez ali mesmo, em Stuttgart. Podemos dizer, sem rodeios, que aquela deliberação foi introduzida, por um lado, por causa da influência do assim chamado movimento feminista burguês e, por outro, pelo medo de algum outro partido se antecipar e, assim, atrair uma significativa quantidade de membros, mesmo mulheres (Kalmánovitch, 1908/2017, p.29).

Outra crítica destinada aos sociais-democratas e a II Internacional, segundo Kalmánovitch é que esta discussão sobre a igualdade da mulher adentrou o partido na década de 1860, embora na Europa já existisse desde 1840 e nos Estados Unidos surgiu junto com a luta de independência (séc. XVIII). Conquanto, a teoria marxista em si é desenvolvida no século XIX, meados da década de 1840, conseqüentemente Kalmánovitch faz um anacronismo ao remeter essa crítica. Vale ressaltar também que a produção e organização dos sociais-democratas surgiu posterior à Comuna de Paris (1871), e os escritos que perpassam os programas políticos de orientação marxista foram produzidos por August Bebel em 1879 e Frederich Engels em 1884.

A respeito da marginalização das pautas femininas, militantes emblemáticas como Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e Nadeska Krúpskaia, dentre outras mulheres militantes da socialdemocracia já redigiam documentos com críticas internas no partido (Silva, 2018). Desde o final do séc. XIX e início do XX eram pautadas discussões como a marginalização da “questão das mulheres” dentro do partido, a ausência de delegadas e/ou dirigentes regionais e medidas de organização das mulheres. Em todos estes casos mencionados houve discussão em congressos internacionais e atualizações do estatuto para serem adotadas ao programa político. Como exemplo disso, podemos citar uma carta de Madeleine Pelletier, militante da socialdemocracia na França, em resposta a Kalmánovitch, onde fez apontamentos sobre a socialdemocrata propriamente dita e sua relação com os movimentos feministas vinculados a tais organizações:

Ao ingressar no partido, a mulher – se não estiver acompanhada do marido – encontra hostilidade. E se existir algum motivo para não admiti-la, ele não será ignorado. Caso ela, apesar de tudo, consiga entrar, faz-se o possível para que ela perca a vontade de ir às sessões: não se senta perto dela, não conversam com ela e tudo que lhe é interessante é resolvido sem a sua participação. Finalmente, se ela se destaca de alguma forma, isso provoca ódio e inveja. Quanto às exigências feministas, disso nem se fala. Se alguma mulher levanta a discussão, o assunto é rapidamente abafado: “É claro que somos a favor do direito de voto para a mulher, mas, o fim das contas esse direito não tem a menor importância. Pois temos de começar pela reeducação da mulher e só depois nos preocuparmos com o direito de voto. Mas a função primeira da mulher é fazer a sopa” (Kalmánovitch, 1908/2017, p.32).

O partido socialdemocrata foi alvo de inúmeras críticas – internas e externas – em relação ao tratamento e luta para/com as mulheres. Era necessário debater que a abolição da sociedade de classes calcada na exploração e opressão só seria efetiva quando a mulher

também fosse emancipada. Sendo assim, o machismo e práticas opressivas historicamente acumuladas deviam ser combatidos nos mais diferentes níveis de luta tanto por homens quanto por mulheres, para isso, era necessário promover saltos qualitativos no desenvolvimento humano, compreender os processos de opressão para além das questões materiais objetivas.

Importante ressaltar que o partido socialdemocrata diverge dos movimentos feministas liberais e radicais em vários aspectos, desde origem, composição e algumas pautas. Mesmo as mulheres que integraram a *intelligentsia* russa ou aristocracia em seu princípio – como foi o caso de Alexandra Kollontai e Inessa Armand –, podiam se dedicar à organização da classe trabalhadora e construção do partido.

O POSDR não defendia a classe dominante, sendo assim, os e as militantes que compusessem essa organização deveriam reconhecer seus privilégios e construir um partido que buscasse o desenvolvimento pleno do ser social com a extinção de sua classe “originária”. Mais uma vez, pode-se observar que o desenvolvimento da consciência em si e para si não é natural. Desta forma, nascer em uma determinada classe não é o suficiente para compreender o marco de uma sociedade desigual, a composição social e seu lugar no processo de produção. Conseqüentemente, a forma como produzem sua existência determinará sua personalidade que está em constante mudança, ou seja, é totalmente possível que indivíduos de diferentes classes possam compreender a realidade objetivo-subjetiva e buscar organizar coletivamente sua mudança. Vale destacar o exemplo de Inessa Armand, por ser filha da aristocracia teve acesso à educação e era fluente em quatro idiomas, sua consciência de classe foi desenvolvida ao se envolver com estudantes marxistas. Sua posição privilegiada possibilitava viajar com jornais partidários (proibidos pela censura) nos trens da Rússia, além de traduzir materiais que contribuía na construção da II (e posteriormente III) Internacional.

Não devemos confundir o exposto acima com os movimentos policlassistas, pois a luta policlassista ou filantrópica agia nos limites da sociedade de classes, buscando garantir alguns direitos mínimos, mas sem garantir as mesmas “oportunidades” a todos. Conquistas em relação à herança ou passaporte próprio em um contexto que a classe trabalhadora sequer tem pão e terra garantidos demonstra os privilégios e secundarização da classe na luta como demonstrado anteriormente.

Uma das principais divergências encontradas entre os três movimentos (radicais, liberais e marxistas) é caracterizada pela composição da luta. Enquanto um defende a luta conjunta entre homens e mulheres da mesma classe, outro abomina a participação dos homens

e aceita mulheres policlassistas. Em suma, pautas como direito à educação e melhores condições de trabalho perpassam pelos três movimentos (como demonstrado no quadro 1), apesar de enfoques ou finalidade diferentes. Deve-se considerar ainda a importância de uma luta que tenha pautas sólidas e internacionais, tendo em vista que a luta de classes e as desigualdades não são características e exclusivas de um único país.

Nessa direção, o SPD, por sua vez, teve contribuições importantes para a construção de partidos revolucionários ao redor do mundo – incluindo o POSDR –, pois no final do século XIX foi declaradamente fundado. Desta forma, o SPD, além das discussões avançadas sobre o proletariado, havia estudos sistematizados, debates e lutas sobre a questão da mulher. Isso foi importante para destacar a importância de um partido organizado mundialmente e as contribuições que um exerce sobre o outro.

A participação das mulheres em um partido revolucionário, fosse este o POSDR, o Bolchevique, Menchevique, entre outros, demonstrava um avanço na pauta da classe trabalhadora, visando principalmente uma revolução social. Destaca-se também que, o avanço das forças produtivas russas aumentava a opressão e exploração da classe trabalhadora, principalmente das mulheres que eram inseridas nas indústrias e das camponesas que sequer tinham direito à terra. Juntamente com o avanço das forças produtivas havia o avanço das contradições resultantes das desigualdades e o crescente aumento das manifestações, organizações.

Dadas essas considerações acerca da questão das mulheres a partir do SPD e da II Internacional, abordaremos no próximo tópico sobre instrumentos para disputa da consciência de classe, sendo jornais e escolas de quadros.

2.4. Instrumentos para disputa da consciência de classe: jornais revolucionários e escola de quadros

A formação e divulgação do programa político do partido precisava ser alcançada por trabalhadoras/es de vários setores e regiões. Com base nessa preocupação, materiais como os **jornais revolucionários** foram e são utilizados até hoje. Neles há panoramas nacionais e internacionais, além de informações que condizem com a realidade da classe trabalhadora local, demonstrando que questões individuais de desigualdade são na verdade questões estruturais da sociedade de classes e precisam ser combatidas.

O POSDR tinha como preocupação as denúncias que a classe trabalhadora sofria, e para isso era necessário que tais denúncias partissem dos próprios trabalhadores. Para tal, foi necessário o desenvolvimento de táticas para/entre os trabalhadores e militantes que contemplassem a proposta de denunciar, sem serem totalmente identificados, evitando as represálias que o regime czarista exerceria para com eles. Para isso, o partido contou também com a participação ativa de sindicatos, cujo trabalho de agitação e propaganda fortalecia a construção de uma organização revolucionária (Lenin, 1903/2015). O partido em si trabalhou com um jornal próprio, destinado à propaganda e agitação, carregado de informações e denúncias de opressão e exploração. É interessante que nem sempre as denúncias vinham acompanhadas de análises da superestrutura, apenas da estrutura econômica. Porém, assim como mencionamos no primeiro capítulo, há um salto qualitativo da consciência nesse movimento, pois as contradições são minimamente perceptíveis, e devido à influência das ideologias no pensamento e desenvolvimento humano, há uma fragmentação que impede, a princípio, a compreensão da totalidade. Cabe ao partido, direcionar as críticas e fundamentar as denúncias ultrapassando o limite imposto pelas ideias dominantes.

Apesar das crescentes tiragens de panfletos e jornais, vale lembrar que a Rússia era majoritariamente composta por analfabetos. De acordo com Reis, “segundo o recenseamento de 1897, havia no campo apenas 9,8% de mulheres alfabetizadas contra 17,4% de homens. Nas cidades, eram 54% os homens que sabiam ler e escrever, contra 35,6% entre as mulheres” (Reis, 2017, p.170). Dado importante para questionar como e a quem estes materiais produzidos alcançavam fora das fábricas³⁹. Ainda, a luta para erradicar o analfabetismo na Rússia só obteve resultados expressivos após a Revolução de Outubro de 1917, pois foi um dos pontos julgados primordiais para emancipar a classe e avançar na construção de uma nova sociedade. O combate ao analfabetismo era um dos pontos importantes para a disputa da consciência, além da busca recorrente no desenvolvimento do pensamento dialético que possibilitava compreender as condições objetivo-subjetivas e a formação omnilateral do indivíduo. Antes deste marco, cabe aqui um questionamento importante: Se grande parcela da população russa – em destaque à classe trabalhadora – era analfabeta, os jornais tinham realmente eficácia entre os trabalhadores e trabalhadoras?

³⁹ Um ponto importante a ser destacado é que o POSDR e a fração bolchevique eram partidos de quadros e não de massas, ou seja, um partido composto por uma vanguarda da classe trabalhadora. Para isso, o partido investia em formação para aqueles que eram reconhecidos ou que potencialmente poderiam dirigir as massas nas agitações, propagandas, sindicatos, atos, greves e manifestações, cuja consciência de classes ultrapassasse os limites economicistas.

Segundo Lenin (1903/2015), um jornal do partido, criado por militantes e com colunas destinadas à conjuntura nacional e internacional é de suma importância para manter os trabalhadores informados e munidos de conhecimento sobre as situações em outras fábricas, campos etc. Serve como uma ferramenta alternativa, tanto para os trabalhadores, como para as trabalhadoras. Inicialmente, em 1901, na Rússia, o jornal do partido (POSDR) era o *Iskra* (faísca).

A proposta de criar um jornal de/para a classe trabalhadora surge de fatos concretos, um material agitador para as organizações dos trabalhadores. O *Iskra* foi planejado como um jornal para toda a Rússia, o qual reuniria denúncias, informações de greves, paralisações e manifestações de diferentes cidades, além de ser uma ferramenta que auxiliaria na construção de uma organização partidária, no caso o Partido Operário Social Democrata da Rússia. Diante disso, Lenin afirma:

O trabalho local se tornaria muito mais rico e variado do que é na atualidade; as denúncias políticas e econômicas recolhidas em toda a Rússia alimentariam intelectualmente os operários de todas as profissões e *de todos os graus de desenvolvimento*, fornecendo dados e propiciando debates e leituras sobre os mais variados problemas, suscitados, ademais, pelas alusões da imprensa legal, pelas conversas em sociedade e pelos “tímidos” comunicados do governo. Cada explosão e cada manifestação seriam apreciadas e discutidas em todos os seus aspectos e em todos os confins da Rússia, fazendo despertar o desejo de não ficar para trás, de fazer melhor que os outros [...], de preparar conscientemente o que de início se tinha feito de forma espontânea, de aproveitar as circunstâncias favoráveis de uma determinada localidade ou de uma determinada conjuntura para modificar o plano de ataque etc. (Lenin, 1903/2015, p.237).

Os jornais partidários, em sua essência, superam o caráter idealista ou fantasioso sobre a realidade dos trabalhadores, pois se utiliza de fatos concretos sobre a situação da classe, além de fazer análises sob um programa político, visando à insurreição da classe trabalhadora. Ou seja, a divulgação do jornal em toda a Rússia, por si só, era insuficiente para desencadear greves ou manifestações, porém serviu de ferramenta para propagar a situação da classe trabalhadora em diferentes cidades e indústrias, convocando-a também para se organizarem. Nas palavras de Lenin, o jornal tem como característica a “[...] empreitada única e regular de caráter nacional voltada para realizar a síntese de todas as atividades, as mais variadas, de modo a *incitar* as pessoas a avançar constantemente por todos os numerosos caminhos que levam a revolução” (Lenin, 1903/2015, p.235).

O jornal *Iskra* tratava de questões amplas sobre a situação da classe trabalhadora como mencionado acima. Posteriormente, em 1913 com o rompimento do POSDR em duas frações (bolcheviques e mencheviques) e conseqüentemente a criação de partidos independentes, o Partido Bolchevique deu início ao Jornal *Pravda* (A Verdade) também destinado aos

trabalhadores. A exploração, em seus diferentes níveis, permanecia em evidência entre classes, mas outro fator também em destaque era a opressão sofrida pelas mulheres, manifestadas pelo assédio, a exposição a condições de periculosidade, salários inferiores e outros elementos.

Segundo Frecia e Gaido (2018, p.54), houve um crescimento de aproximadamente 37% de mulheres nas indústrias entre o período 1901-1914, representando grande parcela da classe em determinadas indústrias, como por exemplo, as têxteis. Outro fator importante a ser destacado é a diferença entre salários – a depender do ramo –, na véspera da guerra (1914), as mulheres recebiam, em média, $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{3}$ do salário diário de um trabalhador homem, sendo, 1 rublo e 41 copeques para o homem e apenas 72 copeques à mulher, em uma indústria pesada em Petersburgo (Frecia & Gaido, 2018, p.55). Dadas essas condições objetivas, era de suma importância que o partido dirigisse a devida atenção às mulheres, além de elaborar mais táticas para elas comporem as fileiras do partido. Não apenas compor em questão de números, mas compor de forma ativa e com consciência do programa político.

No início de fevereiro de 1913, Alexandra Kollontai escreveu um artigo, cuja publicação foi realizada no *Pravda*, intitulado o “Dia da Mulher”. Buscava suscitar discussões para o Dia Internacional da Mulher que ocorreria mais adiante, em 23 de fevereiro, além de diferenciar a luta feminista burguesa e proletária, e levantar informações sobre a participação das mulheres em organizações de outros países como Inglaterra, Alemanha, Hungria, Dinamarca etc. Ademais, Kollontai apontou no artigo também que:

[...] A classe trabalhadora, a princípio, não se dava conta de que a mulher trabalhadora é o membro, social e legalmente, mais privado de direitos desta classe, que tem sido explorada, intimidada, perseguida durante séculos e que para estimular sua mente e seu coração é necessária uma aproximação especial, palavras que ela possa entender como mulher. Os operários não reconheceram que, neste mundo de falta de direitos e de exploração, a mulher é oprimida, não somente como quem vende seu trabalho, mas também como mãe, como mulher. (...) No entanto, quando o partido socialista dos trabalhadores entendeu isso, se encarregou de maneira firme da defesa das mulheres nos dois aspectos, como trabalhadora e como mulher e mãe (Kollontai, 1913/2010).

Em consequência a essas contribuições e ao dia da mulher houve um crescimento no número de correspondências destinadas ao editorial do *Pravda* com relatos e denúncias sobre as condições trabalhistas. A partir disso, criou-se a página *Trabalho e Vida da Mulher Trabalhadora* naquele mesmo jornal. Porém, o número de cartas continuava aumentando, assim foi decidido em reunião do Comitê Central, a criação de um jornal específico para as mulheres trabalhadoras, o qual seria inaugurado no ano seguinte (1914) no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora (Silva, 2018, 36-37; Frecia & Gaido, 2018, p.58-59). Frecia e

Gaido (2018) afirmam ainda que, na véspera do Dia Internacional da Mulher, os policiais prenderam e deportaram aproximadamente 30 militantes, sendo quase todas as mulheres que compunham o comitê editorial do jornal. Apesar dessa dificuldade, o jornal teve em sua primeira edição doze mil tiragens e foi insuficiente para o trabalho de propaganda no ato, pois não ultrapassou a capital (São Petersburgo) no primeiro momento.

Onde quer que o periódico *Rabotnitsa* fosse vendido, as multidões se agrupavam para ler em voz alta pelas ruas. Nas fábricas onde predominavam as mulheres, as trabalhadoras se ausentaram e advertiram seus chefes de antemão que tomariam o domingo livre para celebrar o Dia da Mulher (Frecia & Gaido, 2018, p. 62, tradução nossa).

Em linhas gerais, *Rabotnitsa* repercutiu por curto período de tempo⁴⁰, devido à entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial em 1914, além do aumento da repressão contra a imprensa revolucionária. Somente em maio de 1917, este jornal volta a ser produzido.

Sobre a composição de militantes no conselho editorial, Silva pontua que:

O conselho editorial do *Rabotnitsa* era formado por mulheres do quadro dirigente bolchevique presentes na Rússia e no exterior. Todas as participantes eram revolucionárias profissionais com formação educacional significativa e anteriormente colaboradoras do Pravda: Praskovia Kudelli, Konkordia Samoilova, Liudmilla Menzhinskaia e Elena Rozmirovich, Liudmilla Stal, Zlata Lilina, Anna Elizarova, Inessa Armand, Lilina Zinovieva e Nadezhda Krupskaya, Aleksandra Artiukhina e Klavdia Nikolaeva (Silva, 2018, p.37).

As condições objetivas da Rússia limitavam a circulação do jornal porque este material representava ameaças ao Estado e as ideologias da classe dominante, conseqüentemente a toda sua superestrutura. Por este motivo, as classes dominantes necessitam aprimorar seus mecanismos de censura e represálias aos que ameaçam seus governos. Mesmo assim, os jornais revolucionários serviram de instrumento para agitação e propaganda entre as mulheres da classe trabalhadora, principalmente por ter iniciado sua vinculação em um dia marcado pela luta das mulheres. Em suma, este material buscava levar o programa político do partido ao passo que dialogava com a realidade concreta das mulheres, reivindicando a participação delas em diferentes instâncias políticas e econômicas, a proteção nas indústrias, o conhecimento sobre as lutas nacionais e internacionais. Assim como o Partido Bolchevique utilizou jornais como tática de organização na Rússia, devemos ressaltar que este integrava a II Internacional Socialista e por este motivo, tem capacidade de extrair informações ao redor do mundo sobre a luta da classe trabalhadora, assim como o fez.

⁴⁰ Em português, *Rabotnitsa* (*рабочница*) significa A Trabalhadora. Esse jornal era publicado quinzenalmente e totalizou 7 edições no período entre 23 de fevereiro (Dia Internacional das Mulheres) e 26 de junho de 1914, sendo duas edições confiscadas pela polícia (Frecia & Gaido, 2018, p. 64; Silva, 2018, p.38).

Apesar de poucas informações sobre **escola de quadros**, apresentamos aqui a Escola de Longjumeau, organizada pelo partido bolchevique durante o exílio de militantes em Paris. Nota-se que, a escola de quadros aqui discriminada tinha como foco a formação de dirigentes que retornariam à Rússia com tarefas de agitação e propaganda, ou seja, ultrapassariam as questões de conhecimento puramente individuais.

A formação teórica de militantes é de suma importância para a construção de um partido revolucionário, por este motivo, as escolas de quadros tiveram lugar na história, principalmente se tratando da II Internacional Socialista. Segundo Frölich (1949/2019, p.159-162), o Partido da Social Democracia da Alemanha, por exemplo, criou a partir de 1906 uma escola nesses moldes. Lá, particularmente, concentrava aproximadamente 30 militantes selecionados previamente para aprofundar em assuntos teóricos, como economia política, materialismo histórico, trabalho, crises econômicas, dentre outros assuntos pertinentes a luta e ao fortalecimento da organização. Os assuntos teóricos serviam como base para o desenvolvimento individual e social de militantes que atuavam como vanguarda em processos de luta da classe trabalhadora. É importante frisar que a aprendizagem aqui ultrapassa as ideias da classe dominante, além de promover uma análise da conjuntura nacional e internacional com o marxismo, este visa uma mudança econômica-político-jurídico. Compreender e analisar os instrumentos da classe dominante, como por exemplo, o próprio Estado e suas forças armadas, a economia política neoliberal e outros elementos contribuem para uma análise concreta da superestrutura e de como as percepções acerca da aparência dos fenômenos são predominantes nas classes oprimidas e exploradas.

A seleção dos militantes era através do partido em diferentes distritos da Alemanha e de sindicatos, buscando formar redatores, agitadores, propagandistas e conhecedores das ciências sociais (Sagra, 2015, p.80; Frölich, 1949/2019, p.159). Os professores dessas escolas eram militantes, ou seja, a formação se dava por quadros importantes na luta revolucionária e na II Internacional. Na Alemanha, especificamente, houve professores como Rosa Luxemburgo, Franz Mehring, Hermann Ducker, dentre outros. Importante pontuar que, as escolas de quadros nesse período eram ameaçadas constantemente pela burguesia, de modo que militantes podiam ser exilados caso continuassem com este trabalho, mesmo que informalmente. Formar militantes era uma necessidade e as classes dominantes reconheciam o perigo que isso apresenta a eles.

Na Rússia, Lenin enquanto dirigente bolchevique, também tinha a preocupação sobre a formação dos operários para a teoria marxista. Segundo Sagra (2015, p.80), Lenin também

sofreu ameaças da polícia czarista (*Okhrana*), inclusive condenando-o à morte em São Petersburgo em 1893. No período entre 1902 e 1914 realizou inúmeros cursos de formação na Europa quando esteve exilado, passando por temáticas da “revolução de 1905, a situação da classe operária russa, o problema da terra e a situação do partido” (Sagra, 2015, p.81).

Conquanto, o partido bolchevique organizou uma escola de quadros, clandestina, em Longjumeau⁴¹ em 1911, pois além do acúmulo teórico acerca da luta de classes, mencionados acima, “[...] os militantes formados nesta escola entram ilegalmente na Rússia para reforçar os contatos e preparar uma conferência nacional” (Broué, 2014, p.42). Sagra (2015) complementa que, devido ao alto nível repressivo neste período na Rússia, muitos dirigentes operários eram encaminhados clandestinamente à Paris para a formação e que todos eles retornavam à Rússia com uma tarefa.

De acordo com Elwood (citado por Schlesener e Masson, 2020, p.93), as aulas na escola em Longjumeau contaram com aproximadamente doze⁴² pessoas. Cada seminário, aula ou palestra tinha duração de aproximadamente duas horas, e os professores eram militantes do partido bolchevique (estavam exilados ou iam exatamente para a formação) ou simpatizantes. Dentre eles, tinham nomes como o próprio Lenin, Inessa Armand, Nadeska Krúpkaia, Zinoviev, Kamenev, Semachkov, entre outros. Sagra (2015) afirma que cada turma se mantinha por dois meses. Destaca-se também que, além das aulas, Inessa era responsável pelos aspectos organizativos da escola e Krúpkaia estava encarregada pelas idas e vindas dos estudantes e das demais questões ilegais que envolviam o partido.

De acordo com Veysset (2015), a escola em Longjumeau iniciou com 18 alunos, todos vieram da Rússia em 1911, todos esses eram jovens proletarizados, ou seja, em algum momento foram ou ainda eram operários de fábrica. De todos esses alunos, apenas uma mulher, Vera Vasileva, operária de São Petersburgo compôs a turma. Segundo Veysset (2015), dos 18 alunos, um foi retirado da turma por não condizer com a proposta da formação – tinha desvios morais no que diz respeito a um revolucionário, principalmente se tratando de assuntos como a prostituição⁴³, assunto extremamente delicado ao que diz respeito a extrema pobreza na Rússia –, e dois eram agentes provocadores, sendo agentes da polícia⁴⁴.

⁴¹ Aldeia, localizada na França, próxima a Paris.

⁴² Elwood (citado por Schlesener e Masson, 2020) contabiliza doze pessoas, no qual inclui estudantes de Paris também. Em contrapartida, Sagra (2015) e Veysset (2015) contam com 18 participantes, sendo estes, todos militantes.

⁴³ Durante o regime czarista russo, a prostituição era regulamentada. Cabia aos revolucionários buscar medidas para abolir tanto essa regulamentação, quanto erradicar a prostituição, tendo em vista que, a

Importante destacar que a aglomeração de trabalhadores russos na França desencadeava curiosidade nas pessoas de Longjumeau, principalmente pela aparência e por dominarem apenas o russo. De tal modo que Krúpskaia mantinha o máximo cuidado para que a polícia parisiense ou czarista russa não fosse acionada. Com efeito, todos os presentes na escola foram apresentados (quando questionados) como professores que estavam em um seminário de férias.

As escolas de quadros da II Internacional tiveram suas atividades suspensas com o início da primeira guerra mundial, em 1914; a de Longjumeau, por sua vez, aparentemente, só teve uma turma⁴⁵. A formação teórica dos militantes era imprescindível para o trabalho revolucionário, mas ainda numa sociedade de classes, toda formação acaba sendo para grupos minoritários, a princípio. Somente com a revolução de 1917, conquista outras configurações, ou seja, as escolas de formação foram aprimoradas para aquele momento histórico, incluindo Comitês, Universidade Sverdlov, além de aspectos formais para a demanda revolucionária.

Iremos retomar este assunto após a tomada de poder, pois a agitação e propaganda assim como a formação de militantes (homens e mulheres), eram essenciais para a construção de uma nova sociedade. Ademais a participação ativa das mulheres era pauta permanente e fundamental para a ditadura revolucionária do proletariado. Segundo Lenin (1918/2014, p.115) “não é possível uma revolução socialista sem a participação de imensa parte das mulheres trabalhadoras”. Sendo assim, ganhá-las para a luta revolucionária era imprescindível. Goldman (2014) também pontua que, não bastava a pauta das mulheres estar na ordem do dia, era necessário incorporá-las à luta e às decisões soviéticas, pois somente desta maneira a construção por uma liberdade começaria a ser concretizada.

No próximo tópico abordaremos sobre a Revolução de 1905. Essa revolução é reconhecida até os dias atuais pelo massacre realizado pelo exército czarista diante da manifestação dos trabalhadores. Esse marco contribuiu substancialmente para a organização

venda dos corpos se dava pela necessidade de se alimentar frente a uma ausência de emprego, alimentação e vida digna.

⁴⁴ Segundo Veysset (2015), um deles tratava-se de um operário do norte de Moscou, fora militante, mas fazia trabalhos perigosos devido à precarização na Rússia, vindo a receber 12 rublos por mês como agente da polícia. Devido à falta de emprego e o salário baixo de sua esposa tecelã, matou seus filhos, sua esposa e posteriormente cometeu suicídio ao retornar da escola em Longjumeau. Seu trabalho era denunciar os militantes que estavam presentes na escola à polícia, porém não o fez.

⁴⁵ Ainda não encontramos referências que comprovem a existência de outras turmas na escola de Longjumeau. Os materiais abordando essa temática, especificamente, são escassos.

de conselhos operários (soviets), além de demonstrar a forte influência da religião⁴⁶ para controle das massas. As mulheres, por sua vez, tiveram participação ativa nos atos e conselhos.

2.5.A Revolução de 1905

A revolução de 1905 não deve ser considerada um fato isolado sem precedentes na Rússia. Pelo contrário, há uma sucessão de fatos massacrantes da realidade material da classe trabalhadora que são representadas pela miséria, moradias insalubres e as péssimas condições de trabalho, as quais eram intensificadas pelo regime czarista desde o fim da servidão, fundamentais para a constituição da consciência revolucionária até 1917.

Segundo Clements (2012, p. 141), as tensões políticas aumentaram consideravelmente a partir de 1901, acarretando em atos e greves – principalmente em Moscou e Petrogrado – onde incluíam homens, mulheres e estudantes. Essas manifestações foram cada vez mais crescentes. Como proposta a frear essa onda que ameaçava o regime czarista, o Czar liberou a criação de sindicatos para trabalhadores comandados por policiais (cossacos), um entrave para a consciência de classe diante daquela realidade. Lenin (1903/2015) reconhecia a importância dos sindicatos naquele momento, entretanto, declarava que apesar de ser uma ferramenta de luta dos trabalhadores, a forma como estava sendo gerida tinha a proposta de controle dos grevistas, os quais poderiam ser punidos pelos cossacos. Por este motivo, o POSDR reafirmava a necessidade da imprensa clandestina dos trabalhadores (os jornais *Pravda* e *Iskra* são exemplos disso) para manter, a medida do possível, a segurança de agitadores dentro das fábricas e evitar o reconhecimento e possíveis repressões. Apesar da construção de sindicatos para impedir revoltas contra o czarismo, buscava-se intensificar cada vez mais as ideologias dominantes e, contraditoriamente, isto contribuía para a constituição de uma

⁴⁶ A religião, em linhas gerais, possuía grande influência no território russo, tornando-se, em dada medida contrarrevolucionária para os movimentos dos trabalhadores (campeiros e proletários). De acordo com Hobsbawm, “na Europa oriental, é claro, a religião e a política eram impossível de se distinguir – inclusive na Rússia – do nacionalismo de Estado. O czar não era apenas o chefe da Igreja Ortodoxa, mas mobilizava a ortodoxia contra a revolução” (Hobsbawm, 1988/2018, p.146). Com a radicalidade do modo de produção e ascensão do capitalismo, a igreja passou por uma modernização – tal prática foi condenada posteriormente em 1907 pelo papa Pio X –, mas esse passo caracterizava uma adequação àquele “novo” modo de produção vigente. Uma das estratégias de modernização e controle da crescente onda de manifestações entre os trabalhadores após o fim da servidão (1861) foi a criação de partidos ou seções operárias dirigidas por representantes religiosos, mas sob tutela do czar.

consciência de classe, à medida que o tipo de sindicato exigia também uma reformulação para avançar nas lutas.

Ademais, a Rússia ainda adentrou a guerra contra o Japão em 1904, desencadeando mais revoltas entre os trabalhadores, pois foram arremessados às trincheiras, aumentando a miséria e as mortes, além de aumentar a quantidade de mulheres operárias nas fábricas em condições mais deploráveis que antes. Este cenário da luta de classes – intensificado a partir de 1904 – contribuiu para a formação de uma consciência que extrapolava o marco das ideologias da classe dominante, ou seja, da consciência em si.

Ao passo que as condições materiais sofriam alterações políticas e econômicas, ora mais evidentes ou não, a consciência de milhares de trabalhadores também era modificada (não de maneira mecânica ou linear, como já abordamos no primeiro capítulo), por este motivo surgiam novas organizações recorrentemente, como foi o caso da Assembleia dos Trabalhadores das Fábricas e Oficinas Russas de São Petersburgo (Clements, 2012). Segundo Tragtenberg (1988), essa assembleia era conhecida como *Seções Operárias* e tinha como objetivo a centralização das queixas dos trabalhadores, a fim de amenizar ou extinguir qualquer possibilidade de motins, manifestações e greves. Além disso, esta organização não tinha nenhum vínculo com partidos. Assim, mesmo que tais mecanismos e organizações apresentassem uma política reacionária dirigida pelas classes dominantes, ainda criavam um terreno para a propositura política de representação que não seguisse a mesma linha política, ou seja, poderiam promover uma representação política revolucionária.

Ainda em 1904, especificamente em dezembro, os trabalhadores e trabalhadoras (sem vínculos com organizações na época) redigiram um documento reivindicando melhores condições de trabalho, porém a indústria Putilov – receptora desta carta – demitiu todos os envolvidos. Em solidariedade a este acontecimento e reivindicando direitos básicos a todos, trabalhadores/as das Seções Operárias decidiram fazer uma petição ao Czar seguida de manifestação nas ruas de São Petersburgo. Essa foi apenas uma das inúmeras manifestações que os trabalhadores e trabalhadoras se organizaram em apoio à sua própria classe. Ainda que cheio de limites relacionados à própria consciência de classe, redigir uma petição ou entrar em greve expressava uma consciência para além das representações dominantes. Este documento, por sua vez, foi redigido por Gapon e entregue ao Palácio de Inverno em janeiro de 1905. De acordo com Tragtenberg:

Incluiu-se no manifesto a sugestão dos membros do Partido Socialista Revolucionário⁴⁷, que pediam um documento mais radical, atenuando expressões de fidelidade ao czar. Exigia-se completa liberdade de imprensa falada e escrita, liberdade de associação sindical, direito de greve, expropriação dos grandes latifúndios em benefício das comunidades camponesas, convocação de uma Assembleia Constituinte, instrução gratuita e obrigatória, 8 horas de jornada de trabalho (Tragtenberg, 1988, p.70).

Sobre a petição, Trotsky (1922/s.d.) traz fragmentos do conteúdo, destacando o descaso e a exploração sofrida pela classe trabalhadora. O trecho a seguir é o início do documento entregue ao czar:

Senhor! Nós, os trabalhadores, nossos filhos e mulheres e os velhos desamparados que são nossos pais, viemos a vós, senhor, à procura de justiça e proteção. Vivemos numa grande pobreza, estamos oprimidos e curvados por trabalhos que excedem a nossa força; somos insultados, não somos reconhecidos como seres humanos, somos tratados como escravos que devem sofrer sua sina em silêncio. Tudo isso temos suportado, mas estamos sendo lançados na mais profunda indignação, na sujeição e na ignorância. O despotismo e o poder arbitrário estão nos estrangulando e asfixiando. Senhor, nossa força se acaba! Chegamos ao limite de nossa paciência; para nós chegou o terrível momento em que é melhor morrer a continuar sofrendo tormentos insuportáveis (Trotsky, 1922/s.d., 87).

Diante desta petição redigida por Gapon a pedido dos trabalhadores, foi realizado no domingo 9 de janeiro de 1905 uma marcha pacífica em direção ao Palácio de Inverno, sem cartazes, canções ou discursos (Trotsky, 1922/s.d., p.89; Tragtenberg, 1988, p.70). Entretanto, o czar ordenou que os cossacos (soldados) reprimissem todos os presentes, fossem estes, crianças, homens ou mulheres. De acordo com Clements (2012), as mulheres tiveram participação ativa neste dia, incluindo Vera Karelina⁴⁸ no comitê dos trabalhadores, Anna Matveeva e outras mulheres camponesas (bábas) e proletárias. Cabe ressaltar ainda:

Elas ingressaram em sindicatos recém-formados de metalúrgicos, tipógrafos, trabalhadores de colarinho branco das ferrovias, assistentes de lojas, trabalhadores têxteis e trabalhadores do tabaco. Elas também organizaram sindicatos femininos de lavadeiras na capital e sindicatos de servidores em Kiev, Nizhny-Novgorod, Rostov-do-Don, São Petersburgo e Tbilisi. No outono, mulheres da classe trabalhadora elegeram representantes femininas para os soviets, comitês representando trabalhadores, em Ivanovo-Voznesensk e São Petersburgo. (Clements, 2012, p. 142, tradução nossa).

Homens e mulheres somaram forças significativas neste início do século XX, principalmente em se tratando das agitações para greves e atos. De acordo com Reis (2017), as *bábas* e as mulheres proletárias compuseram a linha de frente em combate aos soldados, incluindo as crianças que estavam sob sua tutela. Além disso, Clements (2012) complementa

⁴⁷ Há divergência de informações das fontes, pois, ao passo que Tragtenberg (1988) escreve sobre a participação do Partido Socialista Revolucionário (SRS) como membro desta ação, Trotsky (1922/s.d.) declara a participação do Partido Social Democrata Russo (POSDR).

⁴⁸ Trabalhadora têxtil e militante do POSDR.

que, as camponesas marcharam em direção aos proprietários de terras “exigindo renegociação de arrendamentos nas terras que cultivavam” (Clements, 2012, p.142). Essas manifestações marcaram a luta unificada entre homens e mulheres, fossem estes trabalhadores ou camponeses em prol de melhores condições de vida. Como afirmamos, estes acontecimentos (não apenas estes) são fundamentais para refletirmos sobre a constituição de uma consciência política, desde reivindicações imediatas as mais longínquas, principalmente ao que diz respeito às trabalhadoras, que em sua grande maioria compunham a linha de frente das manifestações.

Essa ação ocasionou a morte de aproximadamente mil trabalhadores, deixando em média cinco mil feridos, segundo Trotsky (1922) e Tragtenberg (1988), não foi possível a contagem exata dos mortos pois os soldados retiraram os corpos das ruas e enterraram em valas coletivas durante a noite. Diante deste fato, essa data ficou marcada como “domingo sangrento” pela grande quantidade de sangue de trabalhadores derramado nas ruas de São Petersburgo. Este momento revolucionário transformou-se em referência política nos anos seguintes para todos os trabalhadores e trabalhadoras, sendo lembrado entre aqueles que continuavam na luta para que suas demandas fossem atendidas pelo estado czarista ou pela construção de outra sociedade. Podemos destacar aqui as ações truculentas realizadas sob o comando da classe dominante para manter seus interesses e suas taxas de lucros. Tratar os indivíduos da classe trabalhadora como simples mercadorias facilita a execução de milhares e a substituição destes nas fábricas, além de reforçar a necessária submissão dos trabalhadores aos seus exploradores.

Tragtenberg (1988, p.71) pontua também que, o Padre Gapon – dirigente desta ação fracassada – pediu perdão ao czar por organizar a manifestação. Em resposta ao pedido de “perdão”, o czar solicitou o reconhecimento dos presentes, além das informações referente os membros do partido que também encabeçaram solicitações na petição. Porém, “[...] um membro do partido viu Gapon prestando informações à *Okhrana*⁴⁹ e marcou entrevista com ele. Trabalhadores que confiavam no padre ouviram-no fixar o preço da delação e, interrompendo a entrevista, enforcaram Gapon no teto da casa” (Tragtenberg, 1988, p.71).

O domingo sangrento foi um massacre que o czar autorizou diante de trabalhadores insatisfeitos em busca de melhores condições de vida e trabalho. Além disso, esse episódio para o czarismo seria a demonstração para a classe trabalhadora não se manifestar contra seu

⁴⁹ Polícia secreta do czar.

regime, caso contrário seria pisoteada, morta à queima roupa, assassinada sem vestígios no dia seguinte. Ao contrário do apaziguamento que o czar esperava com esse episódio, houve um aumento nas manifestações e organizações por todo o país que durou aproximadamente dois meses. De acordo com Trotsky:

[...] a greve se estendeu a cento e vinte e duas cidades e localidades, a várias minas da bacia do Don e a dez ferrovias. As massas proletárias se achavam sacudidas até o âmago do seu ser. A greve envolveu um milhão de homens e mulheres. Durante quase dois meses – sem nenhum plano, em muitos casos sem apresentar nenhuma solicitação, parando e voltando a começar, obedecendo apenas a um instinto de solidariedade – a greve dominou o país (Trotsky, 1922/s.d., p.95).

Diante do levante das massas, as organizações tomaram proporções gigantescas, surgindo, inclusive novas organizações e o fortalecimento de outras. Um exemplo disso segundo Silva (2018) e Reis (2017), é a manifestação e o aumento de petições a favor do sufrágio universal, cujas mulheres fossem incluídas. A União pela Igualdade das Mulheres de Toda a Rússia encabeçou este movimento, o qual acreditava que a participação nas decisões do regime czarista, como as reformas necessárias e o questionamento sobre a participação da Rússia na guerra, seriam possíveis através do voto. Ou seja, uma série de situações que possibilitaram o desenvolvimento da consciência em si e para si, além de desencadear um acúmulo histórico que desencadeou também na revolução de 1917.

Outra organização que surgiu neste período foram os sovietes, **Conselhos de Deputados Operários**, criado inicialmente em outubro de 1905 em São Petersburgo, e posteriormente foi criado em outras cidades também, como em Moscou, Odessa etc. (Trotsky, 1922/s.d., p.117). Apesar de sua curta duração (aproximadamente cinquenta dias), exerceu uma direção importante nas reivindicações gerais dos trabalhadores. De acordo com Trotsky (1922/s.d.), o início dos sovietes surgiu a partir da necessidade concreta de uma organização composta por trabalhadores que representasse os interesses da própria classe, visando táticas e estratégias comuns para conquistar e agitar as massas, fosse através de greves gerais ou manifestações (Trotsky, 1906). Isso demonstra uma manifestação de consciência política, onde compreende minimamente a necessidade de uma organização diferente daquela que se tinha ofertado nos marcos do estado czarista. Segundo ele, “o conselho dirige sem intermediários, mediante seus membros, deputados obreiros eleitos, todas as manifestações sociais do proletariado em seu conjunto e de seus diferentes setores, organizam suas ações de massa, lhe proporciona suas consignas e sua bandeira” (Trotsky, 1906, p.3). Os sovietes tinham como uma das principais reivindicações, a criação de uma assembleia constituinte, onde fossem deliberadas medidas que privilegiassem todos os trabalhadores, além de solicitar

o armamento dos trabalhadores e o fim da repressão do regime absolutista, representados aqui pelo exército dos cossacos.

Os sovietes eram representados por delegados eleitos nas fábricas em greve, fossem estes homens ou mulheres. Na segunda reunião (realizada no dia seguinte pós-criação dos sovietes), havia representantes de quarenta grandes usinas, duas fábricas e de três sindicatos, sendo de tipógrafos, empregados de lojas e escriturários (Trotsky, 1922/s.d, p. 120). Segundo Reis (2017, p.178), havia poucas mulheres na composição dos sovietes, sendo: 23 operárias entre os 151 deputados eleitos, dentre elas havia Klavdia Kirikina e Matriona Sarmentova que foram presas e deportadas no ano seguinte. A partir desse primeiro Conselho/Sovietes, outras cidades também criaram Conselhos próprios, todos vinculados aos interesses da classe trabalhadora em geral. A expansão dos sovietes em território russo demonstrava um avanço da consciência dos trabalhadores, porém isso não é determinista sobre o nível dessa consciência, se se limitavam às questões econômicas ou revolucionárias.

Ainda segundo Reis “Em novembro daquele ano, o Soviete de São Petersburgo registrava 562 deputados, dos quais apenas sete eram mulheres, ou seja, 1,25% do total” (Reis, 2017, p.178). Esses dados são expressivos naquele período e demonstram que, apesar das mulheres comporem 1/3 de trabalhadores nas fábricas, sua representação ainda era muito pequena.

Os Conselhos dos Deputados Operários duraram 50 dias (de 13 de outubro de 1905 a 3 de dezembro), pois as repressões, prisões, exílios, deportações e ordens governamentais o dissolveram. Além disso, como estratégia para desmobilizar essas organizações, o czar também instaurou a criação da Duma⁵⁰ (parlamento), cuja participação de alguns representantes dos trabalhadores seria permitida. Essa política czarista tinha como pretensão, o controle da classe trabalhadora, de forma que reforçasse uma prática nos limites daquele governo e reforçasse suas ideologias. Por esse motivo, a burocratização limitou a participação de trabalhadores, sendo a Duma composta majoritariamente por aliados do czar. As decisões finais também eram sancionadas ou vetadas pelo czar, independentemente das deliberações da Duma, ou seja, era uma falsa “democracia”.

Somente em 1917, após a revolução de fevereiro os sovietes ressurgem com uma nova composição. Os sovietes representaram uma ferramenta importante na constituição da consciência, não apenas no curto período de 1905, mas mais adiante em 1917, inclusive ao

⁵⁰ Duma advém da palavra russa *dumat* (*думать*), significa pensamento, ou seja, um lugar para pensar.

que diz respeito à participação e decisões deliberadas pelas mulheres nos soviets. Pois, um balanço dessa organização permitiu reconhecer a ausência de muitas mulheres, ainda que estas também estivessem submetidas às condições insalubres de trabalho.

Não obstante, a sociedade russa que compôs essa onda de manifestações marcando a revolução de 1905, ainda levantaram outras manifestações no decorrer dos anos seguintes, em resposta às repressões e ataques à vida, contribuindo de forma concreta para a constituição da consciência entre as trabalhadoras e trabalhadores. Relembremos o capítulo um, quando Marx afirmava sobre as relações sociais que determinavam a consciência em sua realidade social/material e não o contrário. A partir disso que as ideias são constituídas. Isso resulta em novas organizações, fortalecimento de umas e o encerramento de outras. Nessa direção, é de absoluta importância resgatar a história – ainda que brevemente – da revolução de 1905 e demais eventos, pois é o acúmulo desses eventos históricos que há um salto qualitativo, tanto na classe trabalhadora de um modo geral, como no aprimoramento das lutas das mulheres desta mesma classe. Porém, cabe aqui, como foco da pesquisa, investigar aquelas que foram compostas por mulheres, seja com pautas exclusivas a elas ou que integrassem uma luta unificada. Sendo assim, daremos destaque ao I Congresso de Mulheres de Toda Rússia, cuja realização reuniu mulheres de diferentes movimentos e teve papel importante para declarar o rompimento entre elas.

2.6.O I Congresso de Mulheres de Toda Rússia

A Sociedade de Caridade Mútua de Mulheres Russas – criada em 1895 e vinculada ao feminismo radical –, tinha como proposta desde 1902 a efetivação do I Congresso de Mulheres de Toda Rússia. Tal congresso foi realizado em 1908 em São Petersburgo com duração de seis dias. Segundo Clements (2012, p.144), a sua realização foi autorizada pelo czar através de uma petição e contou com 1053 (mil e cinquenta e três) delegadas.

A discussão central do congresso eram as táticas e estratégias necessárias para garantir a igualdade de direitos das mulheres. Por este motivo, apesar de ser encabeçado pelas feministas radicais, esse evento tinha como proposta a participação de mulheres de diferentes movimentos, partidos ou organizações, fossem elas da aristocracia, camponesa, classe trabalhadora, membro da *intelligentsia* etc., representando a própria etnia russa, os povos judeus e eslavos. No decorrer destes dias houve rodas de debates acerca da “[...] educação,

filantropia, situação das mulheres camponesas e da classe trabalhadora e participação das mulheres na política” (Clements, 2012, p.144).

Devido à participação de diferentes correntes políticas como o feminismo radical, liberal e marxista no congresso, houve divergências nos debates. A compreensão sobre a origem da desigualdade entre as mulheres e as estratégias para emancipação e garantia de direitos são compreendidas de maneiras diferentes entre os movimentos. Além disso, a participação e proposta de movimento homogêneo entre classes e gêneros não é unânime entre feministas e marxistas. Já era esperado que houvesse divergências entre os três movimentos, principalmente sobre o desenvolvimento da própria consciência.

As marxistas compreendiam que a gênese da desigualdade estava na sociedade de classes e na propriedade privada. Assim, não era possível que mulheres burguesas e proletárias lutassem conjuntamente porque uma classe exerce a opressão e exploração sobre a outra. Enquanto isso, as feministas liberais defendiam uma luta policlassista, pois acreditavam que a origem da desigualdade estava embasada no patriarcado. Essa compreensão excluía qualquer homem da luta das mulheres, visto que acreditavam na opressão constante de um gênero sobre outro independente da situação que ambos se encontravam. Já o feminismo radical, acreditava que a classe trabalhadora precisava de reparos que possibilitassem melhores condições de vida e trabalho, incluindo acesso aos estudos básicos e moradia. Acreditava também que o direito ao voto, acesso ao ensino superior, direito à herança e passaporte individual, deviam ser garantidos. Considerando as condições objetivas deste período, somente mulheres, em sua maioria da aristocracia ou burguesas usufruíam destes direitos, pois a classe trabalhadora em si possuía recursos básicos escassos até mesmo para sua sobrevivência. Dito isso, havia diferentes compreensões sobre as múltiplas determinações das opressões, e não era homogênea a consciência sobre tais fenômenos.

Durante o congresso, Alexandra Kollontai (1872-1952) encontrava-se exilada na Alemanha, devido uma perseguição policial por sua dedicação à organização e agitação dos trabalhadores. Mas antes deste ocorrido, Kollontai buscou organizar a participação de delegadas e ouvintes no congresso, dada a importância do enfrentamento político neste evento. No total foram 45 mulheres desta linha política. Além disso, Kollontai elaborou um livro chamado *As bases sociais da questão da mulher*, para sistematizar as críticas e limites das organizações feministas para as mulheres da classe trabalhadora em particular (Clements, 2012; Silva, 2018). A preocupação do POSDR e da II Internacional era a forte influência que os movimentos feministas podiam exercer na organização das mulheres trabalhadoras e

camponesas. Deste modo, as feministas até poderiam garantir alguns direitos mínimos como o sufrágio, melhores salários e acesso ao ensino básico, mas não possuíam como proposta uma reorganização da sociedade e distribuição igual de toda riqueza produzida. As classes sociais opostas não permitiriam a igualdade entre mulheres burguesas e mulheres trabalhadoras como propunham os movimentos, visto que, a desigualdade é composta por elementos que ultrapassam o campo jurídico e civil.

A militante Ekaterina Dmítrievna Kuskova (1869-1958)⁵¹ declarou que a opressão das mulheres na sociedade era resultado de um acúmulo histórico. Como exemplos, resgatou que na Idade Média, no campo cristão, questionava-se se as mulheres eram seres humanos. Já no campo científico, tempo depois deste período ainda utilizavam mulheres como objetos de estudos para comprovar sua inferioridade natural, tais como intelecto e outras capacidades cognitivas. A busca que as mulheres almejavam até aquele momento do congresso perpassava pela igualdade de direitos civis, jurídicos e econômicos, visto que as conquistas e o desenvolvimento humano e social não foram unilaterais, mas em conjunto com as mulheres. Isso demonstra que os direitos também deveriam ser repartidos igualmente entre ambos. Em suas palavras destaca que “uma nação consiste na comunidade de homens e mulheres, na qual repousa o Estado. A legislação deve expressar a vontade desse coletivo [...] Esta deve ser igual para todos” (Kuskova, 1908/2017, p.136).

Exatamente no último dia do congresso, ao ser discutida a pauta sobre o sufrágio universal, as divergências entre os programas políticos de cada movimento ficaram em evidência. Declarou-se ali, o rompimento definitivo entre a socialdemocracia/marxistas e os movimentos feministas burgueses (liberais e radicais). A garantia de sufrágio universal como mecanismo de igualdade jurídica entre homens e mulheres é insuficiente para mudar a qualidade de vida das trabalhadoras. A opressão, exploração, condições insalubres de moradia e trabalho necessitavam de uma mudança radical da sociedade. Sendo assim, a luta pelo sufrágio, naquele momento e contexto envolvendo as trabalhadoras era considerada apenas uma massa de manobra para conquistar um direito medíocre para as/os trabalhadores/as. Por fim, é importante destacar segundo Kollontai que:

Qual o objetivo das feministas? Seu propósito é alcançar as mesmas vantagens, o mesmo poder, os mesmos direitos dentro da sociedade capitalista que seus maridos, pais e irmãos possuem agora. Qual é o objetivo das mulheres trabalhadoras? Seu propósito é abolir todos os privilégios que derivam do nascimento ou da riqueza. Para a mulher operária é um problema

⁵¹ Ativista, economicista e editora. Era membro da Liga da Igualdade de Direitos das Mulheres e no período pós-revolucionário 1917 compôs a oposição aos bolcheviques.

indiferente quem é o “chefe” – um homem ou uma mulher. Junto ao conjunto de sua classe, ela pode melhorar sua posição como trabalhadora (Kollontai, 1913/2010, p.184).

As divergências entre os movimentos feministas burgueses e as socialistas foram decisivas neste Congresso para o rompimento de possíveis lutas em conjunto. Esse fato não significava que, de modo estanque, todas as mulheres da classe trabalhadora da Rússia romperam com os movimentos feministas burgueses neste congresso e aderiram aos ideais do partido socialista (POS DR). O evento apenas marcou a separação entre movimentos e partidos enquanto organizações maiores, instâncias deliberativas, demonstrando que apesar de reivindicarem algumas pautas comuns, a luta não podia e não seria a mesma, porque apesar das mulheres trabalhadoras desejarem ter acesso ao ensino, direito ao voto, dentre outros pontos, ainda é uma realidade distante, onde sequer o pão e a terra eram garantidos.

2.7.As origens do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora

O Dia Internacional da Mulher atualmente é representado pelo capitalismo como um dia de representação e de homenagem às mulheres por seus papéis de mãe, esposa e filha, entretanto, a origem desta data é carregada de diferentes versões. Segundo a autora González (2010) há pelo menos três versões que compõem essa história, mas não dão origem a esta data especificamente. De acordo com a autora uma das versões conhecidas está relacionada a um incêndio criminoso em decorrência da greve numa indústria têxtil, porém, González (2010) pontua que este fato foi mesclado com outras histórias e não tem relação direta com o dia da mulher. Com base nas investigações de González (2010) este incêndio mencionado aconteceu no oitavo andar da fábrica *The Triangle Shirtwaist Company* (fábrica de vestuário feminino localizado no *Lower East Side* na cidade de Nova York) em 25/03/1911 (vinte e cinco de março de mil novecentos e onze) que resultou na morte de 145 trabalhadores, dentre eles, 123 eram mulheres.

Ao contrário do que é difundido, esse incêndio ocorreu devido às más condições de trabalho, ao aprisionamento dos trabalhadores no prédio (era uma prática comum nas indústrias para evitar o roubo ou a saída do funcionário em horário de trabalho), ausência de saídas de emergência para casos de incêndio e por fim, a contratação de trabalhadores estrangeiros que desconheciam tanto o prédio como o idioma, tais elementos caracterizaram o caos no momento que buscavam se libertar daquele cenário. Apesar de haver uma legislação trabalhista que proibia essas condições estruturais para os trabalhadores, os grandes empresários conseguiram paralisar essas exigências. González destaca que em 1909 nesta

fábrica foi elaborado um relatório denunciando a precarização, as más condições de trabalho e segurança. Segundo a autora:

Esse relatório, chamava a atenção para o elevado número de operários que trabalhavam amontoados nos três pisos que a empresa ocupava, motivo pelo qual considerava-se necessário instruir os trabalhadores sobre a forma de evacuar o edifício em caso de incêndio. Denunciava-se também que a porta que dava acesso para Washington Place tinha sido encontrada trancada com chave, que os homens fumavam nas dependências da fábrica, que as luzes que iluminavam as escadas não eram adequadas e que as portas abriam para dentro (González, 2010, p.32).

As informações levantadas pela socióloga González acerca do incêndio são primordiais para compreender as condições de trabalho neste período, não só em Nova York, mas também nos demais países submetidos ao sistema capitalista. Inclusive, este incêndio não foi ocasionado de maneira premeditada pelos empresários e donos das empresas, mas pela necessidade de o capitalismo impor o aumento da taxa de lucro aos donos dos meios de produção. Isso podia ser expresso, por exemplo, pela extensa jornada de trabalho que os trabalhadores eram submetidos, pois “[...] a carga horária semanal, que normalmente era de 56 horas, poderia chegar a 70 horas na temporada de maior movimento” (González, 2010, p.42).

A história a qual damos destaque neste ponto é sobre a origem do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. Esta data foi definida em 1910, na 2ª Conferência Internacional da Mulher Socialista promovida pela II Internacional, em Copenhague na Dinamarca. Esta conferência ocorreu dias antes do VIII Congresso da II Internacional Socialista e marcou um dia de decisões importantes para a luta da classe trabalhadora em geral e das mulheres em particular. Este dia, ao contrário das comemorações atuais promovidas pela indústria cultural e pelo capitalismo, foi configurado como o dia de luta, manifestado por greves, motins, ocupações, passeatas e coisas afins. Conforme afirmamos no primeiro capítulo e ressaltamos aqui, esse “apagamento histórico” das lutas das classes oprimidas, dos levantes revolucionários é uma estratégia ideológica das classes dominantes para reafirmar nas consciências a eternização de um dado sistema e as mudanças sociais como questões “naturais” e pacíficas. Esse acontecimento histórico, por exemplo, foi (e ainda é) transmitido e assimilado como uma data para homenagear, não uma data de luta e reivindicações.

Nos EUA já havia o Dia da Mulher desde 1908 com a principal pauta o sufrágio universal⁵², coube a II Internacional a internacionalização desta data com propósitos mais

⁵² Importante fazer a diferenciação entre mulheres sufragistas e feministas. No viés do sufragismo, as mulheres acreditavam que o fato de terem direito ao voto, instância máxima de participação da

amplos, segundo González (2010). Cabe ressaltar que, apesar da instauração do Dia da Mulher (último domingo de fevereiro) marcada inicialmente como data de luta pelo sufrágio universal a partir de 1908, esta luta pelo voto feminino estava presente desde meados de 1848 e surgiu paralelo ao movimento abolicionista.

Diante da instauração do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora e a inserção da “questão da mulher” no programa político da II Internacional, como ponto central na composição da luta de classes, houve um aumento significativo de mulheres filiando-se a seções do partido em vários países. Nesse sentido, Kollontai afirma:

Os partidos de todos os países têm seus comitês especiais das mulheres, secretariados e departamentos. Estes comitês fazem o trabalho junto à imensa população feminina que ainda não tem consciência política, elevam a consciência das trabalhadoras e se organizam. Também examinam as questões e reivindicações que afetam mais de perto as mulheres: proteção e apoio para as grávidas e as que acabaram de ser mães, a regulamentação legal do trabalho feminino, a campanha contra a prostituição e a mortalidade infantil, a reivindicação de direitos políticos para as mulheres, melhoria de moradia, campanha contra o aumento do custo de vida, etc. (Kollontai, 1913/2010, p.183).

A primeira manifestação na Rússia vinculada ao Dia Internacional da Mulher Trabalhadora (resultado da resolução da II Internacional) foi concretizada em 1913, três anos após a 2ª Conferência de Mulheres Socialistas. Segundo Kollontai (1914/2017), a dificuldade em promover um dia de lutas pelas mulheres se deu pelos inúmeros ataques à classe trabalhadora em decorrência de crise do capital, nomeada como “depressão geral”. Em complemento a esse período (1910-1912), Kollontai afirma: “Teve início uma reação vingativa triunfante. As organizações trabalhadoras foram derrotadas. Os líderes encheram as prisões ou buscaram asilo do outro lado da fronteira... Não restou um único jornal socialista, nenhuma possibilidade de reunir forças” (Kollontai, 1914/2017, p.164).

Diante deste cenário e com novas repressões a mando do czar, as trabalhadoras e trabalhadores desembocaram uma onda de greves políticas e econômicas entre os anos 1911 e 1912. Houve um crescimento no número de filiados aos partidos e aos sindicatos, ampla divulgação dos jornais os quais eram produzidos diariamente mais de 50 mil exemplares. Sendo assim, apesar da necessidade de pôr em prática o Dia Internacional da Mulher deliberado em 1910, os partidos vinculados à II Internacional tinham como preocupação neste período a conscientização mais geral da classe trabalhadora, não desconsiderando as

democracia, possibilitaria uma igualdade jurídica e civil com os homens, ou seja, a libertação feminina se daria através do voto. Em contrapartida, as mulheres feministas acreditavam que a emancipação da mulher só era possível com mais elementos, não apenas com acesso à votação.

trabalhadoras, pelo contrário, utilizando deste mecanismo para atingir e acolher as mulheres nesta luta.

A partir de Kollontai, pode-se afirmar que:

O primeiro dia da mulher na Rússia foi um *acontecimento político*. Todos os partidos e classes sociais se expressaram em relação a ele: uns com ódio e desprezo, outros com dúvidas quanto a se as trabalhadoras marchavam de braços dados com organizações femininas liberais e burguesas. O resultado dessa impressionante primeira experiência das trabalhadoras russas em declarar publicamente suas exigências foram detenções e condenações à prisão (Kollontai, 1914/2017, p.165).

Diante de constantes repressões comandadas pelo czar, as mulheres trabalhadoras e outros membros de sua classe em 1913 marcaram o início de uma regularidade de greves e manifestações que teria um bom desdobramento em 1917. Em linhas gerais, os partidos revolucionários fizeram uma boa avaliação deste dia, inclusive porque a onda de manifestações, greves e atos contra os massacres que a classe trabalhadora vinha sofrendo estava constantemente sendo denunciada. Os movimentos de mulheres radicais e liberais apresentaram resistência quanto à luta incluir homens trabalhadores neste dia, visto que desconsideravam que estes possam contribuir para a emancipação das mulheres. Além disso, o ato classista e não policlassista era outra característica que divergia dos partidos revolucionários e do viés marxista. Dessa maneira, Kalmánovitch argumenta que: “homens de todas as camadas e classes sociais estão vitalmente interessados na escravidão da mulher, pois – e isso é o mais importante – eles a rebaixaram demais para aceitar de imediato que ela seja igualada a eles em direitos” (Kalmánovitch, 1908/2017, p.30).

O Dia Internacional da Mulher trabalhadora foi um marco importante para a luta da classe trabalhadora como um todo, pois demonstrou a força do operariado contra um regime aristocrático, opressor e explorador. Esse dia, em específico em 1917 marcou o início de uma revolução russa, cujos desdobramentos serão abordados no capítulo seguinte, assim como o desencadeamento de outras movimentações, governos etc.

2.8. Algumas considerações sobre o capítulo

Neste capítulo, levantamos um panorama geral das condições objetivas da Rússia e as organizações de mulheres que foram criadas a partir dessa realidade, buscando transformá-la. Em linhas gerais, a Rússia era regida pela monarquia, representada por czares, porém com a crescente ascensão mundial da burguesia, o czar por meio de um decreto declarou o fim da servidão feudal que perdurou até 1861. Essas mudanças contaram também com a introdução de maquinarias e indústrias no território. Assim, a miséria dos antigos servos foi

tendencialmente agravada, visto que, não possuíam mais terras para viver e produzir. Diante deste quadro, começaram a surgir organizações que buscavam melhorias qualitativas na vida da população russa, em destaque, aos camponeses. É o caso, por exemplo, dos *Narodniks*, do *Vontade do Povo*; e, *Terra e Liberdade*, todos compostos por homens e mulheres, os quais tinham como pauta central um socialismo rural, divisão de terras.

A análise sobre a necessidade de um socialismo rural e os movimentos que dele deram origem não foi uma compreensão homogênea em todo o território russo, porém possibilitou reflexões e surgimento de outras organizações, tanto vinculadas a estas, quanto inteiramente autônomas. Há quem se preocupasse com o desenvolvimento econômico da Rússia, com o processo de alfabetização da classe trabalhadora, com o ensino superior das mulheres, há aqueles também que tinham pautas mais específicas a uma determinada classe ou a determinado gênero etc. Por este motivo, após o fim da servidão, houve um crescimento de organizações no território, além de aumentar também a quantidade de manifestações, greves, passeatas e afins. Como visto, as organizações das mulheres foram foco neste capítulo, onde buscamos esboçar como elas se organizavam, quais suas pautas comuns e divergentes, e quem eram essas mulheres. Notamos pelo menos três vertentes diferentes de organizações de mulheres, fossem estas, partidos, ligas, uniões, sociedades etc. Vale lembrar que, apesar dos movimentos buscarem a igualdade, sua compreensão para a gênese e saída da opressão, a composição de suas organizações, as táticas e o debate sobre classes sociais variavam de acordo com cada uma. Havia, portanto, uma heterogeneidade tanto na composição como das pautas dos movimentos feministas, demarcada, principalmente, pelo posicionamento de classe, ou seja, quais interesses e de qual classe defendiam.

O feminismo radical e o liberal acreditavam que se as mulheres conquistassem os mesmos direitos que os homens, haveria emancipação, por isso, sempre reivindicavam a pauta sobre o direito à herança, o direito ao voto, ao ensino superior, ao passaporte e ao trabalho, dentre outras também importantes. Ao contrário disso, as marxistas/socialdemocratas, compreendiam a importância dessas pautas, mas julgavam que diante da classe trabalhadora famélica, sem o mínimo de direitos para sobreviver, aquilo se tornava secundário. Por este motivo, recorrentemente, se apoiavam e agitavam greves e manifestações dos trabalhadores, para pressionar o regime czarista por melhores condições de trabalho e conseqüentemente de vida. Para estas, a revolução social era necessária para a emancipação, não apenas das mulheres, mas da classe trabalhadora como um todo. Esse ponto também se tornou uma diferença entre os movimentos, tanto as feministas radicais como liberais não defendiam uma

revolução, mas uma reforma dentro daquele modo de produção, dentro da própria superestrutura. Inclusive esses dois movimentos, em sua maioria, eram compostos por mulheres da aristocracia e burguesia, ou seja, classes dominantes.

Os três movimentos defendiam o fim da prostituição (que era crescente na Rússia e ainda regulamentada), além de defender o acesso à educação e posteriormente a 1908 todos defendiam o sufrágio universal, antes disso, apenas as marxistas se ausentavam deste debate. Outra característica que diferenciava os três movimentos era quem podia compô-los: Para as feministas radicais somente mulheres de sua classe compunham o movimento, apesar de oferecer filantropia para a classe trabalhadora; as feministas radicais, por sua vez, não aceitavam homens em suas fileiras, sendo assim era composto apenas por mulheres, cuja classe social era indiferente; já as marxistas compreendiam que a luta deveria ser de uma classe contra a outra, e por este motivo, homens e mulheres podiam e deveriam compor o partido e lutar conjuntamente para o fim da opressão e exploração de trabalhadoras e trabalhadores.

As diferenças mencionadas acima são as mais evidentes entre os três movimentos, visto que dentro de cada linha política/vertente há várias organizações, cujas pautas também variam. Entretanto, vale destacar que, a desunião entre os movimentos também perpassa sobre a compreensão entre exploração e opressão. Há consenso que as mulheres são oprimidas historicamente, e uma expressão disso é a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, a subordinação que o regime czarista exercia para com a mulher, os baixos salários e os trabalhos precarizados que as mulheres exerciam comparado ao homem, além da exclusão das mulheres em determinados espaços públicos e de decisão social (por exemplo, as *bábas* estavam secundarizadas na divisão de terras pós-servidão). Porém, há outro fator que as mulheres marxistas consideravam de extrema relevância e não podia ser excluído da luta: a exploração.

A organização da sociedade em classes antagônicas marca uma desigualdade entre mulheres burguesas e mulheres trabalhadoras, e por este motivo não haveria possibilidade de terem uma pauta comum neste quesito. Mesmo que as mulheres da classe trabalhadora tivessem direitos iguais (sufrágio, passaporte, ensino etc.), ainda havia a exploração que as dividia entre classes, pois uma mulher burguesa, ou seja, pertencente à classe dominante, exploraria uma mulher da classe trabalhadora, mesmo sendo ambas oprimidas.

Como visto neste capítulo, as mulheres conquistaram o direito a herança, ao passaporte próprio e ao ensino (ainda que limitado), mas tais elementos foram insuficientes

para alterar a realidade objetiva das trabalhadoras ali exploradas, com carga excessiva de trabalho, famélicas, inclusive, muitas submersas na prostituição. Sendo assim, por mais progressistas que sejam as conquistas, as mulheres só poderão ser livres com o fim da sociedade de classes e com um desenvolvimento omnilateral, superando essa personalidade cindida promovida pela desigualdade. E isso difere dos feminismos originalmente burgueses (radicais e liberais), cujo ponto de chegada difere de outras mulheres para sua emancipação, recaindo a igualdade entre homens e mulheres no campo economicista, ou seja, sem modificar o modo de produção aos quais estavam inseridas.

Por fim, é importante destacar a diferenciação entre programa mínimo e máximo, ou seja, as pautas levantadas pelos movimentos poderiam suscitar mudanças significativas na realidade objetiva de muitas mulheres, seja pelo direito ao voto, diminuição da carga horária trabalhada, melhores condições de vida, o fim da prostituição etc. Porém, tais pautas seriam denominadas de mínimas, pois são condições mínimas e necessárias naquele momento histórico cujas organizações deviam reivindicar e não deviam ser tomadas como “pauta-fim” como defendiam as feministas burguesas. A pauta máxima, por sua vez, era defendida pelas marxistas, pois caracterizavam uma revolução social, algo em proporções maiores e que não era perdida de vista no decorrer de todo processo de organização da classe, seja por meio das greves, passeatas e manifestações. Ou seja, a finalidade de cada luta e de cada organização tinha diferenças substanciais, seja de classe, de gênero, de pautas e das compreensões sobre programa máximo e programa mínimo, processo que procuraremos elucidar na próxima seção.

SEÇÃO 3 – AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NAS REVOLUÇÕES DE 1917: CAMINHANDO PARA A EMANCIPAÇÃO?

No presente capítulo daremos continuidade ao Dia Internacional da Mulher trabalhadora, focando no processo revolucionário desencadeado pelas trabalhadoras e trabalhadores nesta data na Rússia. A revolução de fevereiro iniciada nesta data tem como questões centrais, a queda do regime czarista, a formação de dois governos: os soviets e o Governo Provisório, a disputa desse duplo poder entre fevereiro e outubro e as estratégias para que triunfasse apenas um governo. Além disso, serão abordadas as conquistas das mulheres, tanto durante o governo provisório como posterior à revolução de outubro na ditadura revolucionária do proletariado. Abordaremos também algumas medidas deliberadas pelos soviets, a instauração dos Comissariados do Povo, do Comitê de Mulheres do Partido Bolchevique (*Jenotdel*⁵³), além das pautas que envolvem a classe trabalhadora em geral e as questões das mulheres em específico para a emancipação.

3.1.Revolução de fevereiro

Como abordado no capítulo anterior, o Dia Internacional da Mulher trabalhadora foi seguido de várias manifestações, suscitando em greves e mais adeptos ao movimento grevista, ocupando as ruas de Petrogrado, principalmente. De acordo com Trotsky (1930/2017), o dia 23 de fevereiro estava programado para seguir de modo tradicional com passeatas, reuniões, panfletagens etc. Porém, “ninguém, positivamente ninguém – podemos afirmar categoricamente isso em base a todos os dados – pensava que o dia 23 de fevereiro marcaria o início de um assalto decisivo contra o absolutismo” (Trotsky, 1930/2017, p.118). Nem mesmo os partidos marxistas acreditavam que aquele dia ganharia proporções gigantescas. Mas diante dessa informação, não devemos acreditar que a queda do czarismo se deu de forma espontânea e sem precedentes, pelo contrário, há uma sucessão de fatos que alimentaram as insatisfações e indignações da classe trabalhadora.

A Rússia estava inserida naquele momento em uma guerra civil e, conseqüentemente, o aumento da miséria, da fome e de trabalhadores forçados a comporem o exército aumentava

⁵³ Em russo *Jenskii otdel* (женский отдел) significa departamento de mulheres, conhecido como *Jenotdel* (женотдел).

consideravelmente. Sendo assim, o cenário que já não era positivo para a classe trabalhadora (camponeses e operários) era intensificado com um regime opressor e absolutista. Cabe ressaltar que o alimento básico para a sobrevivência dos trabalhadores ficava cada vez mais escasso. Segundo Trotsky (1930/2017), as filas em padarias eram intermináveis e isso foi um dos elementos que culminou na manifestação com mais de 90 mil trabalhadores nas ruas, sendo estes homens e mulheres. Além disso, Trotsky ainda relata que:

Uma massa de mulheres, nem todas trabalhadoras, dirigiu-se à Duma municipal exigindo pão. Era como pedir água a uma pedra. Bandeiras vermelhas apareceram em diversas partes da cidade, cujas inscrições mostraram que os trabalhadores queriam pão, mas sem a autocracia ou a guerra. O Dia da Mulher foi vitorioso, com entusiasmo e sem vítimas (Trotsky, 1930/2018, p.118).

Essas descrições mais voltadas ao primeiro dia da manifestação foram os principais elementos da insurreição de fevereiro. No segundo dia de atos, manifestações e greves, dia 24, aumentaram os adeptos, ganhando mais força e visibilidade. Ao invés de entrar nas fábricas, os trabalhadores organizavam reuniões e manifestações em frente seus locais de trabalho para que mais trabalhadores aderissem aos atos. Além dos trabalhadores e trabalhadoras das fábricas, principalmente das indústrias têxteis, havia estudantes, soldados e cossacos que, ou incorporavam o movimento, ou apenas davam seu apoio acenando aos trabalhadores com aquilo que estivessem em suas mãos. Esses movimentos tinham como palavra de ordem “Pão!”, seguido também de outras como “Abaixo a autocracia!” e “Abaixo a guerra!”. Serge (1930/2007) relata que o movimento inicial dos trabalhadores foi identificado pelas autoridades, mas subestimaram tais atos, de modo que as greves e atos cresceram rapidamente. Momentos de “explosões” sociais como essas desencadeiam uma disputa mais acirrada da consciência, de tal forma que, muitas pessoas se aproximam de organizações, conhecem leituras mais aprofundadas sobre a realidade concreta, exacerbando as contradições existentes e ampliando as pautas.

O fato de que os homens compunham o *front* da guerra desde 1914, numa tentativa falida de vencer a Alemanha, sobrecarregou consideravelmente as mulheres que permaneceram nas fábricas e no campo neste período. Então, em adição a toda exploração que as mulheres já sofriam, no período de guerra isto se tornou mais severo, intensificando a jornada de trabalho, posto que havia um trabalhador a menos na casa (ressalta-se que as casas nesse período eram populosas e havia necessidade de todos – homens, mulheres, adultos, idosos e crianças – trabalharem no campo ou na fábrica para conseguirem uma renda básica que garantisse a sobrevivência da família). De acordo com Silva:

Elas eram aproximadamente 1/3 da força de trabalho industrial no início da guerra e, em 1917, já somavam metade do total de trabalhadores, sendo maioria na indústria têxtil, química, de tabaco, alimentos e indústria de produção de suprimentos para o exército, além de também serem maioria no setor de serviços. Em Moscou, de 1250 telegrafistas, 700 eram mulheres. No campo, 30,7% das casas estavam sem homens em idade de trabalho (Silva, 2018, p.40).

Apesar do crescimento dos atos, greves e manifestações, é importante esclarecer que não era um movimento homogêneo entre trabalhadores, cossacos e soldados, pois a opressão e exploração se fazia presente em diferentes maneiras. Não há homogeneidade, pois conforme tratamos no primeiro capítulo, a constituição da consciência se dá na concretude da vida que abarca como produzimos e reproduzimos nossa vida, material e idealmente como seres sociais. Não está apartada e desligada da vida política e econômica e numa compreensão não mecanicista como aponta Leontiev (1978), não basta ao ser singular ter nascido numa dada classe social, ainda que a posição que este ocupa nas relações sociais seja o ponto de partida para a tomada de consciência. Trabalhadores e trabalhadoras em posições próximas e graus similares de exploração e opressão, podem ter compreensões e posições distintas sobre este fato. Assim, mesmo diante de trabalhadores da mesma fábrica, cossacos e soldados dos mesmos batalhões ou regiões, submetidos constantemente aos ataques do regime czarista e dos percalços de uma sociedade de classes, ainda assim, não desencadeia um desenvolvimento homogêneo da consciência.

A miséria estabelecida aos operários era diferente da casta dos cossacos, entretanto, ambos eram massacrados no regime czarista quando se tratava de uma guerra imperialista, por exemplo. Era o caso dos cossacos e soldados que, apesar de estarem a serviço de proteção do czar e de seu regime, estavam cansados de serem usados como “buchas de canhão” naquele cenário onde a guerra e a fome aumentavam recorrentemente. Nesse sentido, Trotsky complementa que os cossacos “eram sempre convocados para tudo, enviados a qualquer lugar, lançados contra o povo, mantidos em suspense – e eram os primeiros a serem testados. Estavam já fartos e queriam ir para casa” (Trotsky, 1930/2017, p.121). Por este motivo, os cossacos, em sua maioria, ao invés de dispersar e reprimir os manifestantes permitiram que eles seguissem em frente, fato que aproximou ainda mais os trabalhadores e os cossacos.

Ter os cossacos ao lado dos trabalhadores fortalecia imensamente aqueles atos, pois eram os principais defensores do czar, que ali começavam um novo papel de oposição ao regime, talvez muitos comessem a compreender que também eram trabalhadores como os demais, a terem consciência de sua própria alienação. Aqui ainda há grandes limites ao que diz respeito à consciência de classe, porém, pode-se observar a importância de quando soldados e trabalhadores se reconheceram como indivíduos de uma mesma classe social. No

caso, não houve um rompimento total com as ideologias dominantes, porém o processo de alienar-se ao outro tem uma queda aparente, ou seja, reconhece-se no outro que também é oprimido e explorado por uma casta.

Do Dia Internacional da Mulher trabalhadora – início da assim chamada Revolução de fevereiro – até o dia de queda do czar foram aproximadamente cinco dias, nos quais cresceram os adeptos às greves e atos. Com isso, Trotsky esmiúça os detalhes desse período marcante, principalmente em relação aos cossacos, os policiais e os manifestantes. O trecho a seguir traz um pouco dessa relação, do dia 25 especificamente:

No dia 25, a greve se generalizou. De acordo com os dados do governo, 240 mil operários participaram nesse dia. As camadas mais atrasadas estavam seguindo a vanguarda. Já um bom número de pequenas empresas estava em greve. Os bondes pararam. Os estabelecimentos permaneceram fechados. Ao longo desse dia, universitários se uniram à greve. Ao meio-dia, dezenas de milhares de pessoas aglomeraram-se na catedral de Kazan e nas ruas adjacentes. Tentou-se organizar comícios nas ruas; ocorreu uma série de encontros armados com a polícia. Oradores se dirigiram à multidão diante do monumento de Alexandre III. A polícia montada abre fogo. Um orador cai ferido. Tiros de multidão matam um inspetor de polícia, ferem um chefe de polícia e vários outros policiais. Garrafas, petardos e granadas de mão são lançados aos soldados. A guerra ensinou sua arte. Os soldados mostram indiferença, às vezes hostilidade, em relação à polícia. Espalha-se entre a multidão, com emoção, que quando a polícia abre fogo perto do monumento a Alexandre III, os cossacos disparam contra os ‘faraós’ (como a polícia era apelidada) a cavalo, e esses tiveram de fugir a galope (Trotsky, 1930/2017, p.123).

Os cossacos, até então, estavam propensos a defender a manifestação, mas que havia resistência por parte de alguns para não aderir. Ressalta-se ainda que era esperado que houvesse resistência em aderir a um movimento que fosse em direção contrária ao que se propagaram com as ideologias dominantes. Por exemplo, historicamente na Rússia, o czar, além de estar no poder por sua linhagem familiar, era um escolhido religioso para decisões teístas, e ir contrário a essa ideologia seria ferir a própria crença religiosa. A polícia, de um modo geral, defendia a “ordem” e o czar e, por isso, desarmá-los tornou-se uma palavra de ordem necessária, pois além de desmobilizá-los, os trabalhadores teriam armamento suficiente para defender suas reivindicações e proteger aqueles que estavam ao lado da classe trabalhadora. Trotsky argumenta ainda que “um grande papel é desempenhado pelas operárias no relacionamento entre trabalhadores e soldados. Elas penetram nas fileiras mais ousadamente, agarram-se aos fuzis, quase ordenam: ‘Abaixem suas baionetas – unam-se a nós’” (Trotsky, 1930/2017, p. 124).

Com as manifestações e greves crescentes, a ordem de repressão do czar seria atendida pelos policiais, com suporte de um documento elaborado em janeiro daquele mesmo ano para evitar qualquer atividade que ameaçasse o regime absolutista da Rússia. A cada dia, a

revolução criava mais forças e atraía lutadores, incluindo trabalhadoras e trabalhadores, cossacos e soldados. Trotsky (1930/2017, p.126) afirma que “as autoridades foram muito lentas para mudar seu plano, parcialmente porque elas subestimavam o que acontecia [...], em parte porque tinham confiança nas tropas”, e isso possibilitou ganhar proporções maiores, principalmente no bairro Vyborg. A vista disso, a repressão aumentou e vários militantes foram presos – inclusive muitos militantes encontravam-se exilados neste período⁵⁴ –, policiais foram mortos e mesmo assim, as greves e manifestações não cessaram.

Segundo dados oficiais, cerca de 40 trabalhadores foram mortos nesse dia, aliás, as ameaças da fuzilaria e tiros para dispersar a multidão demonstraram-se insuficientes para barrar os manifestantes, “a multidão não está apenas exasperada, mas também audaciosa. Isso porque, apesar do tiroteio, mantinha sua esperança no Exército. Contava com a vitória e pretendia tê-la a todo custo” (Trotsky, 1930/2017, p. 129). Inclusive os trabalhadores pediam que os soldados atirassem na monarquia, pois estes eram seus verdadeiros inimigos, novamente reforçando a necessidade de trabalhadores e soldados marcharem juntos. A disputa da consciência foi permanente, por isso a necessidade de uma vanguarda revolucionária que busque não apenas debater sobre a realidade material, mas disputasse a consciência para que esta extrapolasse os limites econômicos, por sua vez, ideológicos, alienantes e contrarrevolucionários. Diante disso, Trotsky afirma que:

A pressão revolucionária dos operários sobre os quartéis coincidiu com o movimento revolucionário dos soldados em direção às ruas. Durante o dia [27/02], essas duas poderosas correntes se uniram para limpar e arrasas as paredes, o telhado, e depois todo o alicerce da velha estrutura (Trotsky, 1930/2017, p.139).

Uma das formas de organização dos trabalhadores neste período foi através de ocupações das fábricas e espaços comuns aos trabalhadores para deliberarem as atividades do dia seguinte ou do mesmo dia pela manhã, isso fortalecia aqueles que estavam à frente da organização proletária. Com a união entre trabalhadores e soldados, a força revolucionária cresceu em larga escala, de modo que conjuntamente elaboraram um plano de ação para fortalecer ainda mais as greves e manifestações em outros bairros da cidade. De acordo com Trotsky, essa unidade de ação tinha como pontos centrais:

[...] tomar as delegacias onde a polícia armada tinha se entrincheirado; desarmar todos os policiais; libertar os operários encarcerados nas delegacias, e os prisioneiros políticos nas prisões; derrotar as tropas governamentais na cidade; unir-se com as tropas ainda inativa e com os operários de outros bairros (Trotsky, 1930/2017, p.139).

⁵⁴ Vladimir Lenin, Inessa Armand, entre outros.

Essa unidade foi decisiva para a revolução, pois as ações foram realizadas em conjunto e consequentemente os trabalhadores responderam a toda repressão dos policiais com a mesma intensidade, ou seja, com a utilização de metralhadoras e fuzis, além de desarmar as delegacias acessando seu arsenal e se apropriando dele. “A guarnição tzarista da capital, com 150 mil soldados, dissolvia-se, desagregava-se, desaparecia. À noite, já não existia mais” (Trotsky, 1930/2017, p.141). Sendo assim, a Rússia tinha outros encaminhamentos pela classe trabalhadora, muito diferente daquele realizado em 1905 – apesar de contar com mortes de trabalhadores, soldados e policiais –, o derramamento de sangue teve outras proporções, tanto pelo teor revolucionário quanto pelo desdobramento de queda da monarquia.

A revolução de 1905 foi contida pelo czarismo, marcando a morte de milhares de trabalhadores, onde a repressão e a falta de direção revolucionária desmobilizou o levante. Muitos trabalhadores que atuaram ativamente em 1905 compuseram novamente um cenário revolucionário em 1917, mas diferente de antes, nenhuma repressão desmobilizava/dispersava por completo os movimentos. Pelo contrário, os adeptos das greves e manifestações aumentavam a cada dia, incluindo soldados de Petersburgo, como em outras cidades também.

O Palácio de Tauride, onde estava a maior concentração dos serviços do czar, foi expropriado para servir aos interesses dos trabalhadores, servindo temporariamente como quartel-general, centro governamental, arsenal e prisão (Trotsky, 1930/2017, p.147). Ainda assim, o Palácio de Tauride não era o foco dos trabalhadores, o intuito era destruir todo poder contrarrevolucionário que ameaçasse o movimento. Segundo Reis (2017, p.56) e Trotsky (1930/2017, 153), os cinco dias da revolução de fevereiro resultou na morte de aproximadamente 1.430 pessoas (entre eles, 869 soldados e 70 oficiais) e deixou, em média, 6 mil feridos, de acordo com dados oficiais utilizados pelos autores. Esses dados abarcam homens, mulheres e crianças.

A revolução iniciou no bairro de Vyborg em Petrogrado e se espalhou em outras cidades, em algumas outras os movimentos só deram início em março, após a queda do regime czarista. Segundo Trotsky (1930/2017, p.153), “se a capital desempenha um papel dominante numa revolução e concentra em si o desejo da nação, isso é simplesmente porque a capital expressa de forma mais clara e completa as tendências fundamentais da nova sociedade”, porém isso não significa que uma revolução seria vitoriosa única e exclusivamente nos grandes centros e capitais, como uma lei geral, mas iniciada ali e aderida

pelas províncias e outras cidades e países⁵⁵. Frölich (1949/2019, p.244) afirma também que “[...] a lei da revolução é a incessante progressão. Cada hesitação, cada impasse garante a vitória da contrarrevolução, que dará início a sangrentas campanhas de vingança da classe dominante”. Por este motivo, a revolução necessita se expandir para garantir a vitória da classe trabalhadora.

Após cinco dias seguidos de manifestações, greves e atos, conseqüentemente o aumento de trabalhadores adeptos a essas condutas, o czar foi deposto. Isso caracterizou uma grande vitória para a classe trabalhadora e campesina. Porém, em preocupação a estes acontecimentos, a burguesia em ascensão mobilizou-se rapidamente para formar um novo governo, o qual ficou conhecido como Governo Provisório (GP).

3.2.Entre revoluções: o período de duplo poder, conquistas das mulheres e disputas de uma classe

No período entre a queda do czar e a revolução de outubro houve uma série de acontecimentos importantes que disputavam não apenas o poder, mas a consciência, ultrapassando as falácias e promessas que os representantes do Governo Provisório apresentavam à classe trabalhadora. Esta última por sua vez também vinha se organizando para além dos marcos aristocratas e burgueses, pondo em xeque o rumo das classes sociais na Rússia. No decorrer deste tópico iremos focar nesse processo especificamente, inclusive abordando como as organizações se moldaram as novas necessidades que surgiram.

O Governo Provisório era representado pelo Partido dos Cadetes⁵⁶, composto pelo príncipe George Lvov, por mencheviques⁵⁷ e Socialistas Revolucionários⁵⁸. A maioria dos

⁵⁵ Rosa Luxemburgo (militante do Partido da Social Democracia da Alemanha), diante da revolução iniciada na Rússia, afirmava que, caso a revolução não expandisse, a ditadura revolucionária do proletariado na Rússia estaria condenada (Frölich, 1949/2019, p. 244).

⁵⁶ Lessa e Tonet (2018, p.42) afirmam que os Cadetes eram fortemente ligados aos monarquistas. Reed (1919/2010, p.39), por sua vez, relata que o Partido Constitucional Democrata foi constituído durante o regime czarista e tinha várias reformas em seu planejamento. Cabe ressaltar ainda, de acordo com Reed, que este partido, cujo nome oficial era Partido da Liberdade do Povo formou o GP inicialmente, mas durou poucos meses na liderança, devido o seu alto grau conservador.

⁵⁷ Reed (1919/2010, p.40) caracteriza os mencheviques como intelectuais socialistas, vinculados majoritariamente a proprietários. Acreditavam na revolução socialista, mas que ocorreria de forma natural. Desse modo, a revolução de fevereiro, na leitura dos mencheviques, tinha um caráter burguês e precisava avançar nesse sentido para posteriormente ser tomado pelos trabalhadores.

partidos naquele momento compreendia que a revolução tinha um caráter estritamente burguês, apesar do levante partir da classe trabalhadora, inclusive entre os bolcheviques no primeiro momento. Em vista disso, o fato de o czar abdicar, não tinha como pretensão passar o poder às mãos dos trabalhadores, mas apenas, repassar temporariamente ao Grão-Duque estrategicamente, de modo que, retornaria ao trono após um curto período, até “acalmar” os levantes. Desse modo, Tonet e Lessa apontam:

No dia 2 de março, o Czar abdica em favor do Grão-Duque Mikhail, que é obrigado a renunciar no dia seguinte. Em seu lugar tomou o Governo Provisório, formado pelo Comitê Revolucionário da Duma, com Kerenski como Ministro da Justiça e com apoio do soviete de Petrogrado⁵⁹ (Tonet & Lessa, 2018, p.42).

Serge (1930/2017, p.69) declara ainda que, o primeiro governo provisório dirigido pelo “[...] príncipe Lvov, na realidade inspirado por Miliukov, dirigente do Partido Constitucional Democrata, dito Cadet – partido da grande burguesia liberal – esperava por uma monarquia constitucional sob a regência de Mikhail Romanov”, de modo temporário, até que o herdeiro do czar atingisse a maioria e pudesse governar. O que impedia esse movimento reacionário era a organização gestada pelos trabalhadores, os Sovietes (Conselhos de Deputados Operários e Soldados), que a princípio foi dirigido pelos mencheviques e SRS, mas altamente pressionado e vigiado pelos trabalhadores, de acordo com Serge (1930/2007).

Vale lembrar que, os sovietes existiram em 1905 durante 50 dias, conforme citamos no capítulo anterior, entretanto, agora eles se expandiam abarcando os soldados que também compunham este movimento revolucionário. Este momento da história na Rússia ficou conhecido pela situação de duplo poder, pois o Governo Provisório e os Sovietes mantiveram-se em ascensão, apesar de interesses opostos. Essa dualidade não duraria muito tempo, sendo que apenas um poder conseguiria manter-se sem ser massacrado. Serge complementa ainda

⁵⁸ O Partido Socialista Revolucionário, conhecido como SRS, surgiu como desdobramento do movimento populista do séc. XIX na Rússia. Tinha como pretensão inicial a reforma agrária e o fim da propriedade privada no campo. Segundo Reed (1919/2010, p.42), esse partido deu origem a outros dois partidos – SRS de direita e SRS de esquerda – durante o outono de 1917 (meados de setembro a dezembro), devido ao conservadorismo dos militantes e as divergências políticas e econômicas. Posterior à revolução de outubro, a partilha do latifúndio entre os camponeses (política defendida pelos SRS desde o séc. XIX) foi efetivada, apesar de ser contrária a proposta dos bolcheviques (nacionalização do latifúndio), este último se viu obrigado a aceitar como medida após a recente tomada de poder (Frölich, 1949/2019, p.252).

⁵⁹ A composição do Soviete de Petrogrado era com operários e soldados. Apesar das mulheres comporem essa instância, sua participação era minoritária. Reis (2017, p.182), por exemplo, relata que na I Conferência de Comitês de Fábrica de Petrogrado, havia apenas 22 mulheres em um total de quase 600 delegados. Através destes e outros dados abordados pelo autor, estima-se que nessas instâncias havia uma participação média de 5% de mulheres comparado ao total de delegados homens.

que “o soviete proclamou sua intenção de paz; o governo burguês, a sua fidelidade aos aliados. A dualidade de poderes era um conflito de poderes” (Serge, 1930/2007, p.69).

Ainda no início do GP, as mulheres vinculadas à Liga pela Igualdade das Mulheres solicitaram ao príncipe Lvov alguns direitos, dentre eles, o direito ao sufrágio universal, porém foram tratadas com descaso e não obtiveram nenhum posicionamento efetivo. Contudo, Silva (2018, p.44) afirma que, em 20 de março as mulheres da Liga juntamente com mulheres trabalhadoras se organizaram e protestaram em frente o Palácio de Tauride, reivindicando o sufrágio universal e demonstrando seu apoio à continuação da guerra.

Ainda que a continuação da guerra atingisse diretamente as mulheres da classe trabalhadora, contraditoriamente, uma parcela de mulheres dessa classe compunha as reivindicações e manifestações de mulheres majoritariamente burguesas. Isso demonstrava que as ideologias dominantes de defesa do nacionalismo onde o avanço da sociedade se dá por meio das guerras é um princípio propagado e defendido entre as diferentes classes sociais, mesmo que, os impactos fossem mais severos para a classe trabalhadora, como a intensificação dos trabalhos no campo e nas fábricas, mais intensos para as mulheres que sofrem as opressões e exploração em diferentes graus. Estimava-se que aproximadamente 35 mil mulheres de várias classes sociais participaram desse processo, dentre elas, havia predominância entre classes médias e altas. Destaca-se também que durante o GP outras deliberações a favor de organizações feministas foram realizadas. Nesse sentido, Silva pontua:

Anna Shabanova buscou a articulação com o Ministro do Interior para fundar o Conselho Nacional de Mulheres (filiado ao Conselho Internacional de Mulheres - CIM). Em maio o CNM foi reconhecido pelo GP e Miliukov foi colocado em sua presidência. Também em maio, a Liga pela Igualdade das Mulheres se reorganizou como União Republicana das Organizações de Mulheres Democráticas, com um programa idêntico ao do GP de reformas da terra e do trabalho, governo republicano democrático e guerra até a vitória (Silva, 2018, p.45).

A coligação do GP em geral defendia a continuação da guerra, além da pretensão em reestabelecer a monarquia dos Romanov por parte de alguns representantes ou partidos como os Cadetes, mas esses objetivos só seriam concretizados quando os sovietes fossem desmobilizados e a revolução fracassada, isso ficou marcado pelas inúmeras tentativas em conciliação de classes, promessas de reformas e institucionalização dos sovietes. Essa coligação não era restrita aos partidos conservadores, sendo composto também por partidos que se autodeclaravam de esquerda, como o caso dos SRS e dos mencheviques (os quais acreditavam que a revolução de fevereiro tinha um caráter burguês e deveria ser desenvolvida antes dos trabalhadores tomarem o poder nas mãos).

Frölich afirma a partir de Rosa Luxemburgo – quem se encontrava encarcerada durante o período revolucionário russo – que “[...] os socialistas no governo se tornavam cada vez mais prisioneiros dos inimigos de classe, resistiram energicamente às grandes e urgentes reformas, prosseguiram na política bélica imperialista e decretaram o terror contra os bolcheviques, atacando, portanto, a própria revolução” (Frölich, 1949/2019, p.246). E isso, demandava entender também que, os bolcheviques que estavam na Rússia nesse período (que não foram presos ou exilados), apoiaram criticamente o GP no início do processo. Tal posicionamento foi um erro na análise e caracterização da revolução, sendo questionado apenas quando militantes exilados retornaram à Rússia, destacando-se entre eles, Lênin. Este dirigente revolucionário, por sua vez, marcou uma nova análise de conjuntura para aquele duplo poder, desmascarando o teor contrarrevolucionário da burguesia e conseqüentemente do GP. Nessa direção, Lenin elabora as “teses de abril” apresentadas ao partido bolchevique e ao operariado, sendo aprovada em Congresso pelos soviets. Assim, pontua:

Num Estado *não podem existir* dois poderes. Um deles tem de ser reduzido a nada, e toda a burguesia da Rússia trabalha já com todas as suas forças, em todos os lugares e por todos os meios para afastar, enfraquecer e reduzir a nada os Sovietes de deputados soldados e operários, para criar o poder único da burguesia (Lenin, 1917, p.4).

A existência de um duplo poder culminou em divergências programáticas e políticas, pois o caráter de classes e a defesa de determinados interesses ficavam cada vez mais evidentes. Um dos principais motivos que expandiu a revolução de fevereiro buscando o fim da guerra por parte dos trabalhadores confrontava os interesses da burguesia pela continuação da guerra imperialista, visto que a disputa de poder e riqueza permaneciam entre os burgueses e grandes proprietários, colocando à margem os trabalhadores. Segundo Lenin (1917, p. 2), o governo provisório “[...] é um governo de continuação da guerra imperialista, de uma guerra em aliança com as potências imperialistas, a Inglaterra, a França, etc., pela partilha do saque capitalista e pelo estrangulamento dos povos pequenos e fracos”. Os soviets, ao contrário disso, buscavam por redução da jornada de trabalho, fim da guerra e uma reforma agrária, que desde o fim da servidão no século XIX, não tivera acontecido.

Durante a revolução, alguns donos de fábricas abandonaram suas propriedades, dando involuntariamente a direção aos trabalhadores, isso fortaleceu ainda mais a criação dos Comitês de fábricas, afirmam Lessa e Tonet (2018, p.44). Dessa maneira, os trabalhadores organizaram uma “constituição” de fábricas durante a Conferência Preparatória dos Comitês de Fábricas das Indústrias de Guerra de Petrogrado, alinhando interesses dos trabalhadores, os quais deveriam ser atendidos e respeitados por ambos os poderes na Rússia. Ou seja,

deliberações sobre jornada de trabalho, decisões administrativas e econômicas, quantidade detalhada de produções, teriam a partir daquele momento, participação ativa dos soviets.

Diante disso:

A atitude do governo de Kerenski e dos patrões frente aos comitês foi clara, assim como a posição dos mencheviques e social-revolucionários: todos foram contra. Fizeram o possível para acabar com os comitês, ou então, no caso dos mencheviques e social-revolucionários, castrar o que eles tinham de revolucionários, fazendo com que fossem absorvidos na estrutural sindical oficial, agora controlada por eles (Tonet & Lessa, 2018, p.44).

Durante esse processo, a burguesia percebia a grandeza da organização dos trabalhadores e temia que fosse derrubada, sendo assim, manteve o duplo poder, buscando burocratizar cada vez mais as decisões dos comitês de fábricas e tentando impedir o crescimento da revolução entre os camponeses – os quais aderiram às manifestações em busca da reforma agrária e divisão de terras. Para tentar impedir esse movimento crescente, proprietários venderam “simbolicamente” suas terras, pois acreditavam que os kulaks (camponeses ricos) não teriam suas terras expropriadas. Essa foi alguma das manobras para driblar a insurreição dos trabalhadores operários e camponeses.

Com o andamento da guerra, o abastecimento de suprimentos aos trabalhadores ficava mais escasso, aumentando assim a inflação e o racionamento. Como estratégia do governo burguês para a manutenção e continuação dos soldados na guerra, o racionamento cresceu gradativamente. De acordo com Reis (2017, p.38-39), a distribuição de “rações alimentares” variou entre 700 gramas (por pessoa ao dia) em fevereiro, chegando a 225 gramas em julho. Concomitante a esse declínio na alimentação diária do povo russo, a inflação, segundo o mesmo autor, chegou a triplicar no mesmo período, ou seja, aumentaram os preços e diminuíram as quantidades. Diante disso, aumentaram as greves e reivindicações dos trabalhadores que conseqüentemente foram demitidos das fábricas, como punição pelos patrões. Esse cenário contribuiu contraditoriamente para o aumento de trabalhadores interessados em organizar ou adentrar nos comitês de fábricas, nas milícias operárias e nos guardas vermelhos.

Ao passo que a burguesia, os latifundiários e a casta dominante tentavam burlar as deliberações e os movimentos das classes oprimidas e exploradas, os trabalhadores por sua vez, também tinham manobras importantes para dificultar o trabalho contrarrevolucionário. Este passo foi dado ao identificarem que alguns materiais e telégrafos enviados pelo Governo Provisório tinham conteúdos reacionários, e por este motivo, iriam enfraquecer os movimentos dos trabalhadores, incluindo os comitês de fábricas e a tentativa de restaurar a monarquia russa. Assim, os trabalhadores que possuíam as máquinas sobre seus domínios

utilizaram algumas artimanhas para que estes materiais não fossem entregues, impressos ou publicizados para a população russa ou mesmo para a família czarista. Tendo isso em vista, Tonet e Lessa afirmam:

Assim, em 1917, o panorama russo no campo das relações de produção, havia sofrido importantes modificações. Em não raras ocasiões os trabalhadores gráficos se recusavam a imprimir qualquer lei, proclamação, jornal ou panfleto contrarrevolucionários. Nos telégrafos, os trabalhadores falsificavam ou mandavam para destinatários incorretos, ou mesmo não mandavam, os telegramas e ordens e forças burguesas. Os comitês formados pelos operários ferroviários impediam o transporte de tropas ou abastecimentos que auxiliassem a contrarrevolução, bem como atuavam como o destacamento avançados dos operários na agitação junto as tropas czaristas (Tonet & Lessa, 2018, p.44).

A participação da Rússia na **Primeira guerra mundial** teve fim apenas em 1918 com o tratado de Brest-Litovski (tratado de paz com a Alemanha, onde a Rússia entregou parte de seu território). Enquanto isso, a revolução proletária continuava em passos largos e as exigências da burguesia em continuar disputando poder, território e riqueza na guerra fazia-se presente. Rosa Luxemburgo comenta que o acordo de Brest-Litovski entre Rússia e Alemanha foi inevitável e decisiva “sob a pressão urgente do momento, para preparar um novo avanço revolucionário” (Frölich, 1949/2019, p.248), ainda que pudesse refletir consequências no cenário mundial da luta dos trabalhadores.

O cenário de guerra em busca de poder entre as burguesias, as quais utilizavam dos trabalhadores para defender seus direitos, marcava uma disparidade de interesses entre classes sociais. Os partidos revolucionários demonstram o tempo inteiro que, não há acordos entre burgueses e trabalhadores, pois seus interesses não se unificavam. Diante disso, Luxemburgo temia que esse acordo para que a Rússia saísse da guerra pudesse ter uma compreensão negativa sobre a luta dos trabalhadores, apesar de compreender que este acordo de Brest-Litovski fosse necessário naquele momento para avançar na insurreição russa, a princípio.

Dando foco às mulheres, Silva (2018, p. 38) afirma que desde o início da guerra as mulheres participaram ativamente do Comitê de Refugiados, União das Cidades, Cruz Vermelha, União dos *Zemstvos* e como motoristas do exército, ainda que em proporções menores em comparação aos homens. Talvez essas medidas tenham contribuído para o crescente apoio de mulheres de diferentes classes sociais à guerra, principalmente da burguesia e aristocracia.

A Sociedade de Caridade Mútua de Mulheres Russas desenvolveu uma tarefa no período de guerra juntamente com o Comitê de Indústrias de Guerras, de modo que auxiliavam refugiados, crianças abandonadas e ao próprio exército com suprimentos, afirma

Silva (2018, p.39) e Stites (1978, p.281-283). E a burguesia explorava ao máximo toda essa “solidariedade”, inclusive aumentando a propaganda patriota entre os russos.

Às forças burguesas não restava outro recurso que apelar para o “patriotismo” dos soldados, explorando o fato da Rússia estar sendo invadida por forças alemãs, para tentar submetê-los aos oficiais burgueses e monarquistas. O período no qual eles conseguiram certo sucesso nisso foi o lapso de tempo, entre fevereiro e outubro, em que durou o Governo Provisório (Tonet & Lessa, 2018, p.45).

Não obstante, durante o GP, mais um passo importante foi dado às mulheres que defendiam a continuidade da guerra e a salvação da sua nação. Kerenski, em maio de 1917, autorizaram Maria Bochkareva para organizar um batalhão de mulheres em Petrogrado. Mulheres de diferentes classes sociais, diferentes cidades da Rússia, desde camponesas, operárias, aristocratas, burguesas demonstraram interesse em compor o exército. O primeiro batalhão feminino foi composto por cinco mil mulheres e instaurado em 21 de maio, e nos meses seguintes outros batalhões também foram formados (Silva, 2018, p.39). Vale ressaltar que esses batalhões ficaram conhecidos como Batalhão da Morte, pois as mulheres costumavam ficar nas trincheiras até mesmo quando os homens recuavam. Um dado interessante deste batalhão pode ser descrito pela permanência no Palácio de Inverno em outubro, tentando impedir a entrada dos operários e do partido bolchevique, ou seja, o batalhão era radicalmente contrário ao poder nas mãos dos trabalhadores e tentaram defender o GP até o último minuto. Apesar da representação feminina na guerra através deste batalhão, suas ideologias estavam diretamente relacionadas à ordem czarista, sendo este conservador e patriótico.

Os apoios que o GP recebia pelas organizações feministas desde o início retornaram em forma de conquistas às mulheres, podemos elencar o sufrágio universal em julho de 1917, a proposta de reforma no ensino superior das mulheres e equiparação de salários em cargos do serviço civil, aumentando assim a quantidade de mulheres no ramo e no apoio. Silva (2018, p.45) complementa que “as mulheres graduadas em direito receberam o direito de advogar e em agosto os salários, títulos e benefícios dos cargos no serviço civil são equiparados entre homens e mulheres”.

Apesar disso, podemos analisar que, esses direitos conquistados durante o GP foram, em dada medida, uma maneira de manter apoio ao governo, principalmente perante a sucessão de ataques que o GP sofria durante o duplo poder com os soviets. Ou seja, a participação das mulheres e suas organizações representantes atribuíam forças substanciais a um governo que a cada dia enfraquecia perante o processo revolucionário, engajando-se no movimento contrarrevolucionário. Claro que não desconsideramos a extensa jornada de luta das mulheres

durante o regime czarista para ter essas conquistas, porém, o GP tinha importantes aliados da burguesia e precisava recompensá-los.

Nesse sentido, há uma diferença substancial nas lutas das mulheres em busca de emancipação, levando em consideração que as classes sociais se tornam um ponto chave nesta batalha. De acordo com Kollontai (1913/2010), as feministas burguesas buscavam igualdade de direitos na sociedade capitalista, de modo que, sem modificar a estrutura, manteriam seus privilégios enquanto classe dominante (riquezas, propriedades privadas e o exercício de opressão à classe trabalhadora). Haja vista que, “para a mulher operária é um problema indiferente quem é o ‘chefe’ – um homem ou uma mulher” (Kollontai, 1913/2010, p. 184). Posto isto, a garantia de direitos entre homens e mulheres é um passo importante, mas insuficiente para libertar as mulheres da classe trabalhadora de toda opressão secular a qual é submetida.

Por isso, levamos em consideração que, mesmo com sufrágio universal, do acesso à universidade, direito a passaporte próprio, dentre outras conquistas, ainda haverá opressão contra as mulheres, pois as tarefas domésticas (lavar, cozinhar, tecer, cuidar dos filhos etc.) ainda serão estritamente ligadas às mulheres, sobrecarregando-as com uma dupla jornada de trabalho. Somente com o fim das opressões e explorações que foram estabelecidas nas sociedades de classes, é possível afirmar que as mulheres conquistaram sua liberdade e emancipação humana. Tendo em vista interesses comuns, mas também antagônicos, o engajamento das mulheres no processo revolucionário não poderia ser isento de contradições, como procuramos demonstrar aqui.

Em contrapartida a este movimento de apoio mútuo do GP, o partido bolchevique buscava alternativas e táticas para incluir ao máximo as mulheres da classe trabalhadora e campesina no processo revolucionário, principalmente se tratando dos comitês de fábricas e do próprio partido bolchevique. A produção de materiais visando à formação, destacando as desigualdades promovidas pela sociedade de classes e a função das instâncias trabalhadoras naquele momento teve destaque. Por exemplo, as propostas do GP de massacrar os soviets e continuar na guerra evidenciavam que as condições de vida da classe trabalhadora em geral, e das mulheres especificamente permanecessem ruins, e com o passar dos meses tendia a piorar cada vez mais, pois a sobrecarga das mulheres no campo e na fábrica continuava se intensificando enquanto mais trabalhadores iam aos fronts para morrer.

Não houve conciliação de classes que amenizasse a situação deplorável de miséria na Rússia, sendo assim, a palavra de ordem e as condições mínimas de vida aos trabalhadores

não eram atendidas pelo GP, sendo pão, paz e terra! Isso se intensificava e a palavra de ordem puxada pelos bolcheviques “Todo poder aos soviets” ganhava força. Muitos dirigentes bolcheviques foram presos ou exilados também durante o GP, já que demonstravam risco ao governo.

Serge (1930/2007) pontua três problemas centrais neste processo revolucionário, onde demarcava a disparidade de interesses entre os poderes, sendo pão, paz e terra. E complementa:

A paz, desejada por milhões de camponeses e proletários em armas, a burguesia não pode oferecer, *pois ela faz sua guerra!* A terra, exigida por 100 milhões de camponeses, a burguesia não quer dar, pois é solidária com os proprietários fundiários e se recusa a atentar contra a propriedade privada, princípio fundamental de sua dominação. O pão que o proletariado das cidades pede, a burguesia não pode lhe dar porque a escassez é o resultado de sua guerra e de sua política... A queda da autocracia não resolveu nada. É preciso outra revolução (Serge, 1930/2007, p.71).

A partir disso, podemos pontuar que, as promessas da burguesia (representada pelo Governo Provisório) em atender as demandas da classe trabalhadora, após a abdicação da família czarista, era uma falácia. Pois todas as reivindicações dos trabalhadores iam de confronto aos interesses da burguesia, e por isso não seriam atendidas, mas adiadas e enfraquecidas. Como o próprio Serge comenta, o GP pretendia “redigir uma constituição, salvar a dinastia e fazer com que o populacho voltasse a obedecer” (Serge, 1930/2017, p. 69).

Desta maneira, a organização e o fortalecimento dos trabalhadores necessitavam de uma direção revolucionária, a qual conquistasse os operários e camponeses a comporem os soviets. E apesar do movimento crescente, a maior dificuldade era apresentada entre as mulheres trabalhadoras, mas que foram discutidas táticas pelo partido bolchevique para elas adentrarem na discussão política e nas decisões afincos, como por exemplo, as participações como delegadas, chamadas de congressos e deliberações de atividades.

As mulheres da classe trabalhadora que continuavam sentindo o peso da guerra, da falta de pão e de terra precisavam se organizar cada vez mais para combater aquele governo burguês e colocar suas reivindicações na ordem do dia. Para tal feito era necessário que as tarefas de agitação e propaganda fossem intensificadas neste período, além de outras estratégias como um comitê de mulheres para agitar a participação delas nas organizações deliberativas revolucionárias. Desta forma, o trabalho com jornais foi de extrema relevância – tanto durante o período pré-revolucionário apontado no capítulo anterior, como neste momento. Sendo assim, Silva (2018) declara que:

O *Pravda*, principal jornal bolchevique, em quase todas as edições de 1917 após fevereiro conteve notícias sobre reuniões de mulheres trabalhadoras e um departamento específico ou

declarações de apoio a lutas das empregadas domésticas, trabalhadoras de lavadeiras (lavadeiras) e operárias têxteis (Silva, 2018, p.46).

A vista disso, o jornal *Rabotnitsa* – que teve suas tiragens interrompidas por conta da guerra em 1915 – voltou a ser publicado em maio. Cada tiragem teve entre 40 e 50 mil cópias e seus eixos temáticos giravam em torno das mesmas propostas antes da guerra. Se considerarmos a populosa sociedade russa, esses números são pequenos considerando o montante de trabalhadores nas fábricas e no campo, porém um número considerável tratando-se de um país majoritariamente analfabeto.

Conforme Silva (2018, p.46), os jornais eram repassados nas entradas dos locais de trabalho, entregues principalmente às mulheres operárias por mulheres bolcheviques, um trabalho típico de propaganda do partido. A partir disso, como tática foram elaboradas escolas de formação para mulheres agitadoras, de modo que essas mulheres aprendessem ou aprimorassem a agitação revolucionária, sendo capazes de discursar em frente às fábricas e recrutar mais mulheres à causa dos trabalhadores e trabalhadoras, ao processo revolucionário. Essa forma de organização teve impactos substanciais após ser intensificado com a revolução de outubro e as fileiras de mulheres no partido e nos sovietes começaram a aumentar consideravelmente, ainda que em passos curtos comparados à população russa em geral. Com a propagação dos acontecimentos históricos e com a sucessão de fatos nas últimas décadas na Rússia, envolvendo diretamente os interesses de classes antagônicas, as contradições ficavam mais evidentes e as múltiplas determinações, acompanhadas de análises concretas a nível da superestrutura permitia uma disputa acirrada da consciência para si dos trabalhadores.

Uma tática importante para a formação de quadros dirigentes do partido bolchevique foi por meio de escolas de formação revolucionária que abordamos brevemente no capítulo anterior. Compreender a teoria revolucionária que permitia ler a realidade objetiva na sociedade de classes era um elemento muito importante para a construção do movimento revolucionário em si. Ou melhor, analisar e caracterizar a realidade russa para elaborar uma política de ação para a luta de classes e a tomada de poder pelos trabalhadores. De acordo com Goldman: “Em termos de categorias analíticas, métodos históricos e receitas para mudanças estruturais, o pensamento bolchevique se apoiou fortemente nos preceitos do socialismo ‘científico’ – não nos do ‘utópico’” (Goldman, 2014, p.65). Pressupomos que este conhecimento caminhe em direção ao que Vigotski (1984/2006) nomeou de pensamento dialético, ou ainda, de um conhecimento que tenha como base a superestrutura social, englobando a unidade objetivo-subjetiva do desenvolvimento humano.

Dada essas considerações, abordaremos no próximo tópico o momento decisivo de tomada de poder pela classe trabalhadora, as conquistas da/para as mulheres, novos direitos e estratégias para combater as opressões, além de táticas recorrentes para combater as ideologias ainda existentes e alienantes, frutos da sociedade de classes.

3.3.Revolução de Outubro (1917 a 1921)

Desde fevereiro de 1917, o cenário da revolução teve proporções gigantescas no que diz respeito às organizações. Desse modo, destituiu-se a monarquia, instauraram-se os soviets e o Governo Provisório, buscando conquistas antagônicas. Sabemos que uma sociedade governada com interesses opostos tende a não se manter por muito tempo, principalmente porque um dos dois precisa desmobilizar o outro para se manter no poder. Dessa forma, o GP buscou por inúmeras vezes o fim aos soviets e qualquer organização dos trabalhadores que ameaçasse a classe dominante. Algumas medidas como a tentativa de institucionalizar os soviets, burocratizando suas deliberações, promessas de reformas trabalhistas e agrárias e a saída da Rússia da guerra contra a Alemanha, eram recorrentes durante esses oito meses que o GP esteve dividindo o poder com os soviets. Mas tais promessas eram vazias de sentido em se tratando de uma parcela dos trabalhadores que já possuíam uma consciência de classe resultante de todo esse processo histórico.

Segundo a militante Samóilova, as revoluções resultaram em avanços importantes para os trabalhadores, mas é importante caracterizá-las de forma coesa. Para isso, ela levanta três grandes revoluções como marcantes aos trabalhadores, sendo a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Russa de fevereiro de 1917, e a de outubro do mesmo ano. Tais revoluções – com exceção de outubro –, retirou o poder e a riqueza de uma determinada classe e transferiu à outra também dominante, restando apenas o mínimo de sobrevivência para a classe trabalhadora. Nesse sentido, Samóilova aponta:

O poder passou não ao povo, aos trabalhadores, mas apenas à burguesia. Dessa maneira, passou de uma classe abastada à outra, enquanto as massas populares, os operários e os camponeses, tanto na França em 1789 quanto aqui em fevereiro de 1917, receberam somente míseras migalhas que caíram da mesa dos senhores burgueses e capitalistas (Samóilova, 1918/2017, p. 257).

Diferente dessas revoluções mencionadas acima, a revolução de outubro teve desdobramentos significativos para os trabalhadores, fruto de uma série de experiências anteriores (comuna de Paris, revolução russa de 1905, de 1917, etc.) e com a direção de um partido revolucionário. A organização de trabalhadores através dos Conselhos de Delegados

de Operários e Soldados (Soviets) foi marcante e decisiva para o triunfo e a implementação da ditadura revolucionária do proletariado, ou seja, uma reorganização da sociedade de um modo geral, tanto no campo da produção como na apropriação de toda riqueza produzida. Isso abarca, horas de trabalho, produção, distribuição, educação, novas leis (não mais nos moldes burgueses), reestruturações que possibilitassem o pleno desenvolvimento humano, desenvolvesse suas máximas possibilidades.

Ao contrário da democracia burguesa onde é carregada de “[...] frases pomposas, do palavrório solene, das promessas retumbantes, das palavras de ordem grandiloquentes de liberdade e igualdade” (Lenin, 1919/1980, p.76), a democracia operária determinaria o caminho a ser tomado a partir das suas necessidades. Assim também em relação às mulheres, pois “[...] as repúblicas burguesas, por mais avançadas que sejam, *não tem dado* à mulher, que constitui a metade do gênero humano, plena igualdade com o homem ante a lei nem a tem liberado da tutela da opressão do homem” (Lenin, 1919/1980, p.76). E por este motivo, por mais que as mulheres conquistassem direitos como sufrágio universal, passaporte próprio, dentre outros, ainda não possibilitava sua emancipação. Ou seja, na Rússia até 1917, os direitos modificavam algumas possibilidades de uma dada classe social, a dominante, enquanto as trabalhadoras sentiam o peso da opressão intensificada pela exploração.

Todo o processo revolucionário só tinha como avançar com os trabalhadores camponeses e operários à frente, organizados por meios dos conselhos e dos comitês de fábrica. Segundo Trotsky:

A Revolução de Outubro foi uma luta do proletariado contra a burguesia pelo poder, mas o resultado da luta foi decidido, em última análise, pelo mujique. Esse esquema geral, que prevalecia por todo o país, encontrou sua mais perfeita expressão em Petrogrado. Nessa cidade, o que deu à revolução o caráter de um breve golpe com um número mínimo de vítimas foi a combinação entre conspiração revolucionária, insurreição proletária e luta de uma guarnição camponesa pela autopreservação. O partido liderou o levante; a principal força motora era o proletariado; os destacamentos armados de operários eram o punho da insurreição; mas a pesada guarnição camponesa decidiu o resultado da luta (Trotsky, 1932/2017, p. 1108).

De tal modo que, os trabalhadores da Rússia tomaram o poder da burguesia por seu trabalho unificado. Vale ressaltar também que foi exatamente isso que possibilitou retirar as fábricas, os bancos e os latifúndios das classes dominantes, sendo esses três elementos centrais para o tripé da exploração de uma classe sobre outra. Samóilova destaca que “quando o fundamento agrário e econômico foi tirado das classes dominantes pelos operários e camponeses, ficou claro que todo o aparelho do poder político [...] devia passar ao controle dos trabalhadores: operários e camponeses” (Samóilova, 1918/2017, p.258). E a revolução de

outubro resultou exatamente nisso, a tomada de poder pelos mais explorados e oprimidos. Para dar continuidade a esta discussão, é necessário que abordemos como essa tomada de poder ocorreu em outubro de 1917, necessariamente.

De fevereiro a outubro, a Rússia era governada por dois poderes, como já mencionamos no tópico anterior, pelo Governo Provisório e os Sovietes. Os trabalhadores tinham como local central de suas discussões, o Instituto Smolny (antiga escola para meninas da nobreza), enquanto o GP dominava o Palácio de Inverno. Segundo Lessa e Tonet (2018) era exatamente no Smolny que as decisões eram tomadas, além de recepcionar trabalhadores delegados de outras províncias para assembleias e reforçar o trabalho revolucionário.

Os operários estavam controlando cada vez mais fábricas, os soldados não obedeciam mais senão ao Comitê Revolucionário Militar, os camponeses não mais respeitavam as propriedades dos latifundiários, não porque o Smolny os mandava agir assim, mas porque eles haviam decidido agir dessa forma. No Smolny eram tomadas decisões que, no fundo, somente incentivavam o avançar do próprio processo histórico (Tonet & Lessa, 2018, p.80).

Ali também, no Smolny, deliberaram a necessidade de convocar um novo congresso dos soviets, ou melhor, o II Congresso Panrusso dos Sovietes, pois a relação entre os dois poderes tensionava ainda mais, e o partido bolchevique caracterizava aquele momento como primordial para a tomada de poder pelos trabalhadores. Nesse sentido, no dia 12 de outubro, os soviets criaram o Comitê Revolucionário Militar, composto por homens e mulheres, operários e camponeses, para defender os comitês de fábrica, os soviets e, em destaque, dar um passo adiante na insurreição. Haja vista, o Comitê estava encarregado de garantir que a palavra de ordem fosse concretizada, ou seja, garantir que “todo poder aos soviets!” fosse posto em prática.

Como uma das resoluções adotadas pelo Comitê Revolucionário Militar ameaçava o poder do GP, ao propor que as unidades militares teriam autonomia e por sua vez não aceitaria ordens do Quartel General, “[...] o Governo de Kerenski decreta a prisão de todo o comitê, bem como envia ordens para transferir tropas para Petrogrado com o objetivo de impedir um levante operário” (Tonet & Lessa, 2018, p.80). Além disso, todas as medidas possíveis para impedir as organizações dos trabalhadores foram estabelecidas, isso inclui a criminalização dos soviets, o corte de acesso e comunicação com o Smolny, gráfica – onde imprimia os jornais do partido – fechada etc. A grande preocupação do Governo Provisório, com a representação de Kerenski era que os trabalhadores estivessem armando contra a classe dominante, e de fato, o GP estava com seus dias contados.

Durante oito meses, o governo dos capitalistas e dos oportunistas socialistas ficou parado no mesmo lugar, sem forças, prolongando a guerra e preparando a fome, sem dar as terras aos camponeses, freando o controle dos operários sobre a produção e, com isso, intensificando a

destruição industrial. É por isso que o governo de Kerenski, Tchernóv e Konovalov colocou contra si todos os trabalhadores e promoveu o lema para a sua própria substituição: “Todo o poder aos soviets!” (Samóilova, 1918/2017, p.264).

O II Congresso Panrusso dos Sovietes foi convocado para o dia 24 de outubro às 22h40min no salão de festas do Instituto Smolny e contou com a participação de 562⁶⁰ delegados⁶¹. Segundo Samóilova, os soviets se reuniram no congresso “[...] no momento em que a crise política e a questão sobre o poder se impuseram de tal modo que *ficou impossível postergar ainda mais a sua resolução*” (Samóilova, 1918/2017, p.259). É importante compreender que aqui, neste momento, o GP já tinha acionado as tropas de diferentes lugares para proteger o Palácio de Inverno, porém, alguns batalhões se recusaram defender um grupo de burgueses que não defendia os mesmos interesses dos trabalhadores, como por exemplo, o III Batalhão das Tropas Ciclistas (Samóilova, 1917/2017).

Enquanto acontecia o congresso, o Comitê Revolucionário Militar cercava o Palácio de Inverno para tomar o poder. Algumas forças contrarrevolucionárias também estavam no local para tentar impedir a invasão e a destituição do Governo Provisório, como por exemplo, um grupo de *junkers*⁶², oficiais do Exército Branco, cavaleiros de São Jorge e uma parcela de mulheres do Batalhão Feminino ou Batalhão da Morte (Samóilova, 1918/2017, p.264; Serge, 1930/2007, p.96; Trotsky, 1932/2017, p. 1117). Toda a resistência contrarrevolucionária que estava disposta a proteger o GP a todo custo foi aos poucos se rendendo, entre tiros de canhão e discursos, alguns se juntaram aos trabalhadores na praça. Em seguida, os treze membros que representavam o GP foram retirados do palácio. Nesse sentido Serge complementa: “lá está o governo provisório: treze senhores trêmulos, dignos de dó, treze rostos descompostos, imersos na escuridão” (Serge, 1930/2007, p.96).

A ocupação do Palácio de Inverno caracterizava simbolicamente a **tomada de poder pelos trabalhadores**. Simbolicamente, pois o GP já não exercia tanta influência entre os trabalhadores e suas medidas de repressão ou de censuras não conseguiam ser concretizadas.

⁶⁰ Serge (1930/2007) cita a participação de 562 delegados, enquanto Samóilova (1918/2017) menciona 670.

⁶¹ De acordo com Serge eram “382 social-democratas bolcheviques, 31 sem partido e simpatizantes dos bolcheviques, 70 socialistas-revolucionários de esquerda, 36 socialistas-revolucionários nacionalistas, 15 social-democratas internacionalistas unidos, 21 social-democratas mencheviques partidários da defesa nacional, 7 delegados social-democratas das organizações nacionais e 5 anarquistas” (Serge, 1930/2007, p.97). Dentre esses delegados, não sabemos quantas mulheres foram eleitas delegadas ou se houve participação neste congresso.

⁶² Aristocratas rurais.

Todas as outras instâncias, instituições, fábricas etc. podiam (e foram) tomadas por dentro, por seus próprios trabalhadores, ao contrário do Palácio de Inverno onde era constituído majoritariamente pelos representantes da burguesia. Trotsky ressalta:

Os quartéis, a fortaleza, os depósitos, todos os estabelecimentos onde atuavam os operários e os soldados, podiam ser tomados por suas próprias forças internas. Mas o Palácio de Inverno, o pré-parlamento, o estado-maior do distrito, os ministérios, as escolas militares não podiam ser capturadas por dentro. O mesmo acontecia com o telefone, o telégrafo, os correios e o Banco do Estado. Os empregados dessas instituições, embora de pouco peso na combinação geral de forças, eram os senhores dentro de suas quatro paredes, e essas eram, além disso, fortemente guardadas por sentinelas. Era preciso penetrar nesses cumes burocráticos por fora (Trotsky, 1932/2018, p.1110).

O processo revolucionário foi bem-sucedido neste ponto, e a partir de agora caberia aos trabalhadores e trabalhadoras decidirem como governar a Rússia através dos Comissariados do Povo e dos Sovietes. Com a revolução vitoriosa de outubro, os trabalhadores iniciavam um novo processo de reconstrução social. Ao contrário dos governos existentes até então na Rússia, agora todo o poder aos soviets foi concretizado e, desta maneira, os trabalhadores por meio de conselhos populares decidiriam o futuro da Rússia, desde a produção, apropriação, acesso à educação, divisão de tarefas, dentre outros pontos.

Kollontai (1921) remonta esse período dando destaque às mulheres trabalhadoras, pois a realidade concreta das mulheres também seria alterada. A revolução de outubro marcou o início da igualdade de direitos civis e políticos, inserindo as mulheres trabalhadoras em diferentes contextos sociais que antes eram privados ou destinados majoritariamente aos homens. Ou seja, as mulheres operárias e camponesas participavam ativamente, do exército vermelho, dos soviets, dos comissariados do povo, recebendo diferentes cargos em todo aparato soviético. Entretanto, mesmo sendo deliberada a participação das mulheres em diferentes setores para decisões coletivas sobre o Estado Soviético, a quantidade ainda era extremamente baixa em comparação aos homens nesses mesmos ambientes. Isso é fruto de uma sociedade cindida que reforçava as ideologias e a divisão instrumental do trabalho. Era necessário a partir deste momento, criar condições materiais para o pleno desenvolvimento individual e social nos moldes da nova sociedade.

Lenin (1920/1980, p.81) em busca de diálogo com as trabalhadoras em vista das eleições dos Sovietes de Moscou, publicou no *Pravda* em 1920, sua preocupação e orientação para as trabalhadoras operárias elegerem mulheres delegadas para os soviets, pois a instauração de novas leis pelo estado soviético não era suficiente para igualar a mulher ao homem, era preciso ter papel politicamente ativo e permanente. Por este motivo, Lenin ressaltou novamente a importância de as mulheres ingressarem nas esferas soviéticas. Nesse

sentido, pontuou “o proletariado não pode lograr a liberdade completa sem conquistar a plena liberdade para a mulher” (Lenin, 1920/1980, p.81).

Com todos os limites e ideias da classe dominante sob as trabalhadoras, existiam elementos como o peso da guerra e da fome, combinados com a exploração e as opressões que as mulheres sofriam, que permitiram que se organizassem. Suas manifestações deram o pontapé inicial para uma revolução que mudaria a história da Rússia. Desta forma, ampliar a consciência e participação das mulheres pelo viés revolucionário era um dos pontos decisivos para a efetivação de uma sociedade socialista. Com a tomada de poder no Palácio de Inverno, Kollontai caracteriza as mulheres presentes:

Jovens e velhas, operárias e soldadas, camponesas e donas de casa, da camada pobre da cidade. Raras, muito raras naqueles dias eram as mulheres empregadas, da *intelligentsia*. Mas também havia mulheres da *intelligentsia* entre aqueles que carregaram a bandeira vermelha na vitória de Outubro: professoras, funcionárias de escritórios, jovens universitárias, estudantes ginasiais, médicas. Caminham alegres, abnegadas, assertivas. Para onde quer que fosse, lá iam elas (Kollontai 1927/2017, p.217).

Diante dessa caracterização, é perceptível que não havia um perfil único de mulheres que compuseram o processo revolucionário, e a vista disso, a consciência em si ou para si também não é determinada pela posição que essas mulheres ocupavam na sociedade. Kollontai (1927/2017) relembra que a participação das mulheres foi fundamental e decisiva para a tomada de poder em outubro, entretanto, reconhece que elas seriam “heroínas anônimas” na história, pois compreendia que esse marco tão importante dos trabalhadores seria parcialmente abordado, de modo que excluiria a participação das mulheres no processo, sendo citados apenas alguns nomes à margem de grandes revolucionários como Lenin. Desta maneira, reivindicava que “[...] sem a participação das mulheres, Outubro não poderia ter levado a bandeira vermelha à vitória. Glória à mulher trabalhadora, que caminhou sob a bandeira vermelha em outubro. Glória a outubro, o emancipador das mulheres” (Kollontai, 1927/2017, p.221).

Após a tomada de poder em outubro, as mudanças aconteciam em grandes proporções, tanto no campo quanto na cidade, nas fábricas, nos comissariados, enfim, reconstruir uma sociedade em novos moldes era um desafio. Algumas táticas foram de extrema urgência e desta forma houve inúmeros congressos e conferências em vários setores, lugares e de diferentes naturezas. Vemos no decorrer dos primeiros anos após a revolução de outubro, congressos de mulheres camponesas e operárias, congressos dos soviets, do partido, das mulheres socialistas, da internacional comunista, e alguns outros com temáticas específicas, como o combate a prostituição, as tarefas do movimento operário feminino, do dia

internacional da mulher trabalhadora, dentre tantos outros congressos. Esse montante caracterizava a busca incessante para que trabalhadores e trabalhadoras estivessem à frente das decisões daquela nova sociedade.

Kollontai (1921) aponta ainda que a resistência de muitas mulheres que não compuseram o processo revolucionário contribuiu para um ataque contrarrevolucionário no ano seguinte, em 1918, juntamente com a Tchecoslováquia, isso demonstrava como a formação burguesa frente à realidade era forte e precisava ser combatida. Esse conservadorismo contrarrevolucionário de uma parcela da classe trabalhadora, em especial as mulheres, foi intensificado com o **Código completo do Casamento, da Família e da Tutela**, criado pelo Comitê Executivo Central do Soviete, segundo Goldman (2014). Esse código era considerado o primeiro passo para legitimar a igualdade entre homens e mulheres, abarcando questões como o divórcio, pensão alimentícia (inicialmente como plano de transição diante da miserabilidade e instabilidade do Estado), e discussões importantes sobre filhos “legítimos” e “ilegítimos”. Kollontai (1921) afirma que diante disso houve muita resistência por parte das mulheres trabalhadoras, pois acreditavam que com a instauração desse novo modo de sociedade, e conseqüentemente deste código, os soviets roubariam seus filhos para serem educados exclusivamente pelo Estado, destruindo assim, a família⁶³.

A resistência sobre esse código também teve forte **influência religiosa**, pois até aquele momento, o casamento era realizado exclusivamente pelas Igrejas, assim como o divórcio também o era. De acordo com Goldman (2014), o divórcio raramente acontecia, sendo analisado pelos representantes de cada religião e com o suporte estatal. A autora afirma ainda que “às mulheres eram concedidos poucos direitos, tanto pela Igreja quanto pelo Estado” (Goldman, 2014, p.70), e por isso, eram raras as exceções para divórcio.

Era quase impossível divorciar-se na Rússia pré-revolucionária. A Igreja Ortodoxa considerava o casamento um sacramento sagrado que poucas circunstâncias podiam dissolver. Era permitido o divórcio somente em casos de adultério (testemunhado por pelo menos duas pessoas), impotência, exílio prolongado/inexplicada ausência de um cônjuge. Em casos de adultério ou impotência, a parte responsável era permanentemente proibida de se casar novamente (Goldman, 2014, p.71).

A opressão exercida às mulheres no que diz respeito às tarefas domésticas, a vida privada, ao cuidado dos filhos e pessoas moribundas, amplamente propagada e cobrada pelas sociedades de classes, ainda com o elemento religioso exercendo forte pressão nesses papéis,

⁶³ Para uma leitura sobre a origem das famílias e suas funções sociais, sugerimos os livros “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Frederich Engels, e “Abaixo a família monogâmica” de Sérgio Lessa, e “O comunismo e a família” de Alexandra Kollontai.

dificultava a participação ativa das mulheres nos ambientes políticos. Cabe ressaltar que a religião na Rússia exercia uma forte influência na constituição dos indivíduos, principalmente a Igreja Ortodoxa. Não obstante, após a tomada de poder pelos trabalhadores, o combate às religiões precisava ser intensificado, exatamente para evitar os movimentos contrarrevolucionários dirigidos pelas igrejas e pelos líderes religiosos. Destacando aqui, principalmente as mulheres que, por meio de dogmas religiosos reproduziam involuntariamente a submissão secular da sociedade patriarcal. Por este motivo, um aspecto de extrema relevância para reverter esse cenário – na unidade objetivo-subjetiva – era por meio da educação, não nos moldes burgueses, mas uma educação que desenvolvesse uma consciência socialista, ou seja, uma educação integrada pelos diferentes aspectos formativos, incluindo moral revolucionária, trabalho politécnico, entre outros. Ou melhor, o desenvolvimento omnilateral, de uma personalidade que não foi cindida pela fragmentação da sociedade, que permitisse o desenvolvimento do que Vigotski chama de pensamento dialético, isento de alienação e ideologias burguesas.

Por este motivo, um dos primeiros documentos elaborados pelos soviets tendo em vista a emancipação da mulher e o combate ao viés religioso foi aquele decreto (Código completo do Casamento, da Família e da Tutela). Assim, o casamento civil começava a ser instaurado, buscando substituir a religiosidade dos matrimônios no processo transitório de sociedade.

A religião era um grande empecilho na luta revolucionária, pois suas ideologias perpassam várias gerações e se reproduziam com mais força nas situações mais precárias. Lenin comenta que, as revoluções democrático-burguesas tinham como promessas a libertação da mulher, o fim dos privilégios medievais e religiosos, entretanto, tais elementos, em destaque aqui às religiões, “ferem” os princípios burgueses, ou melhor, as classes dominantes necessitam das religiões para manter a “sacrossanta propriedade privada” (Lenin, 1921/1980, p.90). Nesse aspecto, combater a religião era central para que a revolução proletária avançasse, principalmente à emancipação humana.

Devido a forte influência religiosa, principalmente pela Igreja Ortodoxa Russa, as mulheres eram caracterizadas como mais conservadoras, comparadas aos homens. Krúpskaia aponta que isso era consequência das relações que as mulheres estabeleciam, principalmente no campo. A opressão combinada de exploração e a dupla jornada de trabalho com as obrigações domésticas restringiam ainda mais as relações das mulheres trabalhadoras. Nesse

sentido, Krúpskaia ressaltava porque para as mulheres era mais difícil romper com as religiões do que os homens:

O principal motivo é que, em geral, o trabalhador sabe mais do que a trabalhadora. Entre os homens há mais pessoas alfabetizadas, mais indivíduos que frequentaram a escola; eles estão mais acostumados aos livros. Além disso, a mulher está mais ligada aos afazeres domésticos, aos filhos etc. Os trabalhadores são mais numerosos entre os camaradas, ouvem mais conversas de trabalho, viajam mais para cidades diferentes, veem pessoas e sistemas diversos. Sua cabeça está mais livre de pequenas preocupações, que tomam inteiramente a mulher trabalhadora (Krúpskaia, 1922/2017, p.99).

Esses eram alguns elementos que impediam as mulheres de participar ativamente da política e das decisões soviéticas, além de mais suscetíveis aos dogmas religiosos. Krúpskaia apontava para outras preocupações em torno dessa temática, como por exemplo, a mulher que frequentava a Igreja não era questionada sobre sua crença ou suas obrigações quando estava lá, sendo esta um local de sociabilidade, de encontro com outras pessoas e com a arte (músicas, instrumentos, pinturas etc.). Em linhas gerais, a extensa carga de trabalho doméstico, o enclausuramento da mulher em casa, limitando suas relações e o peso das obrigações (cuidados de crianças, de enfermos etc.) alimentava sua crença religiosa. Por isso, “é preciso aliviar as mulheres, especialmente as trabalhadoras, dos afazeres domésticos. Aquele que trabalha pela construção de creches e escolas infantis, lavanderias comunitárias, oficinas de reparos etc. luta contra a religiosidade das mulheres” (Krúpskaia, 1922/2017, p.101).

A religião tinha princípios que permaneciam entre os trabalhadores e, mesmo com a revolução de outubro, os líderes religiosos adaptaram seus convites à nova realidade, declarando um falso apoio ao poder soviético como tática para não confrontar seus fiéis, ou seja, realinharam-se para manter sua lista de fiéis. Um exemplo que Krúpskaia apontou é que depois da revolução, na província de Níjni Nóvgorod, fizeram alterações no Corão⁶⁴ para que as mulheres mulçumanas frequentassem a mesquita, garantindo que não houvesse uma queda de fiéis e aproximando as mulheres cada vez mais da religião (Krúpskaia 1927/2017b). Essas e outras táticas das religiões foram deliberadas, algumas gritavam ainda “todo poder aos soviets!”, na intenção de não confrontar os interesses, mas que em sua essência travava uma luta permanente contra o estado soviético. Buscavam um realinhamento junto à nova ordem.

Do mesmo modo que a religião regia a vida de grande parcela da sociedade, pautada em ideologias dominantes que precisavam ser combatidas, o mesmo ocorria com o modelo de

⁶⁴ Corão ou Alcorão é o livro sagrado do Islã.

família monogâmica burguesa vigente na Rússia no período revolucionário. Esses dois elementos conservadores precisavam definhar e o estado soviético tinha a pretensão de desintegrar a religião e superar aquele modelo de família reacionário na transição para uma nova sociedade.

Ademais, o fim das religiões e o definhamento do **modelo familiar** monogâmico-burguês eram elementos importantes naquele primeiro momento, pois eram instâncias de socialização que devem ser combatidas em busca de emancipação social, principalmente ao que diz respeito às mulheres da classe trabalhadora.

Destaca-se aqui que o modelo de família burguesa tem um caráter social e econômico, a fim de concentrar suas riquezas em uma “linhagem”; dado esse elemento dentre tantos outros carregados de ideologias dominantes, essa concepção de família não seria compatível a esta nova sociedade socialista. Mais adiante, em 1921, o educador Diushen juntamente com Goikhbarg elaboraram documentos acerca dessa discussão, alegando que era necessário “criar organizações democráticas e comunitárias para contrapor as relações hierárquicas e autoritárias internas à família”. Complementam ainda que era necessário “[...] substituir o amor por ciência, a ‘irracionalidade’ dos pais pela ‘racionalidade’ dos educadores” (Goldman, 2014, p.28). Sem mais delongas, é importante afirmar que, ao passo que o estado soviético se consolidasse, abolindo as tarefas domésticas – atribuindo a espaços comunitários – e assumisse a criação dos filhos – destacando uma nova educação e formação social – a família nos moldes burgueses definharia, ou seja, perderia sua função social. Mas tal desenvolvimento só seria possível em longo prazo, levando em consideração que nos primeiros anos da revolução de outubro, o Estado ainda não possuía condições para suprir todos os elementos necessários.

A criação de leis e códigos civis era insuficiente para formar uma consciência revolucionária na classe trabalhadora, em destaque às mulheres. Dada essa necessidade, Lenin como dirigente central do partido bolchevique discursa em alguns congressos e conferências, buscando diálogos entre as trabalhadoras ali presentes. Em novembro de 1918 foi convocado o **I Congresso pan-russo de operárias**⁶⁵, cujo evento Kollontai comenta:

Por iniciativa de um grupo de mulheres comunistas em Moscou, e com o total apoio do Comitê Central do Partido Comunista Russo, o Primeiro Congresso de Mulheres Operárias e

⁶⁵ Krúpskaia (1927/2017a, p.110) refere-se a este mesmo congresso de “I Congresso Nacional das Mulheres Trabalhadoras”, no qual aconteceu entre 16 e 21 de novembro de 1918. Já Kollontai (1921) remonta a esse evento como “I Congresso de Mulheres Operárias e Camponesas de Toda a Rússia”. Suas principais organizadoras foram Inessa Armand, Damóilova, Stal e Kalinina.

Camponesas de toda a Rússia foi convocado em Moscou em novembro de 1918. Ele contou com a presença por mais de mil mulheres delegadas eleitas em reuniões de mulheres trabalhadoras e camponesas (Kollontai, 1921, p.2).

Nesses três dias de congresso, com mais de mil delegadas, Lenin declarou: “a experiência de todos os movimentos de libertação atesta que o êxito de uma revolução depende do grau em que dela participam as mulheres. O poder soviético faz tudo para que a mulher possa cumprir seu trabalho proletário e socialista com independência completa” (Lenin, 1918/2014, p.116). Este congresso, segundo Krúpskaia (1927/2017a), foi organizado por vinte e uma delegadas (representantes da Divisão de Mulheres Trabalhadoras, em Moscou e províncias de Petrogrado). Para que ocorresse, foi necessário que mulheres fossem destinadas às fábricas e outros lugares de trabalhos majoritariamente feminino⁶⁶ — para o trabalho de agitação, pois “[...] na época foi preciso agitar ainda mais o congresso, persuadir; as fábricas e usinas não tinham nem vestígio de organizações de mulheres trabalhadoras” (Krúpskaia, 1927/2017a, p.110).

Para os congressos, tanto partidários, quanto voltados às decisões dos soviets eram deliberados delegados(as) para representar uma quantidade de trabalhadores, seja de determinada fábrica, determinado ramo ou bairro/região etc. Essa forma de organização possibilitava que, apesar de não estarem os milhões de trabalhadores reunidos, estes fossem devidamente representados. Os delegados tinham como função deliberar conjuntamente assuntos que foram debatidos anteriormente com os demais trabalhadores, levando assim, as propostas que levantaram a partir de seus debates. Desta forma, Kollontai (1921) aponta que para o Primeiro Congresso de Mulheres Operárias e Camponesas, cada delegada representava 50 trabalhadoras e contou com mais de mil delegadas, ou seja, uma média de cinco mil trabalhadoras de diferentes províncias. Tal congresso tinha pautas importantes a serem discutidas para o processo revolucionário, inteirar as mulheres das discussões políticas era fundamental. Sendo assim, algumas eram pautas recorrentes, como os:

[...] recentes acontecimentos políticos, sobre o trabalho que está sendo feito em vários ramos da construção soviética e, em particular, sobre educação social, alimentação pública, proteção da maternidade e outras áreas da atividade do Estado que auxiliam diretamente na emancipação doméstica da mulher trabalhadora (Kollontai, 1921, p.3).

O congresso foi passo importante entre trabalhadoras, principalmente das províncias, pois a organização de mulheres era o termômetro da emancipação da classe, pois elas eram as

⁶⁶ Segundo Krúpskaia (1927/2017a), a agitação nas províncias ocorreu em Tambov e Orlóvski, Ivánovo-Voznessiênski, Simbíski, Sarátov até Tsarítsino. Destas, Tambóv e Orlóvski concentravam as condições mais insalubres de trabalho.

que mais sentiam a exploração e opressão. Nesse sentido, Lênin complementa “até hoje, devemos reconhecê-lo, a situação da mulher tem sido a de uma escrava; a mulher, escravizada pelo trabalho doméstico, só pode encontrar a própria libertação no socialismo” (Lenin, 1918/2014, p.116). Ao fim deste congresso, foi criada uma resolução, cuja eficácia será analisada durante o processo:

1) organizar para todos uma educação única, igualitária e concentrada nas mãos do governo socialista; 2) iniciar essa educação na primeira infância; e 3) introduzir uma educação pública e igualitária para o trabalho com os objetivos de reforçar a disciplina dos trabalhadores, alterar a compreensão sobre o ser humano e destruir de uma vez por todas o egoísmo, que incita a discórdia entre os trabalhadores e atrapalha o desenvolvimento do socialismo; para tanto, o I Congresso de Toda a Rússia exige que a educação para o trabalho esteja na fundação da construção socialista, sem a qual não será possível estabelecer definitivamente a sociedade socialista (Kharkov, Vseukrainska, 1920, p. 19-20 *citado por* Krúpskaia, 1927/2017a, p.111).

Muitas resoluções foram elaboradas a partir das discussões e aprovadas durante os congressos nestes anos iniciais. Um dos pontos centrais, como apresentado acima foi, tanto a participação das mulheres, quanto a educação para uma sociedade socialista. Em vista disso, substituir o **trabalho doméstico** era necessário para emancipar a mulher, além de permiti-la adentrar nas fileiras dos soviets e demais instâncias do estado soviético em construção. De acordo com Kollontai (1921, p.2) “[...] um método especial de trabalho entre mulheres teve de ser desenvolvido para forçá-las a compreender e avaliar qual deveria ser sua posição e qual poder melhor garantia os interesses das mulheres – a ditadura do proletariado ou um retorno ao domínio da burguesia”.

O processo de formação de consciência de classe era um grande desafio ao poder soviético, e essa dificuldade refletia diretamente nas forças e tentativas contrarrevolucionárias que os soviets e os bolcheviques sofreram. Desta maneira, a busca crescente do Partido Bolchevique para aumentar a quantidade de militantes e trabalhadores na composição e potencialização dos soviets foi cada vez maior, principalmente em se tratando das mulheres, as quais eram poucas nos espaços soviéticos após meses da revolução. Dada essa necessidade, os bolcheviques elaboraram políticas para aproximar as mulheres, além do trabalho com agitação e propaganda que eram tarefa permanente do partido, houve a necessidade de realizar congressos e criar uma Seção de Mulheres do Partido Bolchevique, cujo nome ficou conhecido como Jenotdel.

Tanto as discussões, quanto a participação dessas mulheres em diferentes ambientes do Estado soviético contribuíam para a formação de consciência de classe, além da integração política com deliberações internas, fazendo com que mais mulheres se voltassem ao trabalho revolucionário carregado de sentido e significados. Ou seja, não bastava que as trabalhadoras

fossem delegadas de bairros e fábricas ou ainda que fossem apenas boas agitadoras e propagandistas, mas que tivessem participação ativa nas deliberações e construções dos conselhos operários e camponeses (Soviets) e do partido bolchevique e entendessem a importância do estado soviético para sua emancipação.

A participação das mulheres nas instâncias soviéticas, mesmo com medidas do partido bolchevique e dos soviets, ainda era muito pequena. Lenin e Kollontai reconhecem que desde a tomada de poder em outubro e, principalmente em 1918, houve uma crescente e considerável participação das mulheres, porém ainda pequena. Com base nisso, Bonnell (1991) afirma a importância dos **cartazes soviéticos** para a propagação das ideias bolcheviques neste período, visto que a maioria da classe trabalhadora era analfabeta e o trabalho com os jornais, apesar da alta relevância como fio condutor de algumas discussões, era restrito a trabalhadores letrados, ou seja, os trabalhadores analfabetos ficavam dependentes da leitura e interpretação dos jornais por parte de outros, para compreenderem seu conteúdo.

Em 29 de outubro decretou-se no estado soviético o **acesso à instrução e ao ensino completo** para todos os trabalhadores, independentemente de nacionalidade e gênero (Reis, 2017, p.183), cuja tarefa ficaria a cargo do Comissariado do Povo para a Educação (*Narkompros*). Apesar de decretada a ampliação da escolarização, os primeiros anos da revolução russa foram difíceis de organizá-la, reestruturando-a para os novos moldes sociais, pois havia urgência em torno das questões econômicas e sociais que devastaram a Rússia nos períodos de guerras.

Haja vista que a educação formal ainda andava em passos lentos, a comunicação era essencial para propagar ideias e discussões sobre os mais diversos assuntos. Eram necessários materiais visuais para comunicar com todos os trabalhadores, fossem estes letrados ou não. A partir de novembro 1918, os cartazes – ferramenta altamente utilizada durante o regime czarista e pela Igreja Ortodoxa Russa – se tornaram um instrumento de propaganda bolchevique, deliberadamente com conteúdos que abordavam diferentes assuntos (Bonnell, 1991). Um pouco mais adiante em 1919 os cartazes trataram de temáticas destinadas exclusivamente às mulheres, sendo a importância delas nas fileiras soviéticas, no exército, no partido etc.

Bonnell (1991) afirma que, os bolcheviques reuniram diferentes artistas para elaborar os cartazes. Um aspecto importante destacado pela autora é que os primeiros cartazes eram compostos majoritariamente por figuras masculinas. Ela analisa esse fato ao intenso peso

religioso pré-revolucionário que ainda perpetuava na concepção desses artistas, pois raramente as mulheres eram interpretadas como seres ativos socialmente. Outro fator relevante de análise era que, quando os cartazes começaram a abordar os papéis femininos, eram figuras secundárias ou apareciam apenas com determinados papéis como auxiliares do exército vermelho, cuidadoras ou temas “exclusivos” de mulheres como os perigos de um aborto clandestino. Além de uma estética de cartazes com mulheres hiperssexualizadas, característico dos cartazes da revolução francesa, também era amplamente divulgada.

Apesar desses limites iniciais com os pôsteres soviéticos, sua função era muito importante para divulgar alguns princípios revolucionários, principalmente quando começaram a aprimorar os cartazes, convocando as mulheres a comporem o Exército Vermelho, abordando a legalização do aborto, e algumas conquistas às mulheres pelo estado soviético, como por exemplo, o acesso à arte, cultura e educação. Outros cartazes convocando os trabalhadores e trabalhadoras a participarem das manifestações do Dia do Trabalhador (1º de maio) também foram amplamente divulgados no decorrer dos anos.

A partir de 1919, o conteúdo dos pôsteres começou a ser discutido pelos trabalhadores de Moscou e Petrogrado, quando se instaurou um comitê de imprensa operária, combinado com o trabalho de agitação e propaganda revolucionária (Bonnell, 1991, p.276; Senna, 2016, p.140). A necessidade de controle pelos trabalhadores era exatamente alinhar o conteúdo dos cartazes de forma clara aos trabalhadores, sem muitas alegorias e conteúdos futuristas difíceis de entender. Quanto mais próximo da realidade dos trabalhadores, maior a possibilidade de compreensão e adesão à construção do Estado soviético. Segundo Senna (2016, p.140), em 26 de novembro de 1918 o Comitê Executivo Central criou a Agência Central de Distribuição da Imprensa do Comitê Executivo Central de Toda a Rússia (*Tsentropechat*), sendo que apenas uma mulher compunha a instância (Senna, 2016, p.141).

Agência Central de Distribuição da Imprensa do Comitê Executivo Central de Toda a Rússia (*Tsentropechat*):

[...] forneceu aos *fronts* várias publicações gratuitas e organizou centros de agitação, exposições e agit-trens (expedições com palestras, discussões, exibições de filmes e demais atividades que giravam em torno da propaganda política). Ademais, organizava a distribuição de publicações junto a outras seções, como foi o caso do Jenotdel que, juntando suas representantes com os do *Tsentropechat*, resolveram conjuntamente certa vez (em 1920) que o departamento de imprensa iria fornecer as publicações destinadas a trabalhadoras e camponesas, em prol de formar bibliotecas em diversas partes da Rússia. Concomitantemente, o *Tsentropechat* publicava cartazes de propaganda (Senna, 2016, p.141).

Essas e outras medidas fortaleciam a agitação e propaganda revolucionária, porém, mesmo com tantas deliberações, comitês e decretos em busca não somente da emancipação

feminina, mas também sua organização, demonstravam a fragilidade na formação revolucionária das mulheres. Kollontai (1921) abordou os diferentes papéis que as mulheres exerceram nesse cenário soviético, perpassando pelos soviets, pelo partido bolchevique, pelo exército vermelho (seja como soldadas, enfermeiras, propagandistas), além de tarefas importantes como nos **Comitês de Inspeção Operária e Camponesa**.

No que diz respeito à participação no Exército Vermelho, é importante destacar que, até 1919 aproximadamente seis mil mulheres foram formadas pelo estado soviético para os cargos de enfermeiras e técnicas de enfermagem, para atuarem diretamente no front. Em relação ao campo e a cidade, alguns decretos foram elaborados pelos soviets em busca da produção e apropriação coletiva, a fim de produzir o necessário que era estipulado nos Conselhos, e para que tais medidas fossem devidamente cumpridas, formou-se Comitês de Inspeção Operária e Camponesa.

Segundo Kollontai, esses comitês eram compostos majoritariamente por mulheres, principalmente porque elas conseguiam identificar irregularidades nas fábricas, cujos detalhes geralmente passavam despercebidos pelos homens que tinham a mesma tarefa. Tal afirmação legítima que as mulheres desenvolviam melhor determinadas tarefas no que diz respeito ao cuidado e atenção, concepção que devia ser combatida em longo prazo. Segundo Goldman (2014), estimava-se que, apesar da busca em combater a segregação das tarefas pelo gênero, muitas atividades durante o estado soviético eram desempenhadas por mulheres, principalmente referentes às lavanderias, cozinhas e creches comunitárias. Ou seja, as tarefas domésticas saíram do âmbito privado, em dado momento, mas estas não eram desenvolvidas pelos homens no estado, ainda ficavam à cargo das mulheres.

Diante dessa preocupação, no Terceiro Congresso da III Internacional Comunista⁶⁷ instaurou-se a **Seção de Mulheres (*Jenotdel*)**, visando a organização das mulheres no partido e buscando dar mais atenção às questões que as envolviam no processo revolucionário. Reconhecendo que, apesar do avanço das pautas femininas dentro do partido, a revolução não avançaria se as mulheres ainda fossem oprimidas e exploradas nos diferentes ambientes em que se encontravam.

Sob o reino do capitalismo, as trabalhadoras e camponesas estão completamente distantes de toda vida pública e política, tanto pelas condições da vida da família burguesa como por sua ausência de direitos políticos. Por culpa disto, com a passagem de poder as mãos dos soviets,

⁶⁷ A III Internacional Comunista foi fundada em 1919, pois a degeneração da II Internacional foi intensificada, principalmente pelos partidos da socialdemocracia em vários países ao apoiarem a guerra, como por exemplo, a Alemanha.

quando a classe trabalhadora se pôs ao trabalho de administração e ao trabalho complexo e difícil da nova organização, as trabalhadoras em seu conjunto têm demonstrado mais inexperientes que os trabalhadores. Para atrair com êxito as trabalhadoras à causa comum, era necessário ajudá-las, em primeiro lugar, a aprender como trabalhar, fazê-las compreender onde e como podem empregar suas forças (Armand, 1920, p.5).

Kollontai aponta que de acordo com o documento do partido, entre fevereiro e março de 1921, apenas 10% dos militantes do partido eram mulheres, ou seja, 3.842 em 12 províncias. Sendo, “2.406 trabalhadoras, 1.010 da intelectualidade, 426 camponesas”. Além disso, é importante destacar que, segundo Kollontai (1921), o número de delegadas nessas províncias totalizava 12.290 (as estimativas mais conservadoras registravam uma média de 70 mil). Ou seja, mesmo aos passos largos, ainda faltava muito a ser construído com as mulheres. E elementos como a religião, a dupla jornada de trabalho, o aprisionamento nas tarefas domésticas, dificultava o processo de transição. A ausência da educação formal e informal, como o letramento e demais elementos de emancipação que eram ainda mais limitados às mulheres teve desdobramentos e apresentaram dificuldades muito maiores para a emancipação social dos trabalhadores na Rússia, mesmo após a insurreição.

Na contramão desses dados, o Jenotdel tirou como atividade as “reuniões de delegadas”, no qual, segundo Silva (2018, p.57) consistia em uma tática para aprofundar nas discussões políticas e imersão nas tarefas soviéticas. Para isso, Silva pontua, como funcionava em linhas gerais:

[...] em cada local de trabalho, fábrica, bairro, vila, ocorriam reuniões de mulheres que elegiam delegadas (*delegatki*). Stites aponta que o próprio ato do encontro, discussão e eleição dessas mulheres já era, em si, um salto qualitativo no sentido da conscientização das mesmas. As delegadas geralmente eram eleitas para um mandato de duração de 3 a 6 meses (podendo se estender). Durante esse período elas passavam por cursos de formação política e as mulheres que se destacavam durante essa primeira etapa eram enviadas para estagiar/trabalhar em espaços de direção do governo, das fábricas, dos soviets (Silva, 2018, p.58).

Vale ressaltar que a participação das mulheres nas instâncias soviéticas não estava ligada diretamente a entrada delas no partido, apesar de muitas delegadas se interessarem e ingressarem posteriormente. Não cabia ao partido deliberar todas as decisões do estado soviético, muito pelo contrário, ele tinha como função formar militantes quadros com influência de massas para dirigi-las nesse processo revolucionário, mas que as decisões e deliberações centrais deviam ser da base, ou seja, pelos comitês de fábricas, pelos soviets e todas as organizações advindas daquele momento histórico. Não foi em vão que a palavra de ordem da Revolução de outubro foi “Todo poder aos soviets”, pois cabiam a eles, as decisões. Por este motivo, comumente, eram convocados congressos pelo partido, por

exemplo, para discussões com mulheres sem partido, convidando-as para comporem as fileiras das instâncias soviéticas, seja exército, comissariados de povo, comitês de fábricas etc.

O Jenotdel teve papel importante na preparação e organização política das mulheres seja por meio dos congressos, de agitação, propaganda – através das delegadas e dos jornais –, seja ainda para debater internamente questões que buscavam a libertação da mulher, principalmente em se tratando do peso do trabalho doméstico, que, como mencionado anteriormente era (e nos dias atuais ainda é) um empecilho para a organização de grande parte das mulheres da classe trabalhadora nas questões políticas. Além disso, as discussões acerca da legalização do aborto – que aconteceu em 1920 –, a ampliação de serviços comunitários como restaurantes e creches também eram amplamente discutidas nessa instância. Importante observar que a maioria dos debates que envolviam as mulheres girava em torno das “questões femininas”.

Diante de tantos avanços, mesmo que escassos ou limitados por causa da miséria resultante de sucessivas guerras, ainda fora possível andar a passos largos na revolução. O estado soviético, ainda que muito prematuro, possibilitou conquistas da classe trabalhadora que sequer o estado burguês mais desenvolvido, ainda não tinha promovido a todas as classes. Um exemplo disso são os restaurantes comunitários e a legalização do aborto, os quais serão tratados brevemente a seguir. Antes disso, é necessário abordar – ainda que brevemente – o início da guerra civil em 1918 para posteriormente apontar as consequências dessa política para as mulheres.

A **guerra civil** na Rússia teve início em 1918, na qual as forças contrarrevolucionárias, em destaque, o Exército Branco, buscavam recorrentemente a retomada do poder pela burguesia. Os trabalhadores, por sua vez, tinham que administrar a construção e o fortalecimento do estado soviético para contrapor todo e qualquer tipo de ataque, além da fome e miséria que se mantinha em ascensão. Dessa forma, trabalhadores e trabalhadoras precisavam se organizar no Exército Vermelho para a defesa do estado na nova guerra instaurada. De acordo com Silva (2018), durante a Guerra Civil, foram montados Destacamentos para as mulheres participarem, como os Destacamentos de Combate das Mulheres Comunistas (Silva, 2018, p.64), além de táticas contra o exército branco. Nesse sentido “durante a GC [Guerra Civil] as mulheres também assumiram papel de liderança na agitação e propaganda, intervindo diretamente sobre as áreas de domínio do exército branco, semeando dúvidas e confusões entre as tropas” (Silva, 2018, p.64). Consequentemente, essa ação possibilitou a criação do Primeiro Destacamento Partidário para Propósitos Especiais.

Dadas as condições nefastas das guerras que a população russa sofreu, as condições objetivas não estavam melhorando, ou ainda, a miséria e a fome causada pelas guerras e a produção insuficiente para alimentar toda a população eram problemas severos que precisavam ser contornados. Serge (1930/2007) pontua que, as exportações após a tomada de poder declinaram muito, conseqüentemente, a Rússia começava a ficar isolada de outros países e a aumentar a miséria em larga escala.

O ano de 1918 foi o primeiro do bloqueio. Em 1914, as importações da Rússia elevavam-se a 936 milhões de *puds*⁶⁸ e as exportações a 1.472 milhões de *puds*; em 1917, havia caído, respectivamente, para 178 e 59; no ano I, não passaram de 11,5 (importações) e de 1,8 milhão de *puds* (exportações). Em 1919, cairiam a zero. Aos efeitos dessa interrupção total das trocas entre a Rússia e o resto do mundo, acresciam-se os do desmembramento do país que, conservando dois terços de sua população, não tinha mais do que 45% de seus cereais, 10% de sua produção de carvão, 8% da de açúcar, 23% da de metalurgia. Os brancos tinham 60% da rede ferroviária. A destruição dos transportes era terrível (Serge, 1930/2007, p.449).

Como vimos acima, as proporções de importação e exportação sofreram quedas gigantescas, isso significava para aquele momento que, a produção de alimentos gerados na Rússia era insuficiente para a própria população sobreviver. Isso teve resultados negativos no decorrer do processo revolucionário, ou ainda, durante o comunismo de guerra. Conseqüentemente, as feiras ilegais e a inflação alta perduraram na vida cotidiana, ainda que o estado soviético tentasse impedir. Além disso, Serge (1930/2007) e Goldman (2014) declaram que, mesmo diante dessa mudança entre salário e poder de compra na Rússia, havia diferença entre os moradores da cidade e do campo, pois os impactos eram menores para os camponeses ao que diz respeito ao consumo. Entretanto, o peso das requisições era maior para os camponeses, pois dali extraia-se grande parte dos alimentos e as matérias-primas destinadas às fábricas. Nesse sentido, Serge complementa: “Não obstante, era certo que ali as condições de vida continuaram sendo relativamente melhores do que nas cidades. A produção agrícola sofria menos com as dificuldades da época” (Serge, 1930/2007, p.452).

Os fatos – o atraso na produção e o isolamento da revolução – demonstravam a necessidade de expansão da revolução e o controle cada vez maior sobre a produção e apropriação daquilo que era produzido e plantado. Vale ressaltar que as mudanças necessárias na Rússia precisavam ser impostas, principalmente para que um determinado setor não deixasse de produzir e direcionar para outro setor. Por exemplo, Serge aponta que “as colheitas reduziram [...] A agricultura perdia seu caráter comercial, os camponeses tendiam

⁶⁸ Antiga unidade de medida de massa, 1 *pud* equivalia a aproximadamente 16kg. O uso dessa medida foi utilizado durante o Império Russo e extinto em meados de 1924.

cada vez mais a produzir somente para o consumo próprio e não mais para o mercado, já que o Estado não lhes podia dar, em troca do trigo, nenhuma compensação” (Serge, 1930/2007, p.453). Ou seja, a produção que já era insuficiente para manter toda a população russa, principalmente os trabalhadores e trabalhadoras da cidade, estava ainda mais escassa. Esse quadro precisava ser revertido ou pelo menos minimizado para garantir a defesa do estado soviético contra o exército branco, garantir que as fábricas continuassem a produzir a partir da matéria-prima vinda do campo etc.

A destruição dos transportes, a fome, os encargos econômicos do Estado, a necessidade absoluta de alimentar em primeiro lugar o proletariado, força viva da revolução, e de manter o esforço nas indústrias de guerra exigiam um racionamento rigoroso – causa da burocracia e do papelório –, e não admitia nenhuma ação nociva ao monopólio dos cereais. A partir daí, impunha-se a supressão do mercado. Não chegou a se concretizar. A vida econômica se repartiu em duas: havia o setor organizado, socializado, que compreendia toda a grande indústria, e, muito mais vasto do que esse, abarcando a maior parte da agricultura e do artesanato, o setor anárquico, clandestino. Todos os dias, em todas as cidades, os mercados proibidos reuniam, nas praças públicas, imensas multidões. A estatização da produção e do consumo provocava, como reação, a criação de uma economia ilegal (Serge, 1930/2007, p.454-5).

Diante desse cenário, o Estado em construção socialista tinha como necessidade integrar trabalhadores qualificados o mais rápido possível, principalmente pelo aumento significativo de trabalhadores nas fábricas e a nacionalização de empresas naquele período. Administrar as mudanças tinha caráter emergencial, ou seja, a imediatividade não permitia qualificar trabalhadores para depois colocá-los nos postos de trabalho, seja na gerência, administração etc. Por este motivo, funcionários que serviam ao regime czarista foram contratados para administrar esses serviços, o qual Serge (1930,2007, p.454) comenta que, diante disso, “*nascia a burocracia, tornando-se rapidamente ameaçadora*”. Esse posicionamento, e necessidade do estado, tiveram muitos desdobramentos sobre a classe trabalhadora, principalmente relacionado às mulheres.

Durante o “comunismo de guerra”, uma política deliberada em busca de implementar o socialismo na Rússia, algumas medidas importantes foram postas em práticas, dentre elas, o restaurante comunitário, creches e o aumento de trabalhadoras nas fábricas e nas instâncias soviéticas, conforme abordado de forma breve anteriormente.

Segundo Goldman (2014, p.150), desde o início do século XX, a composição de trabalhadoras nas indústrias teve um salto quantitativo, variando de 26% em 1901 a 46% em 1920. Além disso, em alguns ramos, a composição era majoritariamente feminina, como nas indústrias têxteis, na alimentação do povo (75%) e no campo da saúde. Goldman afirma

também que na metalurgia e na mineração, ramos que a composição era majoritariamente masculina, as mulheres compunham $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{5}$ da força de trabalho, respectivamente.

Após a tomada de poder pela classe trabalhadora em outubro de 1917, muitos trabalhadores, especialmente homens se dedicaram à composição do Exército Vermelho para proteção do estado soviético. Este fato foi um dos motivos que aumentou a quantidade de mulheres nas fábricas. Outro ponto é que, com o início da guerra civil, estima-se que aproximadamente quatro milhões de trabalhadores compuseram o Exército Vermelho, uma quantidade considerável que modificou as estruturas tanto no campo quanto na cidade. Conseqüentemente, com o fim da guerra civil, estes homens retornaram aos postos de trabalho, ou ainda, retornaram para uma disputa por trabalho. E com a necessária **instauração da NEP (Nova Política Econômica)**⁶⁹, os impactos foram ainda mais severos. De acordo com Goldman (2014, p.150):

Após a guerra civil, 4 milhões de homens, desmobilizados do Exército Vermelho, retornaram à força de trabalho, e veteranos com mais habilidade substituíram milhares de mulheres nas fábricas. Ramos inteiros da indústria fecharam na mudança para as rígidas restrições econômicas da NEP. Houve demissões em massa em agosto e setembro de 1921, e no fim de outubro 13.209 mulheres já não tinham mais empregos (correspondendo a 60% dos desempregados) (Goldman, 2014, p.150).

Recorrentemente, o Jenotdel organizava congressos e atividades para debater a questão do desemprego das mulheres. Assim sendo, mulheres vinham de diferentes lugares, cidades e províncias, nos mais diversos meios de transportes, seja carroça, a pé, trem etc., desde que enquanto delegadas denunciasses aquele cenário.

Em 1918, algumas mudanças foram realizadas pelos soviets ao que diz respeito à classe trabalhadora, como por exemplo, foi estabelecida a **carga horária de 8 horas diárias** para todos os trabalhadores, homens e mulheres, camponeses e operários. Além disso, discutiu-se medidas importantes em relação às mulheres nos locais de trabalho. Dessa forma, foi estabelecida **licença-maternidade** de quatro semanas após o parto, proibição do trabalho noturno e restrição a determinados trabalhos braçais que comprometessem a saúde das mulheres. Essas decisões coletivas foram muito significativas para a classe trabalhadora e um verdadeiro avanço às mulheres. Porém, durante o comunismo de guerra e principalmente no momento de instauração da NEP, esses “direitos” se tornaram verdadeiros empecilhos para a contratação das mulheres às fábricas. A burocratização estabelecida pelos funcionários

⁶⁹ A NEP foi uma política instaurada após o comunismo de guerra para atender a necessidade de produção e coletivização forçada. Foi uma tática para garantir minimamente que todos produziram no campo ou na cidade.

estatais e dos administradores (experientes do antigo regime) ditava as regras em dado momento, ou seja, as mulheres não conseguiam ser contratadas e os comissariados do trabalho e da saúde, assim como os soviets e o partido, também não conseguiam exercer influência e deliberar decisões que fossem aplicadas a estes locais. Goldman (2014) aponta:

[...] quando a economia começou a se recuperar, tornou-se claro que as mulheres ainda sofriam desproporcionalmente com o desemprego muito menos em decorrência dos imperativos econômicos da NEP do que pela persistência dos padrões de discriminação nos locais de trabalho. Tendo escolha, muitos administradores claramente preferiam demitir mulheres do que homens. Ironicamente, as características mais progressistas da legislação trabalhista soviética, tais como a licença-maternidade remunerada, a proibição do trabalho noturno para as mulheres e as restrições de trabalho para as mulheres grávidas e lactantes, frequentemente incitavam os administradores a demitir mulheres e substituí-las por homens. As mulheres eram consideradas mais custosas para se empregar (Goldman, 2014, p.155-6).

É importante notar que, *ao mesmo passo que as mulheres conquistaram direitos significativos, os administradores de fábricas utilizaram destes mesmos direitos para demití-las, julgando que tais exigências eram ruins para empregá-las*. Em 1924, no XIII Congresso do Partido, houve uma extensa discussão sobre isso, onde votou-se pela proibição de tais demissões, além de deliberar a necessidade de qualificar as mulheres para ocupar cargos que majoritariamente são excluídas.

Concomitante a essas deliberações do partido, Goldman (2014, p.157) afirma que o Comissariado do Trabalho, Seguridade Social e Planejamento Econômico, e os sindicatos emitiram uma vasta quantidade de documentos e decretos buscando impedir essas demissões, buscando ainda igualar a quantidade de demissões e empregados entre homens e mulheres. Ainda assim, o quadro não conseguiu ser revertido. Desse modo, em novembro de 1924 houve também o VI Congresso dos Sindicatos, onde discutiram e votaram pelo fim das restrições trabalhistas às mulheres, ou seja, foi aprovado o retorno ao trabalho noturno das mulheres e a inserção delas em ambientes considerados prejudiciais à saúde (Goldman, 2014, p.157).

Contraditoriamente, a Seção de Mulheres, o Jenotdel, teve acordo com essa deliberação, julgando que diante disso não havia mais desculpas para os administradores das fábricas não admitirem as trabalhadoras, apesar das delegadas do Jenotdel manterem seus posicionamentos contrários a essa decisão. A busca pela sobrevivência das mulheres, as quais compunham mais de 60% dos desempregados era central nessa discussão, mesmo com retrocessos nos decretos nos anos iniciais do estado soviético. “Aparentemente, o único método eficaz de eliminar a discriminação contra as mulheres foi abolir a legislação

trabalhista protecionista que reconhecia suas necessidades especiais enquanto mães” (Goldman, 2014, p.158).

Tendo em vista, o cenário ainda caótico e o aumento do desemprego e da miséria da população russa, as mulheres foram mais marginalizadas e as consequências foram mais severas, pois as alternativas para sua sobrevivência, assim como a de seus filhos eram limitadas.

O reconhecimento legal da união livre, a facilidade do divórcio, a autorização do aborto, a total emancipação da mulher, o fim da autoridade do chefe da família e da autoridade religiosa não se traduziu por uma debilitação real dos laços familiares. [...] A prostituição jamais desapareceu; mas a extinção das classes ricas que a sustentavam reduziu-a a proporções relativamente insignificantes (Serge, 1930/2007, p.468).

Apesar da afirmação acima de Serge, Goldman (2014, p.161) aponta que durante a NEP aproximadamente 45% de **trabalhadoras começaram a se prostituir**⁷⁰, principalmente aquelas antes vinculadas às fábricas, aos serviços de saúde e a Alimentação do Povo (Narpit). Demonstrava-se assim que, as mulheres, principalmente mães, estavam marginalizadas e a busca de míseros rublos para sobreviver se tornava inevitável. Goldman aponta que, as mulheres se prostituíam nas estações de trens, nos vagões e nas ruas das cidades, em troca de um pedaço de pão, uma promessa de emprego, ou por moedas (variando entre 50 copeques e 5 rublos por noite). Krúpskaia afirmava em 1920 que “A pobreza impele as mulheres a se venderem. Elas não são prostitutas que fazem disso um negócio, mas mães de família” (Goldman, 2014, p.160).

Apesar de muitas mulheres desejarem sair da prostituição, este era o último recurso de sobrevivência que encontravam. Muitas delas recorriam à prostituição, pois o salário era extremamente baixo para aquelas que ainda estavam empregadas, e só era possível se manter quando somava seu salário a de seu marido também empregado. Caso contrário, sua falta de qualificação, salários baixos e o divórcio contribuía em grande parcela para a mendicância e para a prostituição. Ao mesmo passo que houve grandes avanços com a revolução de 1917, a não expansão da revolução e, conseqüentemente o isolamento do país na produção mundial, além dos recursos limitados de alimentos na Rússia contribuíram para retrocessos do ponto de vista social.

⁷⁰ Apesar de iniciar a discussão sobre prostituição, não aprofundaremos sobre essa temática. Deixamos como sugestão a leitura da dissertação de mestrado “*Emancipação ou exploração? A regulamentação da prostituição no estado capitalista neoliberal*” escrito por Fernanda Cristina Pamplona, da Universidade Federal do Paraná, 2019.

Vale destacar que o partido bolchevique, o Jenotdel e a III Internacional buscavam meios de erradicar a prostituição na Rússia desde a tomada de poder, e foram ainda mais intensos em 1919, quando criaram o Conselho Central de Luta contra a Prostituição, juntamente ao Comissariado do Povo para a Saúde (Frescia & Gaido, 2018, p.123). Algumas deliberações sobre esse ponto foi a desregulamentação da prostituição criada durante o regime czarista, a não penalização de prostitutas, mas a criminalização de todos aqueles que quisessem colocar um prostíbulo em funcionamento. Claro que a criação de decretos e leis em si foram insuficientes para impedir a prostituição em território russo. Ademais, Zetkin (1920) aponta para a necessidade de novas medidas pelo partido bolchevique para incorporar essas mulheres, de modo que abarcasse questões “[...] econômicas e educativas que permitam a recuperação das prostitutas, [...] resgatando-as do lumpemproletariado e reincorporando-as a comunidade dos trabalhadores” (Zetkin, 1920, p.545 *citado por* Frescia & Gaido, 2018, p.125).

Algumas conquistas para a classe trabalhadora, destacando principalmente as mulheres era a implantação das **creches e lares para mães-sole** e a criação de **restaurantes comunitários**. Essas ferramentas possibilitavam maior independência das mulheres, principalmente para se dedicarem ao debate político e a construção de uma nova sociedade. Porém, ao passo que cresceram a quantidade desses estabelecimentos, houve uma diminuição com a instauração da NEP, posterior à guerra civil.

O número de creches regionais e em fábricas subiu de meras 14 em 1917 para 914 em 1922; lares especiais para mulheres solteiras com crianças foram estabelecidos em todo o país, e o número de lares infantis para órfãos aumentou drasticamente. Mas a NEP teve um efeito dramático sobre os estabelecimentos disponíveis para mulheres e crianças. Em apenas um ano, entre 1922 e 1923, mais da metade das creches e lares para mães solteiras fechou suas portas e os fechamentos persistiram por mais dois anos. Quase todos os serviços destinados a mulheres e crianças foram agudamente reduzidos (Goldman, 2014, p.168).

Uma das alternativas encontradas para garantir a refeição de uma parcela da população russa foi através dos restaurantes comunitários. Segundo Goldman (2014) esses espaços foram organizados pelo estado em 1918 em fábricas e outros locais de trabalho.

Após os decretos de 1919 autorizando comida gratuita para as crianças, 80% dos jovens habitantes da cidade passaram a receber refeições gratuitas. Na província de Petrogrado, 1.892.513 pessoas recebiam alimentação do governo; 80% da população faziam suas refeições nos *stolovye* [restaurantes comunitários]. Em Moscou, os refeitórios comunitários foram organizados um pouco mais tarde, ainda que em 1921 a cidade ostentasse 2 mil postos alimentares, servindo 956 mil pessoas, ou, 93% da população. Centenas de refeitórios, cozinhas de sopa, estações alimentares, escolas provinham às crianças suas refeições diárias. Os refeitórios comunitários foram organizados mais rápida e efetivamente em áreas com grande população de operários fabris como Viatka, Perm, Iaroslavl e Tula, mas mais de um terço da população em 49 províncias (mais de 4,5 milhões de pessoas) recebiam refeições de dispensas comunais (Goldman, 2014, p.170).

Grandes passos foram dados em relação aos trabalhadores, trabalhadoras e crianças da Rússia, porém é importante ressaltar que essas medidas elaboradas e aplicadas durante o “comunismo de guerra”, posterior a tomada de poder de 1917 começaram a retroagir em 1921. Dessa forma, os restaurantes comunitários começaram a fechar, e aquilo que era responsabilidade do estado soviético retornava aos ombros das mulheres trabalhadoras. Apesar dos limites dos restaurantes comunitários, em relação a qualidade da alimentação, espaços e recursos limitados, ainda assim, possibilitavam que as mulheres se debruçassem em tarefas fora de casa, fossem partidárias ou não. “Uma mulher dificilmente poderia compartilhar das mesmas preocupações e interesses de seu marido quando seus horizontes estavam bloqueados, dia após dia, por pilhas de lençóis e louça suja” (Goldman, 2014, p.173).

Como visto o ano de 1922 foi o marco dessa ampliação da política, porém a partir dali reduziu-se os principais mecanismos que contribuía para a libertação da mulher em vários sentidos. Vale pontuar que, em nenhum momento houve plena liberação das mulheres, mas eram pequenos passos importantes que contribuía para a liberdade das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. Outro ponto também a destacar é que, em decorrência da guerra, aumentou consideravelmente as crianças de rua, e isso demonstrando a necessidade dos lares para abrigá-las. Ainda que o estado soviético tivesse conhecimento dessa situação deplorável, principalmente através da Comissão para o Melhoramento da Vida das Crianças, os recursos para reverter totalmente este quadro não estavam ao alcance do Estado, ou seja, o número de moradores de rua, famintos e prostitutas não deixaria de existir naquelas condições objetivas.

Por fim, mesmo diante de tantos acontecimentos, positivos e negativos, ao que diz respeito ao novo estado soviético dirigido pelos trabalhadores e trabalhadoras, muitas questões ainda ficaram abertas. As deliberações acerca dos comissariados do povo para a educação, da justiça, da saúde, do bem-estar social, entre outros, submetidos à busca pela igualdade entre todos os operários e camponeses, tinham limites não apenas econômicos, mas de uma nova formação humana. As opressões seculares, vinculadas também às religiões, destinadas às mulheres limitavam seu engajamento nas atividades soviéticas, além de limitar a compreensão da sociedade sobre a necessidade de inseri-las nos mais diversos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que se coloca aqui é: que lições podemos retirar do passado para as lutas contemporâneas das mulheres? A perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural põe em relevo que uma compreensão mais articulada do presente, compreendendo as contradições do passado, nos permite projetar caminhos adiante, de enfrentamento das contradições que hoje nos assolam.

A luta das mulheres contra as opressões deve ser considerada secular, inclusive para além do próprio capitalismo. As interpretações sobre a origem das desigualdades de gênero atualmente são as mais diversas, dentre elas, o patriarcado, a propriedade privada e a falta de direitos assegurados pelas leis burguesas, assim como no início do século XX na Rússia. Atualmente, há movimentos feministas que consideram o homem como inimigo e acreditam que o fato de ter uma mulher à frente de uma empresa ou de uma instância burguesa já basta, geralmente policlassistas (lembremo-nos das feministas liberais russas). Há movimentos que são transfóbicos e acreditam que apenas mulheres cisgênero podem compor as fileiras dessas organizações. Há também uma segregação gigantesca entre os movimentos, que, diga-se de passagem, alguns são altamente financiados pela burguesia, pois assim não ameaçam o sistema capitalista como um todo (é possível lembrarmos da Liga pela Igualdade das Mulheres no início do governo provisório). Podemos apontar também organizações revolucionárias que possuem a luta das mulheres como pauta (muitas sequer possuem a discussão na ordem do dia), mas assim como há 120 anos, muitas mulheres que compõem as fileiras desses partidos são marginalizadas, secundarizadas ou ignoradas. Apesar da necessidade de lutar contra as opressões, todas possuem limites agigantados, decorrentes das ideologias também seculares que acompanham o desenvolvimento da consciência e no estágio atual do capitalismo em franco declínio, intensificam as clivagens, opondo trabalhadores e trabalhadoras entre si e, também, no interior dos mais diversos grupos por quaisquer diferenciações que possam ser destacadas. A velha expressão, dividir e pulverizar, opondo entre si os movimentos sociais e as lutas da classe trabalhadora, é estratégia para manutenção do controle e da hegemonia burguesa.

Algumas pautas apresentadas no início desta pesquisa permanecem até hoje, como o direito ao aborto (conquistado recentemente em alguns países como Argentina), redução da jornada de trabalho, divisão das tarefas domésticas etc. Apesar de algumas conquistas ao longo da história, como creche, abolição do trabalho infantil, direito ao ensino básico e

superior das mulheres, direito ao trabalho⁷¹, etc., não houve uma seguridade desses direitos. Por exemplo, quando uma mulher vai a uma entrevista de emprego, logo perguntam se tem filhos e com quem os deixaria no horário de trabalho ou em caso de adoecimento (muitas vezes perdem a vaga na primeira pergunta); por não existir uma creche que funcione durante toda a sua jornada de trabalho, logo precisa (quando pode ou consegue) terceirizar os cuidados para outras mulheres, geralmente familiares, também da classe trabalhadora; por ter filhos que estão sob seus cuidados, não consegue cursar um ensino básico ou superior, pois não há uma creche para deixar seus filhos enquanto estuda, além de ser obrigada a desenvolver as tarefas domésticas. Com tudo isso, pensar em se organizar politicamente se torna quase impossível, principalmente quando não há uma política nos próprios movimentos ou partidos para receber aquela mãe com crianças. Diante desse cenário, é comum que se refiram a ela como “alienada”, desconsiderando radicalmente a sua história e os desdobramentos de “suas tarefas” no desenvolvimento da sua consciência. Esse exemplo seria muito diferente se o personagem principal fosse um homem, cuja formação é mais voltada para questões públicas, e por não ser “sua obrigação” o cuidado das crianças e da casa, possibilitando mínima estabilidade no emprego e num partido, por exemplo. Obviamente, não estamos afirmando que todos os homens e mulheres seguirão esse desenvolvimento. Citamos ainda, o recrudescimento da ideologia conservadora pautada pela extrema direita no mundo e, principalmente no Brasil, que toma como bandeira a família burguesa idealizada, cujo papel da mulher é ser apenas a cuidadora da casa e dos filhos. A defesa do *homeschooling*, existente em alguns países como os Estados Unidos e recentemente aprovada no Brasil, delega mais uma vez às mulheres o encargo não só da educação não sistematizada, mas também sistematizada dos filhos.

Quando analisamos as organizações de mulheres na Rússia pudemos constatar que muitas pautas permanecem existentes até hoje. Tais pautas foram constatadas por mulheres que buscaram se organizar em partidos, ligas, sociedades e surgiram com base na realidade daquele período histórico. Como afirmarmos anteriormente, a compreensão sobre a origem da desigualdade variava de cada organização, mas havia pontos comuns sobre a busca para igualdade de gênero, como por exemplo, o acesso à educação, o fim da prostituição, melhores condições de trabalho. Hoje, mais de cem anos depois, ainda buscamos por igualdade de gênero, fim da prostituição e melhores condições de trabalho, principalmente em um

⁷¹ Vale lembrar que esta pauta era majoritariamente dos movimentos feministas burgueses, que buscavam, inclusive, exercer profissões como professoras, advogadas e outros cargos.

momento de *uberização* (precarização exacerbada sem direitos trabalhistas), que atinge principalmente as mulheres. E o modo de produção capitalista tem mais ferramentas para propagar suas ideologias meritocráticas e reafirmar que nesta sociedade as mulheres têm os mesmos direitos dos homens (direito ao voto, ao ensino superior, a venda da força de trabalho, ao passaporte, cargos públicos etc.), e de fato, perante a lei burguesa, esses direitos existem. Em contrapartida, se analisarmos a superestrutura, veremos que as desigualdades são ainda mais exacerbadas e a participação de mulheres em determinados ambientes carregam os significados ideológicos burgueses. Pela perspectiva teórica adotada neste trabalho, entendemos que o direito só se efetiva se as condições objetivas forem efetivamente postas, somente assim deixa de ser um direito abstrato e ideal e se torna objetivo e concreto, efetivo para todas as trabalhadoras.

A disputa da consciência é necessária e acontece até hoje de diferentes maneiras, seja pela panfletagem em porta de fábrica e instituições de ensino (escolas, faculdades, centros acadêmicos), agitação para/em greves, passeatas, organizações de partidos, coletivos sociais, sindicatos etc. Como mencionamos no decorrer desta pesquisa, algumas organizações têm limites com pautas economicistas ou são dirigidas por organizações burguesas ou reformistas para as eleições (limitando a compreensão da estrutura e mantendo a “ordem” capitalista). Por conta disso, compreendemos a necessidade de uma organização classista que reivindique o fim das opressões e da exploração da classe trabalhadora, para além dos panfletos e discursos também. Aprendemos com a revolução russa que os passos para a emancipação das mulheres são imensos e a participação ativa das trabalhadoras é primordial para qualquer desenvolvimento de uma nova sociedade, e que para isso, as condições objetivas para sua participação devem anteceder o processo revolucionário também.

Pois não se trata apenas de ter igualdade com os homens perante a lei se a base de toda a desigualdade é perpetuada nas diferentes esferas de socialização. Ou ainda, o combate às opressões não pode ser desvinculado da realidade, pois a complexa e contraditória sociedade de classes impõe questões para além dos papéis legislativos. Nesse sentido, Toledo argumenta que: “[...] a mulher não nasceu oprimida, mas passou a ser por inúmeros fatores, dentre os quais se destacam as relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral” (Toledo, 2017, p.26).

A consciência dos indivíduos não se modifica rápida nem espontaneamente, pelo contrário, demanda um período longo de transição vinculado às mudanças no modo de

produzir e reproduzir a vida, que mesmo após uma revolução, apresentam-se como aspectos contraditórios de um mesmo processo. Como dizia Marx (1859/2008, p. 47), “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Ou seja, em dada medida, as opressões ainda refletiram nos indivíduos e nas relações sociais após a revolução e, impreterivelmente, deveriam ser combatidas para a consolidação de relações efetivamente igualitárias. Por este motivo, não só a instauração de leis e decretos foi importante, mas também a construção coletiva de uma consciência para si, desprendendo-se dos velhos moldes da sociedade de classes. Para isso, julgou-se necessário a participação ativa das mulheres nas mais diversas instâncias soviéticas.

Conhecer a história da luta de classes e principalmente da nossa classe, a trabalhadora, é extremamente importante para nosso desenvolvimento objetivo-subjetivo. Temos visto que há um “apagamento histórico” dos levantes revolucionários e principalmente das mulheres nesses processos, pois a ideologia dominante necessita desses instrumentos para o controle social, reafirmando a eternização do modo de produzir e reproduzir a vida. Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa refere-se ao acesso às fontes ou mesmo quando estas existem há poucos destaques ou informações referentes ao objeto investigado. Isto denota o quanto é necessário que se coloque em relevo as especificidades do movimento das mulheres e suas pautas, vinculados ou não às da revolução, suas convergências e/ou divergências em alguns casos. Nessa direção, a partir desta pesquisa, reconhecemos a necessidade de mais estudos sobre o tema, além de pesquisas futuras sobre o papel contrarrevolucionário das religiões, o papel das religiões na formação da consciência das mulheres e os impactos de partidos reformistas para a luta da classe trabalhadora.

Reconhecer e resgatar os fatos históricos, principalmente das contradições e avanços que foram conquistados é um instrumento importante que dispomos, mas não o único. Sabemos que a história não se repetirá, por isso reafirmamos que não há receita para uma revolução, porém, tiramos lições importantes com o passado, dentre elas: 1) a disputa da consciência para si ocorre pelas contradições, sistematizadas ou não; 2) uma organização revolucionária com influência de massas pode dirigir a classe trabalhadora ao poder; 3) é necessário um trabalho formativo de base para disputar a consciência de classes, seja por meio de jornais, de seção feminina, de comitês de fábricas, sindicatos, movimentos sociais, que desenvolva o pensamento teórico, na linha da defesa de Vigotski de formação de conceitos pela lógica dialética, etc.; 4) mesmo em um processo revolucionário, não haverá uma

consciência homogênea, livre de alienação e ideologias, por isso é uma revolução permanente que precisa constantemente ser analisada criticamente; e por fim, 5) as mulheres encabeçaram várias revoluções, não apenas a russa. Resgatar a história, compreender a unidade objetivo-subjetiva e seus saltos qualitativos, sem perder de vista a análise concreta da superestrutura são instrumentos que não devemos abdicar. Entendemos com isso e destacamos a complexidade das tarefas postas a quem se posiciona na direção da transformação radical da sociedade de classes para uma sociedade sem classes, por isso a busca por soluções não podem e nem devem ser imediatas ou meramente pragmáticas, tal como preconiza a lógica capitalista. Requer análise, estratégia e tática envolvendo a multiplicidade das determinações em programas mínimos e máximos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Melissa Rodrigues. *A relação entre a consciência individual e a consciência de classe: uma análise das contribuições de Vigotski sobre a consciência da classe trabalhadora*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2008.

ARMAND, Inessa [1920]. *A trabalhadora na Rússia Soviética*. Disponível em: <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/a-trabalhadora-na-russia-sovietica/>

BADIA, Gilberto. *Clara Zetkin: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular: 2003.

BONNELL, Victoria E. *The representation of women in early soviet political art*. Russian Review, Vol. 50, No. 3 (Jul., 1991), pp. 267-288.

BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Editora Sundermann, 2014.

CARONE, Edgard. *A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)*. São Paulo: Edusp, 1993.

CLEMENTS, Barbara Evans. *A history of women in Russia: from earliest times to the present*. USA: Indiana University Press, 2012. [Versão digital]

ENGELS, Friederich. [1884] *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala, 2009.

FEDERAÇÃO Mulheres Universitárias. *História do movimento de mulheres na Rússia (История женского движения в России)* [tradução livre nossa]. Disponível em: <http://womenmuseum.ru/> Último acesso em: 26/02/2020.

FRENCIA, Cíntia; GAIDO, Daniel. *Feminismo y Movimiento de Mujeres Socialistas en la Revolución Rusa*. Chile: Ariadna Ediciones, 2018.

FRÖLICH, Paul [1949]. *Rosa Luxemburgo: biografia*. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2014.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HELLER, Ágnes [1970]. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1994.

HOBBSAWM, Eric [1988]. *A era dos impérios - 1875-1914*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018 [25ªed.].

KALMÁNOVITCH, Anna Andréievna [1907]. *Algumas palavras sobre o feminismo*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KALMÁNOVITCH, Anna Andréievna [1908]. *O movimento feminista e a relação dos partidos com ele*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, Aleksandra [1927]. *As combatentes no dia do grande outubro*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, Alexandra [1921]. *The Woman Worker and Peasant in Soviet Russia*. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1921/peasant.htm> Último acesso em 31/08/20.

KOLLONTAI, Alexandra. [1913]. *O dia das mulheres*. In: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e as comemorações do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOLLONTAI, Alexandra. [1914]. *Na Rússia também haverá um dia da mulher!* In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KRONOS. Биографический Указатель. <http://www.hrono.ru/biograf/index.php> <Último acesso em 16 jan. 2022>

KRÚPSKAIA, Nadiéjda [1927]. *Sobre o congresso das operárias e camponesas*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017a.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda [1927]. *A religião e a mulher*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017b.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda [1922]. *A trabalhadora e a religião*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda [1920]. *Guerra e maternidade*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KUSKOVA, Ekaterina Dmítrievna [1908]. *Mulheres e Igualdade: a respeito do I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladimir Ilich [1902]. *Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LENIN, Vladimir Ilich [1917]. *As tarefas do proletariado na nossa Revolução (teses de abril)*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/23.htm>

LENIN, Vladimir Ilich [1918]. *Discurso no I Congresso pan-russo de operárias*. São Paulo: Editora Sundermann, 2017. 2ª ed.

LENIN, Vladimir Ilich [1919]. *O poder soviético e a situação da mulher*. In: LENIN, V.I. Sobre a emancipação da mulher. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

LENIN, Vladimir Ilich [1920]. *Às operárias*. In: LENIN, V.I. Sobre a emancipação da mulher. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

LENIN, Vladimir Ilich [1921]. *Por ocasião do quarto aniversário da revolução de outubro*. In: LENIN, V.I. Sobre a emancipação da mulher. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich [1959]. *Sobre o desenvolvimento da história da consciência*. In: LEONTIEV, A.N. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Editora Centauro, 2004, 2ªed.

LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LURIA, Alexander Romanovich [1967]. *Curso de Psicologia Geral – Volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINS, Lígia Márcia. *A formação social da personalidade do professor*. Campinas: Autores Associados, 2015, 2ª. Ed.

MARX, Eleanor. *Obra Completa*. Londrina: Aetia Editorial, 2021.

MARX, Karl; Engels, Frederich [1845-6]. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. [1859] *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 2ª ed.

MARX, Karl. [1844] *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

REED, John [1919]. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Penguin, 2010.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SAGRA, Alicia. *A formação marxista na recomposição do bolchevismo*. In: Revista Marxismo Vivo: nova época – Vol. 5. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

SAGRA, Alicia. *A internacional: Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Sundermann, 2010 [2ªed.].

SAMÓILOVA, Konkórdia Nikoláievna [1918]. *O que a grande revolução de outubro deu aos operários e camponeses*. In: SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SENNA, Thaiz Carvalho. *O Jenotdel e a questão feminina na Rússia Soviética (1917-1930): o Departamento de Mulheres do Partido Comunista em meio à Revolução Russa*. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

SCHLESENER, Anita Helena; MASSON, Gisele. *Política e educação: observações acerca de Inessa Armand – feminista, revolucionária e educadora*. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.12, n.1, p. 88-98, abr. 2020.

SERGE, Victor [1930]. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SHUARE, Marta. *A psicologia soviética: meu olhar*. São Paulo: Terracota, 2017.

SILVA, Danielle Jardins. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

SILVA, Ludovico. *O estilo literário de Marx*. São Paulo: expressão popular, 2012.

TOLEDO, Cecília. *Gênero e classe*. São Paulo: Sundermann, 2017.

TONET, Ivo; LESSA, Sergio. *A grande revolução russa (1917 a 1921)*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: Atual, 1988 [4ªed.].

TROTSKY, Leon [1906]. *O Conselho de Deputados Trabalhadores (Operários) e a Revolução*. Disponível em: <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/o-conselho-de-deputados-trabalhadores-operarios-e-a-revolucao/> último acesso em: 11 jun. 2020.

TROTSKY, Leon [1922]. *A revolução de 1905*. São Paulo: editora global, s.d.

TROTSKY, Leon [1930]. *História da Revolução Russa – Tomo I*. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

TROTSKY, Leon [1932]. *História da Revolução Russa – Tomo II*. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

TULESKI, Silvana Calvo. *Vygotski: a construção de uma Psicologia Marxista*. Maringá: Eduem, 2008, 2ª ed.

VEYSSET, Alain. *A escola do Partido Bolchevique em Longjumeau [Extratos]*. In: Revista Marxismo Vivo: nova época – Vol. 5. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

VIGOTSKI, Lev Semiónovich [1929]. *Manuscrito de 1929*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hgR8T8mmTkKsNq7TsTK3kfC/?format=pdf&lang=pt>

VIGOTSKI, Lev Semiónovich [1930]. *A transformação socialista do homem*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>

VIGOTSKI, Lev Semiónovich [1926-7]. *O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica*. In: VIGOTSKI, L.S. Teoria e Método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 2ª ed.

VIGOTSKI, Lev Semiónovich [1984]. *Obras escogidas – Tomo IV*. Madrid: Machado Libros, 2006.

ZETKIN, Clara. [1896]. *Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso*. In: TOLEDO, C. (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Sundermann, 2014.

ZETKIN, Clara. [1909]. *O movimento das mulheres socialistas na Alemanha*. In: TOLEDO, C. (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Sundermann, 2014.